

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL –
MESTRADO E DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Cinara Neumann Alves

**Cultura Árabe e Desenvolvimento Econômico em Regiões Fronteiriças
do Sul do Brasil: a Presença Árabe no Comércio de Santana do Livramento
(Brasil)/Rivera (Uruguai).**

Santa Cruz do Sul
2014

Cinara Neumann Alves

Cultura Árabe e Desenvolvimento Econômico em Regiões Fronteiriças do Sul do Brasil: a Presença Árabe no Comércio de Santana do Livramento (Brasil)/Rivera (Uruguai).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Linha de Pesquisa “Estado, Instituições e Democracia”, da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Marco André Cadoná

**Santa Cruz do Sul
2014**

A474c

Alves, Cinara Neumann

Cultura árabe e desenvolvimento econômico em regiões fronteiriças do sul do Brasil: a presença do comércio árabe de Santana do Livramento (Brasil)/Rivera (Uruguai) / Cinara Neumann Alves. – 2014. 131 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2014.

Orientador: Prof. Dr. Marco André Cadoná.

1. Desenvolvimento econômico - Brasil. 2. Desenvolvimento econômico - Uruguai. 3. Comércio. 4. Árabes - Usos e costumes. I. Cadoná, Marco André. II. Título.

Bibliotecária responsável: Edi Focking - CRB 10/1197

Cultura Árabe e Desenvolvimento Econômico em Regiões Fronteiriças do Sul do Brasil: a Presença Árabe no Comércio de Santana do Livramento (Brasil)/Rivera (Uruguai).

Esta dissertação foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (Mestrado e Doutorado), área de concentração em Desenvolvimento Regional, linha de pesquisa “Estado, Instituições e Democracia”, da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Dr. Marco André Cadoná
Professor Orientador – PPGDR/UNISC

Dra. Cláudia Tirelli
Professora examinadora – PPGDR/UNISC

Dra. Christine da Silva Schröder
Professora examinadora – PPGAd/PUC

DEDICATÓRIA

Para Melita e Samuel, porque tudo é por eles!

AGRADECIMENTOS

É difícil expressar em uma página a extensão da gratidão a todos aqueles que de uma forma ou de outra participaram, contribuíram ou até mesmo observaram esta etapa que agora se cumpre.

Agradeço a ti mãe, e a ti Samuel, pelo apoio incondicional nestes dois anos, por terem estado comigo e terem entendido tantas vezes a necessidade da distância e do isolamento. Este trabalho é por vocês!

Agradeço a ti Deivid, pelo apoio, companheirismo, carinho, paciência e amor de sempre, não apenas nesta etapa de nossa vida, mas em tudo.

Agradeço a ti Marco, também pelo apoio, paciência e amizade, pela orientação e por tudo que me ensinastes ao longo destes dois anos.

Agradeço aos meus amigos que moram no meu coração, que estão longe ou perto, mas que de uma maneira ou de outra me apoiaram, colaboraram e entenderam tantas vezes minhas ausências e minhas recusas, especial ao Quarteto Fantástico que hoje também faz parte da minha família, este trabalho também é de vocês meninas!

A ti Raed Schweiki, que incansavelmente me atendeu ao longo desta pesquisa, me apresentando e abrindo caminhos para a realização da mesma; e ao senhor Kalil Whadam, que abriu sua história para mim e me possibilitou conhecer e compreender um novo mundo; e também agradeço a toda comunidade árabe presente na fronteira, bem como à sociedade fronteiriça, este trabalho também é para vocês.

Agradeço aos colegas da turma do Mestrado e Doutorado 2012 do PPGDR/UNISC, pela troca de conhecimentos, pelas amizades, pelos momentos compartilhados que sempre iremos lembrar. E também aos professores, pela oportunidade de compartilhar de seus conhecimentos ao longo de dois anos.

Agradeço a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e também à sociedade brasileira pela concessão da bolsa de estudos, sem ela esse sonho seria impossível. Desta forma também agradeço a ti, Cristiano, por confiares e acreditares em mim!

Enfim, agradeço a ti Deus, por ter conseguido, por ter iluminado meus caminhos e principalmente, por neles ter colocado pessoas maravilhosas, sem elas seria impossível esta conquista.

*Os mascates para lá para cá taq taq taq tá batem o
metro na canastra ihihi fitinha? retrosinho?
zabonetinho? **bringuedinha?** **berfuminha?**...
(Miranda, 1997, p. 191).*

RESUMO

A presente dissertação é resultado de uma pesquisa que analisou a influência da cultura no comportamento econômico de imigrantes e de descendentes de imigrantes árabes que atuam como comerciantes na fronteira entre Santana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguai). No Sul do Brasil e, em especial, nas fronteiras com outros países do Cone Sul, o histórico de presença árabe está diretamente vinculado com as possibilidades de comércio; nessa direção, a presença de árabes no comércio da fronteira entre Santana do Livramento e Rivera se faz notar tanto no comércio local quanto no comércio internacional que caracteriza aquela fronteira (free shops). Na análise realizada, a cultura é entendida como constituinte do ser humano em sociedade; cultura é o um todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade. Analisar a relação entre cultura e desenvolvimento econômico, nesse sentido, implicou em pensar como esses valores, essas crenças, esses costumes, esses hábitos, que uma vez interiorizados no comportamento de agentes sociais, servem de orientação para a conduta dos mesmos, seja em suas relações sociais, seja em suas relações políticas e/ou econômicas. Tratou-se, portanto, de analisar como a cultura árabe, uma vez interiorizada no comportamento dos imigrantes e dos descendentes de imigrantes árabes, orienta suas ações econômicas enquanto atuam no comércio de Santana do Livramento/Rivera. Para essa análise, a pesquisa adotou uma perspectiva teórico-metodológica vinculada, fundamentalmente, à perspectiva weberiana de análise da relação entre cultura e desenvolvimento. Max Weber, além da original análise da relação significativa que se estabeleceu entre uma ética protestante e a emergência de um “espírito do capitalismo” no Ocidente, ofereceu um arcabouço teórico-metodológico centrado no *sentido das ações sociais* ou nos modos através dos quais os atores sociais orientam subjetivamente suas ações, mas, também, num instrumento heurístico de análise das ações sociais: *o tipo ideal*. Através do tipo ideal, o pesquisador elege características de um fenômeno a partir de inúmeras qualidades presentes na realidade, definindo um modelo de ação, com o qual a realidade empírica é investigada, permitindo que se promovam aproximações e/ou distanciamentos da situação concreta pesquisada em relação ao tipo ideal construído. Com base nestes pressupostos metodológicos, na pesquisa realizada uma construção ideal da ação econômica do empresário capitalista serviu de base para a análise das singularidades do comportamento econômico de imigrantes e descendentes de imigrantes árabes que atuam como comerciantes em Santana do Livramento/Rivera. Foi possível, através do caminho metodológico adotado, destacar algumas características singulares e fundamentais do comportamento do comerciante árabe naquela região, entre as quais: a centralidade das relações familiares; o desejo de “fazer dar certo” e tornar o local de atuação “sua terra também”; a importância de valores tradicionais na conduta econômica; o interesse em aproveitar as oportunidades existentes nos locais; a perspectiva de uma atuação econômica definida a partir da “lógica da formiguinha”; a prioridade aos baixos preços; a simplicidade como modo de conduta econômica. São características singulares do comportamento dos comerciantes árabes de Santana do Livramento/Rivera que se apresentam não de forma estática, mas dinamicamente, instigando a análise, inclusive, sobre as mudanças geracionais que ocorrem no seu comportamento econômico.

Palavras chave: Cultura Árabe, desenvolvimento, fronteira, comércio.

RESUMEN

Esta tesis es resultado de una investigación que examinó la influencia de la cultura sobre el comportamiento económico de los inmigrantes y descendientes de inmigrantes árabes que trabajan como comerciantes en la frontera de Santana do Livramento (Brasil) y Rivera (Uruguay). En el sur de Brasil, y en particular, en las fronteras con otros países del Cone Sur, la historia de la presencia árabe está directamente relacionada con las posibilidades de comercio; en este sentido, la presencia en el comercio de los árabes en la frontera entre Rivera y Santana do Livramento, es perceptible tanto en el mercado local como en el comercio internacional que hace parte de la frontera (tiendas libres). En el análisis, la cultura es entendida como constitutiva del ser humano en la sociedad; la cultura es un todo complejo que incluye el conocimiento, las creencias, el arte, la moral, las leyes, costumbres o cualesquiera otra capacidad o hábitos adquiridos por el hombre como miembro de la sociedad. Para analizar la relación entre la cultura y el desarrollo económico en este sentido, era necesario el pensamiento de cómo estos valores, estas creencias, estos costumbres, estos hábitos, que una vez interiorizados en el comportamiento de los agentes sociales, proporcionan orientación para la realización del mismo, sea en sus relaciones sociales, sea en sus relaciones políticas y / o económicas. Por lo tanto, fueron analizados de cómo la cultura árabe, una vez interiorizado en el comportamiento de los inmigrantes y descendientes de inmigrantes árabes, guía sus acciones económicas, mientras trabajaban en el comercio Santana do Livramento/ Rivera. Para este análisis, la investigación adoptó una perspectiva teórica/metodológica, principalmente al análisis de la perspectiva weberiana de la relación entre cultura y desarrollo. Max Weber, más allá del análisis original de la relación significativa establecida entre la ética protestante y la emergencia de un "espíritu del capitalismo" en Occidente, ofreció un marco teórico y metodológico centrado en *el significado de las acciones sociales* y las formas en que los actores sociales guían subjetivamente sus acciones, sino también una herramienta heurística para el análisis de la acción social: el *tipo ideal*. A través del tipo ideal, el investigador elige características de un fenómeno de numerosas cualidades presentes en la realidad, buscando así la definición de un modelo de acción con la que se investiga la realidad empírica, lo que les permite promover enfoques y / o distanciamiento de la situación concreta investigada e en comparación con el tipo ideal construido. Con base en estos supuestos metodológicos, en el análisis una construcción ideal de la acción económica del empresario capitalista sirvió de base para el análisis de las singularidades de la conducta económica de los inmigrantes y descendientes de inmigrantes árabes que trabajan como comerciantes en Santana do Livramento/Rivera. Fue posible con el enfoque metodológico adoptado, resaltar algunas características del comportamiento natural y fundamental de la comerciante árabe en la región, entre ellas: la centralidad de las relaciones familiares; el deseo de "hacer que funcione", y hacer que el lugar de trabajo sea "también su tierra"; la importancia de los valores tradicionales en el comportamiento económico; interés en aprovechar las oportunidades en los lugares; la perspectiva de una actividad económica definida a partir de la "lógica de la hormiga"; prioridad de bajo precio; simplicidad como una forma de conducta económica. Son las características únicas de la conducta de los comerciantes árabes de Santana do Livramento/Rivera que no tienen forma estática, sino dinámica, lo que provocó el análisis, en particular sobre los cambios generacionales que se producen en su comportamiento económico.

Palabras clave: Cultura Árabe, desarrollo, frontera, comercio.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACIL	Associação Comercial e Industrial de Livramento
ACIR	Associação Comercial e Industrial de Rivera
ACI's	Associações Comerciais e Industriais
Av.	Avenida
BR	Brasil
CDL	Centro de Dirigentes Logistas
CTG	Centro de Tradições Gaúchas
EUA	Estados Unidos da América
Gral.	General
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
ISQN	Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MI	Ministério da Integração
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PNB	Produto Nacional Bruto
PNDR	Plano Nacional de Desenvolvimento Regional
RS	Rio Grande do Sul
SC	Santa Catarina
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TEC	Tarifa Externa Comum
UY	Uruguai

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. CULTURA E DESENVOLVIMENTO: O LOCAL DA CULTURA EM DINÂMICAS SOCIOECONÔMICAS.....	22
3. A PROBLEMÁTICA DO DESENVOLVIMENTO NAS REGIÕES FRONTEIRIÇAS DO SUL DO BRASIL.....	41
3.1. A região de fronteira entre Brasil e Uruguai.....	51
4. CULTURA ÁRABE E DESENVOLVIMENTO NA FRONTEIRA BRASIL- URUGUAI: UM ESTUDO A PARTIR DA PRESENÇA ÁRABE NO COMÉRCIO DE FRONTEIRA DE SANTANA DO LIVRAMENTO LIVRAMENTO/RIVERA.....	59
4.1. A presença árabe em Santana do Livramento/Rivera.....	62
4.2. A construção da comunidade árabe a afirmação da identidade cultural dos árabes em Santana do Livramento e Rivera.....	70
4.3. A presença árabe no comércio de Santana do Livramento-Rivera.....	80
4.3.1. O comportamento econômico do comerciante árabe em Santana do Livramento/Rivera.....	87
4.3.2. A influência da cultura árabe na gestão econômica do comércio de Santana do Livramento/Rivera.....	96
4.4. Cultura árabe e desenvolvimento regional em Santana do Livramento e Rivera.....	102
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
REFERÊNCIAS.....	116
APÊNDICES.....	123

1. INTRODUÇÃO

Esta dissertação investiga a influência da cultura árabe em atividades econômicas na “Fronteira da Paz”, como é conhecida a fronteira entre Santana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguai). O objetivo do estudo é analisar como a cultura orienta a ação econômica de imigrantes e de descendentes de imigrantes árabes que atuam no comércio de Santana do Livramento/Rivera e, nesse sentido, como a cultura árabe influencia as práticas comerciais daquela fronteira.

Para escrever esta dissertação, foi necessário um mergulho dentro de trabalhos, de livros, de artigos, de teses e de documentos relacionados ao mundo árabe, a fim de entender o que é a cultura árabe, sua inserção nas fronteiras do sul do Brasil, a participação de imigrantes (e descendentes) nas atividades econômicas destas fronteiras. Mergulhou-se no universo da cultura árabe, em trabalhos que remetem à vinda dos imigrantes para a América Latina, à perspectiva do retorno, à saudade da terra natal, à presença velada em cada trabalho, às dificuldades encontradas pelos imigrantes nas terras de destino.

Quase sem exceção, os trabalhos analisados relatam o esforço e o cuidado das famílias em manter tradições, em cultivar elementos de sua cultura para que os mesmos não se percam com o passar do tempo. Elementos culturais esses presentes nas vestimentas, no uso do véu (*hijāb*) pelas mulheres, na dança, na língua (“ensinar a língua aos filhos para manter a cultura”), nos hábitos alimentares, nas crenças e práticas religiosas, nas práticas comerciais.

A presença árabe no Brasil remonta a segunda metade do século XIX, quando imigrantes árabes chegaram especialmente na região Sudeste e, mais especificamente, no estado de São Paulo. Diferentemente dos imigrantes europeus que, em sua maioria, foram integrados nas atividades agrícolas da produção de café, os imigrantes árabes desde que chegaram ao país se integraram em atividades comerciais, na condição de “mascates” (mercadores ambulantes e vendedores “porta a porta”), atividade a partir da qual muitos prosperaram, possibilitando, inclusive, uma participação crescente no comércio da região (TRUZZI, 1997).

A possibilidade de comércio em outras regiões se constituiu num elemento importante de um processo de “interiorização” da imigração árabe a partir do final do século XIX e início do século XX. Foi dentro dessa perspectiva, por exemplo, que, ainda no final do século XIX e atraídos pela produção de borracha, imigrantes árabes passaram a ocupar a região Norte do

país, na condição de vendedores itinerantes, condição da qual resultou a designação aos comerciantes árabes – naquela região – de “regatões” – comerciante ambulante, um mascate (TRUZZI, 1997). Nas primeiras décadas do século XX, num contexto de crise da borracha, muitos *regatões* (já bem sucedidos em virtude das atividades comerciais realizadas) não somente prosperaram, mas, também, passaram a comprar indústrias e estabelecimentos comerciais de imigrantes que já estavam estabelecidos nos centros urbanos da região Norte. A abertura da Zona Franca de Manaus (já na década de 1960, mais especificamente em 1967) e o comércio na fronteira Brasil e Bolívia facilitaram ainda mais a presença dos árabes no comércio no Norte do País (TRUZZI, 1997).

No Sul do Brasil e, em especial, nas fronteiras com outros países do Cone Sul (Argentina Paraguai e Uruguai), a presença árabe está diretamente vinculada com as possibilidades de comércio, em uma dinâmica semelhante como a ocorrida no Norte do país. Assim, a procura de novas possibilidades comerciais foi o atrativo que levou muitos árabes à fronteira (RABOSSI, 2007). Em se tratando da fronteira com o Paraguai, por exemplo, mais especificamente na fronteira entre Foz de Iguazu (Brasil) e Ciudad del Este (Paraguai), no início a presença árabe ocorreu dentro do processo de interiorização dos árabes já localizados em São Paulo, que passaram a realizar suas atividades comerciais no território paranaense, chegando até a fronteira (RABOSSI, 2007). A possibilidade de potencializar as atividades comerciais com o Paraguai tornou a fronteira um espaço atrativo, fixando um número crescente de comerciantes árabes; a partir daí, as atividades comerciais não somente destinaram-se ao Paraguai (comercialização de produtos brasileiros em território paraguaio), mas, também, passaram a compreender o comércio de produtos paraguaios em território brasileiro.

As regiões fronteiriças, assim, colocaram-se, na história de expansão dos árabes no Sul do Brasil, como regiões estratégicas, pois, além das oportunidades de um comércio local que foi se constituindo a partir das próprias aglomerações das cidades de fronteira, abriram espaços para a comercialização de produtos brasileiros nos territórios dos países vizinhos, a comercialização de produtos desses outros países no território brasileiro, ou mesmo o aproveitamento dessas regiões como espaços de “fugas” das legislações tributárias para a introdução de produtos com origem de outras regiões do mundo (TRUZZI, 2007; JARDIM, 2000).

Foi dentro dessa mesma perspectiva que, no Rio Grande do Sul, as regiões de fronteira entre Brasil e Uruguai tornaram-se atrativas para imigrantes árabes. As possibilidades de

comércio nessas regiões fronteiriças, num primeiro momento, e a presença de “patrícios” que assinalavam as possibilidades promissoras para a realização de atividades econômicas (“os locais onde está bom para o comércio”) foram condições importantes para a atração de árabes e para a consolidação, em diferentes cidades fronteiriças do Rio Grande do Sul, de comunidades árabes (JARDIM, 2000).

No caso da fronteira Santana do Livramento/Rivera, conforme observações empíricas da pesquisadora, a presença de árabes no comércio se faz notar tanto no comércio local quanto no comércio internacional que caracteriza aquela fronteira (free-shops). Assim, por exemplo, em Santana do Livramento um dos principais supermercados (Supermercado 300) é de propriedade de família árabe; é simbólico também, que o Free-Shop (Siñeriz), que fica exatamente na fronteira entre Brasil e Uruguai (na rua Sarandi, rua mais frequentada por turistas que para lá se dirigem para realizarem compras), também é de propriedade de família árabe.

Na análise realizada, a abordagem da relação entre cultura e desenvolvimento não implica, necessariamente, em se pensar a cultura como *meio de desenvolvimento*; ou seja, compreender a cultura como “bens culturais” de um grupo, ou de uma região, que podem ser potencializados visando impulsionar o desenvolvimento (econômico) desse grupo ou região. A cultura é constituinte do ser humano em sociedade; cultura é o um todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade (CANEDO, 2009). Analisar a relação entre cultura e desenvolvimento, nesse sentido, implica em pensar como esses valores, essas crenças, leis, costumes, hábitos, uma vez interiorizados no comportamento de agentes sociais, servem de orientação para a conduta dos mesmos, seja em suas relações sociais, seja em suas relações políticas e/ou econômicas. Trata-se, portanto, de um esforço de compreensão de como determinados valores culturais condicionam o comportamento social, político e econômico de agentes sociais e, em razão disso, podem implicar na própria dinâmica de desenvolvimento presente no espaço de atuação destes mesmos agentes.

Evidentemente, ao pensar a relação entre “cultura árabe” e comportamento econômico de imigrantes e de descendentes de imigrantes árabes numa região fronteiriça entre o Brasil e o Uruguai não se pressupõe que esses descendentes afirmem um “vínculo puro” (sem influências dos contextos históricos, políticos e culturais nos quais se inserem) com a cultura de origem de seus antepassados. De qualquer forma, as comunidades árabes (assim como as comunidades vinculadas a outras origens étnicas) cultivam valores, tradições, costumes que

estão diretamente vinculados com sua cultura de origem. Trata-se, portanto e inclusive, de compreender esse processo de “reprodução cultural”, percebendo que aspectos da cultura árabe se fazem presentes nos modos de agir, de pensar, de sentir da comunidade árabe na região de fronteira objeto de estudo.

Note-se que são muitos os aspectos culturais que, inclusive no senso comum, conforme trabalhos já realizados, identificam árabes e comerciantes árabes. Um exemplo disso é o uso da expressão “turco” para, além de pretender agrupar diferentes nacionalidades orientais existentes no Brasil, identificar comerciantes árabes como um agente econômico que tem um discurso maquiador dos produtos que vende, que comercializa produtos que têm qualidade questionável, que insiste para realizar suas vendas, que é avarento.

Porém, outras características culturais estão presentes no comportamento econômico de imigrantes e de descendentes árabes; assim, por exemplo, é comum que os estabelecimentos comerciais de árabes ofertem uma variedade de produtos, tenham uma aparência estética atrativa para os consumidores, tenham a presença de signos que identificam suas origens culturais (muitas vezes a própria vestimenta utilizada pelos comerciantes, os tapetes nas lojas, os quadros presos nas paredes etc.) (PROCÓPIO, 2006; PETERS, 2007).

Fazendo referência a uma família de origem árabe, Peters (2007) caracteriza as famílias de comerciantes como sendo unidas entre elas, possuindo uma rede de relacionamento intensa e, ainda dentro da própria família, dividindo tarefas administrativas e comerciais, estas ficando muito mais a cargo dos homens, sendo que às mulheres são reservados os assuntos domésticos e familiares.

Não é demais lembrar, também, que a figura do mascate, que define a atuação comercial dos imigrantes árabes no Brasil, desde que chegaram ao País no século XIX, remete a um tipo de agente econômico que possui uma ética de valorização do trabalho, que se sujeita a condições adversas (viagens, comércio em locais desconhecidos, possibilidades de perdas de mercadorias etc.) em nome de uma melhora futura em suas condições econômicas, que realiza poupança, que se vincula a uma rede comunitária (de árabes) como meio de potencializar suas atividades comerciais (TRUZZI, 1997).

Assim, trata-se de compreender as relações entre a cultura árabe e o comportamento econômico de imigrantes e de descendentes árabes. Como a cultura árabe, interiorizada no comportamento desses agentes, orienta suas ações econômicas? É a partir dessa questão que se pretende analisar o comportamento econômico dos comerciantes árabes na fronteira de

Santana do Livramento e Rivera e suas contribuições para a própria dinâmica de desenvolvimento do comércio daquela fronteira.

Para a análise de como a cultura árabe, uma vez interiorizada no comportamento econômico de imigrantes e de descendentes de imigrantes árabes que atuam no comércio da fronteira de Santana do Livramento e Rivera, orienta suas ações econômicas, no presente trabalho adota-se uma perspectiva teórico-metodológica que se deve, fundamentalmente, à perspectiva weberiana de análise da relação entre cultura e desenvolvimento.

Ao se pensar em cultura e desenvolvimento, sendo a cultura uma dimensão condicionante do desenvolvimento, é inevitável a referência a Weber, quando ele escreve que o desenvolvimento está sim vinculado à cultura, às formas culturais de organização de um determinado grupo ou sociedade e que cultura e desenvolvimento não devem ser pensados como dimensões separadas dentro de uma dada sociedade (WEBER, 1987).

Não é demais indicar que, dentro dessa perspectiva, o próprio Weber desenvolveu um estudo que se tornaria uma referência básica para a compreensão da relação entre cultura e desenvolvimento e para a própria compreensão da dinâmica histórica que condicionou a emergência e o desenvolvimento do capitalismo no Ocidente. Em sua obra “A ética protestante e o espírito do capitalismo” (2004), Weber argumenta em favor da tese de que a ética e os ideais puritanos vinculados à tradição protestante (em especial, aquela que se desenvolveu a partir de Calvino) influenciaram o desenvolvimento do capitalismo no Ocidente. Ao contrário do catolicismo romano, onde a devoção religiosa estava desvinculada com a intervenção nos assuntos mundanos, a ética calvinista afirmava essa intervenção como meio através do qual os indivíduos poderiam alcançar a salvação espiritual.

Em sua análise, Weber define o “espírito do capitalismo” a partir de ideias e hábitos que favorecem a procura racional do ganho econômico (“ação racional segundo fins”, na qual o agente, tendo em vista fins previamente definidos, utiliza-se dos meios disponíveis e mais adequados para alcançar, com maior êxito possível, o fim perseguido). Embora esse “espírito” não se limite à experiência cultural do Ocidente, foi no Ocidente que ele se desenvolveu e se tornou uma orientação central na condução não somente das ações econômicas, mas, também, na própria estruturação da vida sociocultural. Após definir o “espírito do capitalismo”, Weber argumenta em favor da tese de que suas origens estão nas ideias religiosas que se desenvolveram a partir da Reforma Protestante. Nessa direção, mostrou que certos tipos de protestantismo (em especial o Calvinismo) favoreceram o comportamento econômico racional, dando, inclusive, um significado espiritual e moral para a vida terrena. O

Calvinismo, argumenta Weber, desenvolveu a ideia de que as habilidades humanas e os conhecimentos humanos são dádivas divinas e por isso o seu desenvolvimento deve ser incentivado nos indivíduos; a partir da ideia de “predestinação” (segundo a qual há uma definição a priori e divina quanto aos destinos espirituais dos seres humanos, se salvos ou condenados), o Calvinismo afirmou a insegurança existencial do ser humano no mundo e a possibilidade de amenizar essa insegurança através da intervenção (disciplinada e orientada por princípios éticos) no mundo.

Assim, para Weber essa ética religiosa impulsionou nos indivíduos pertencentes às comunidades protestantes um comportamento fundado na disciplina, na abnegação ascética em prol do ganho econômico, no planejamento racional das ações; comportamentos esses que, uma vez interiorizados pelos indivíduos, tornaram-se orientadores dos sentidos de suas ações na sociedade, inclusive na economia. Embora a influência dessa cultura religiosa não possa ser colocada como única causa do desenvolvimento do capitalismo no Ocidente, ela não só não pode ser desprezada como é uma das causas principais daquele desenvolvimento (WEBER, 2004). Pode-se afirmar, nesse sentido e a partir dessa leitura de Weber sobre as origens do capitalismo no Ocidente, que a cultura faz toda a diferença em dinâmicas de desenvolvimento.

Mas, ao analisar como a ética religiosa de origem protestante orientou o sentido das ações dos indivíduos e, nesse sentido, contribuiu para o desenvolvimento de um “espírito capitalista”, Weber apontou sua preocupação principal enquanto sociólogo, ou seja, sua preocupação em analisar a ação social, entendida essa como a “ação que, quanto a seu sentido visado pelo agente ou os agentes, se refere ao comportamento de outros, orientando-se por este em seu curso” (WEBER, 1999, p. 03). Weber, portanto, está preocupado com a “conduta” dos atores sociais; o ator social, indica Weber, orienta subjetivamente suas ações para o comportamento de outro, de outros ou de uma pluralidade indefinida de outros indivíduos. Assim, compreender esse sentido construído subjetivamente é a tarefa da análise sociológica da realidade social.

Esse esforço por compreender os sentidos (subjetivos) das ações dos indivíduos remete Weber à procura de um método de análise, chegando ele a um conceito que se tornou de fundamental importância em sua proposta metodológica: *o conceito de tipo ideal*. O tipo ideal permite a unidade de dois pressupostos centrais na metodologia proposta por Weber, ou seja, o fundamento valorativo e a validade objetiva do conhecimento. O tipo ideal é construção do pesquisador (cientista), construção essa que ocorre tanto para estabelecer o

significado cultural de determinados fenômenos quanto para formular proposições empíricas sobre o mesmo. Como afirma Munch (1999, p.193), “um tipo ideal é a seleção arbitrária das características de um fenômeno a partir de inúmeras qualidades presentes na realidade, sem nenhuma tentativa de coloca-lo em uma relação superordenada”; é um modelo, um meio de conhecimento a partir do qual a realidade empírica é investigada, permitindo ao (à) investigador (a) estabelecer aproximações cognitivas entre fenômenos, analisando proximidades e/ou distanciamentos da situação concreta pesquisada em relação ao tipo ideal construído (DOMINGUES, 2000).

O uso do tipo ideal enquanto instrumento metodológico, assim, implica, em primeiro lugar, a construção (pelo cientista) subjetiva (e idealizada) de um curso de ação estritamente racional. Essa construção ideal será utilizada para a comparação com o que realmente se observa na realidade empírica. A partir dessa comparação, então, o cientista tem condições de apontar para aqueles elementos significativos que, na realidade empírica investigada, têm influência no curso dos acontecimentos (WEBER, 2002, p. 74-6).

Portanto, são esses os pressupostos metodológicos, construídos a partir da orientação weberiana, que foram utilizados para analisar o sentido das ações dos comerciantes de origem árabe em Santana do Livramento/Rivera. Ou seja, a partir da construção de um tipo ideal da ação econômica de comerciantes (considerados na pesquisa como empresários), procurou-se comparar essa definição típica com os comportamentos efetivos e reais dos comerciantes árabes em Santana do Livramento/Rivera e, assim, compreender os elementos significativos que aquela realidade implica e apresenta na ação econômica de imigrantes e de descendentes árabes.

Para análise da problemática proposta, a partir do pressuposto metodológico indicado, os procedimentos de levantamento de dados seguiram duas direções principais: a primeira remeteu à necessidade de uma ampla revisão bibliográfica sobre a cultura árabe, que foi fundamental para a definição de um tipo ideal de ação orientada pelos valores da cultura árabe; a segunda remeteu à necessidade de utilizar-se de algumas técnicas de levantamento de dados que permitiram a observação da realidade empírica estudada. Nessa última direção, então, foram utilizadas duas técnicas de pesquisa: a história de vida e a entrevista.

A história de vida, como indica Brioschi e Trigo (1987) inclui, além da narrativa de vida do próprio entrevistado, documentos pessoais, arquivos de família, álbuns, diários, etc. Este método possibilita ao pesquisador compreender, a partir da reflexão e do ponto de vista do narrador, pontos de sua vida e trajetórias por vezes ocultos em outros métodos. Da mesma

forma que o método é histórico, pois quem está relatando volta na história para o momento em que está relatando, é dinâmico, pois apreende as estruturas de relações sociais e os processos de mudança, e também é dialético pois a teoria e a prática constantemente se confrontam durante a investigação (BRIOSCHI e TRIGO, 1987). Assim, as histórias de vida, mesmo sendo particulares, sempre são relatos de práticas sociais; das maneiras com que o indivíduo se relaciona e atua no mundo e na sociedade da qual ele faz parte (BERTAUX, 1980). “O método de história de vida, portanto, procura apreender os elementos gerais contidos nas entrevistas das pessoas, não objetivando, contudo, analisar suas particularidades históricas ou psicodinâmicas” (SPINDOLA e SANTOS, 2003, p. 121).

Na pesquisa implicada na construção da presente dissertação, a história de vida foi um “ponto de partida” no trabalho de levantamento de dados e ganhou grande importância na compreensão dos modos de vida e de ação econômica dos árabes; através de fotografias, de relatos, de conversas, de observações, foi possível adentrar na história desses indivíduos e em suas experiências enquanto pertencentes à comunidade árabe daquela fronteira. No conjunto, foram levantados 12 relatos de história de vida, sendo: quatro entrevistados palestinos de primeira geração e cinco de segunda geração; um libanês de segunda geração e dois de terceira geração. Além dos relatos pessoais dessas pessoas, utilizou-se de blogs montados pela “comunidade árabe” de Santana do Livramento e por outros pesquisadores a fim de resgatar aspectos biográficos para a pesquisa. Importante ressaltar, ainda, que se considera, para fins desta pesquisa, *primeira geração* aquele imigrante que nasceu em outro país e migrou para o Brasil, *segunda geração* seus filhos e *terceira geração* seus netos.

Em relação à entrevista, trata-se de uma técnica em que, como indica Gil (1994), o entrevistador se apresenta ao entrevistado formando perguntas que fazem jus ao que a pesquisa propõe, sendo uma forma de interação social, onde uma parte busca informações e a outra se apresenta como fonte da mesma. No caso da presente dissertação, o tipo de entrevista utilizado foi aquele que é conhecido como “entrevista por pautas” que, como afirma Gil, “apresenta certo grau de estruturação, já que se guia por uma relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando ao longo de seu curso” (GIL, 1994, p. 117). Ou seja, tomando-se como base um roteiro de perguntas, o pesquisador conduz um diálogo com todos os pesquisados, procurando obter desses as respostas para o mesmo conjunto de temas considerados no roteiro de entrevista que define a pauta da conversação.¹

¹ O roteiro de entrevistas utilizado está nos apêndices desta dissertação (ver apêndice 01).

Na presente dissertação, as pessoas que foram entrevistadas foram as mesmas que relataram suas histórias de vida. Após os relatos de história de vida, já com uma compreensão acerca de diferentes aspectos objetivados pela pesquisa, retornou-se ao campo, agora com um roteiro de entrevista. Neste ponto, também foram entrevistados dois membros da comunidade empresarial dos dois municípios, o presidente da Associação Comercial e Industrial de Livramento (ACIL) e o presidente da Associação Comercial e Industrial de Rivera (ACIR). Assim, foram entrevistados, 14 pessoas.

A forma de abordagem, conforme o método de história de vida orienta, foi realizada a partir de um “entrevistado chave”, já com algum contato com a pesquisadora, que indicou outros comerciantes e pessoas que poderiam ser entrevistadas para a pesquisa, e conforme o próprio método indica, esses entrevistados também indicaram outras pessoas, compondo assim o grupo de 14 pessoas. Apenas os dois presidentes das ACI’s (Associações Comerciais e Industriais) não foram indicados, mas faziam parte do grupo de entrevistados por sua relevância ao tema.

Para a apresentação da análise realizada, a partir dos objetivos perseguidos e pelo quadro teórico-metodológico utilizado, esta dissertação está estruturada em três capítulos, antecedidos da introdução, e mais as considerações finais.

O primeiro capítulo é dedicado à análise do conceito de desenvolvimento, em especial sobre a dimensão cultural do desenvolvimento. Trata-se de um capítulo central na dissertação, pois apresenta o quadro teórico que orientou a análise da atuação de imigrantes e descendentes de imigrantes árabes no comércio de Santana de Livramento/Rivera: a partir da orientação de Max Weber, indica-se que a análise de como os atores sociais introjetam valores culturais, tornando-os motivos de ação, tem grande significado cultural para a análise de dinâmicas históricas de desenvolvimento.

O segundo capítulo analisa o território desta pesquisa: a fronteira entre o Brasil e o Uruguai. Em um país de proporções continentais, as fronteiras representam inúmeras situações e são diversas as dinâmicas entre elas. Por vezes, ouve-se falar de “faixa de fronteira no Brasil” e pouco se sabe o que isso quer dizer. No norte do país, as fronteiras se caracterizam de uma forma e no sul de outra; elas não podem ser tratadas como iguais, como tendo as mesmas dinâmicas e as mesmas relações; da mesma forma, seu desenvolvimento é distinto. Na fronteira em questão, se tem uma integração única, onde por vezes não se sabe onde é o Uruguai e onde é o Brasil e, para a população, muitas vezes isso pouco tem importância.

O terceiro capítulo é dedicado ao mundo árabe e sua cultura. Coloca-se neste capítulo o referencial sobre a cultura árabe, os fluxos migratórios, a atratividade das regiões de fronteira para os árabes e todo o resultado da pesquisa a partir da presença árabe em Santana do Livramento/Rivera. A chegada dos imigrantes árabes na fronteira de Santana do Livramento/Rivera ocorreu em dois fluxos: o primeiro fluxo ocorreu no fim do século XIX e início do século XX, composto em sua maioria por sírio-libaneses; o segundo fluxo, já em meados do século XX (em especial a partir de 1948), foi impulsionado pela criação do Estado de Israel e, nesse sentido, composto em sua maioria por palestinos. Também é neste capítulo que se encontra a análise do comércio árabe na fronteira, o início do comércio árabe na fronteira, com a presença dos sírio-libaneses, tanto no lado brasileiro quanto uruguaio e a presença da atividade de mascateação, exercida por quase todos os imigrantes que chegavam até início dos anos 1970. Apresenta-se também a transformação do comércio fronteiriço e a participação dos árabes neste processo. A afirmação da identidade cultural também está presente neste capítulo em um misto de complexidade de relações e intercâmbios entre aqueles que não pertencem a esta cultura, e aqueles que pertencem, mas se veem em um país diferente, com costumes diferentes.

Também no terceiro capítulo encontram-se as variantes do comportamento do comerciante de origem árabe na fronteira. Refere-se a variantes, pois ao longo do trabalho constata-se que há uma mudança de comportamento entre os imigrantes de primeira geração, seus descendentes (segunda e terceira) e entre os fluxos migratórios. E, por fim, encontra-se a relação destas culturas e o desenvolvimento regional: como os próprios comerciantes e empresários “falam” da presença de imigrantes e de descendentes árabes e de suas próprias atuações enquanto agentes econômicos na fronteira entre Santana do Livramento/Rivera.

Por fim, nas considerações finais, os objetivos e as questões norteadoras da pesquisa realizada são retomados para uma avaliação dos resultados alcançados. São apresentados, nesse sentido, os caminhos que permitiram a argumentação em favor da tese defendida, os principais achados em termos do comportamento econômico dos imigrantes e descendentes de imigrantes que atuam no comércio de Santana do Livramento/Rivera, as questões que a pesquisa permitiu levantar e que podem impulsionar continuidades na investigação da problemática apresentada.

2. CULTURA E DESENVOLVIMENTO: O LOCAL DA CULTURA EM DINÂMICAS SOCIOECONÔMICAS.

Como escrever sobre a relação entre a cultura e desenvolvimento sem antes fazer uma reflexão sobre os próprios conceitos de cultura e desenvolvimento? Essa reflexão se faz necessária, inclusive, para clarear os caminhos teórico-metodológicos que são adotados na análise do comportamento econômico dos imigrantes e dos descendentes de imigrantes árabes na fronteira entre Santana do Livramento e Rivera. Mas, também, para clarear a perspectiva que é adotada na análise da relação entre desenvolvimento e cultura, rompendo-se com visões que colocam a cultura como um “bem econômico”, um meio a ser explorado em dinâmicas de desenvolvimento. Não se trata, portanto, de tomar a cultura como bens culturais (“atividades culturais”) estratégicas na geração de trabalho, renda, emprego, promoção de inclusão social, crescimento econômico.

Ainda que essa dimensão de análise seja importante, e se compartilhe que, nas discussões sobre o desenvolvimento, a cultura é relativizada (os bens culturais não são considerados pelo pensamento econômico e, muitas vezes, as políticas governamentais colocam “em planos secundários” a cultura), pretende-se nesta dissertação tomar a cultura como “uma variável independente” na discussão sobre o desenvolvimento. Não existe sociedade sem cultura; se a cultura pode ser entendida como “a totalidade das reações e atividades mentais e físicas que caracterizam o comportamento dos indivíduos que compõem um grupo social” (BOAS, 1964, p. 166), então sua relação com o desenvolvimento (situado esse historicamente) precisa ser entendida numa perspectiva que a coloque como um condicionante do desenvolvimento. O que significa dizer, também, que diferentes culturas condicionam diferentes dinâmicas de desenvolvimento.

Em relação ao conceito de desenvolvimento, é preciso dizer, em primeiro lugar, que se trata de um conceito controverso e amplamente debatido nos meios acadêmicos e científicos. De modo geral, esse debate tem como “pano de fundo” uma concepção que reduz desenvolvimento ao “crescimento econômico”, seja para afirmar essa concepção, seja para critica-la e sugerir concepções alternativas.

Embora o debate sobre o desenvolvimento remonte à economia clássica e esteja presente nas reflexões dos economistas e cientistas sociais que contribuíram para a formação das ciências sociais e econômicas a partir do final do século XIX e início do século XX, ele

ganhou importância principalmente a partir da Segunda Guerra Mundial. Naquele contexto histórico, a “necessidade do desenvolvimento” passou a ser incorporada no discurso de lideranças políticas de diferentes países, inclusive dos países vencedores daquele conflito bélico. No discurso daquelas lideranças, impulsionar um “desenvolvimento” passou a ser estratégico como forma de resolver problemas e contradições da dinâmica histórica do capitalismo, não somente em seus territórios, mas, principalmente, em territórios de países aliados e em condição histórica de “atraso”. Simbólico, nesse sentido, o discurso que o então presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, pronunciou em 1949, numa perspectiva de construção da hegemonia norte-americana no mundo ocidental:

É preciso que nos dediquemos a um programa ousado e moderno que torne nossos avanços científicos e nosso progresso industrial disponíveis para o crescimento e para o progresso das áreas subdesenvolvidas. O antigo imperialismo [...] não tem lugar em nossos planos. O que imaginamos é um programa de desenvolvimento baseado nos conceitos de uma distribuição justa e democrática. (TRUMAN, 1949 apud ESTEVA, 2000 p.59).

O discurso de Truman revelava o interesse de países capitalistas centrais em auxiliar as nações consideradas “subdesenvolvidas”, sugerindo uma rota para o desenvolvimento dessas nações: alcançar padrões de crescimento econômico dos países “desenvolvidos”. A proposta do então presidente norte-americano, portanto, era que o progresso industrial norte-americano fosse também disponibilizado para as regiões “subdesenvolvidas”; condição colocada para que se superasse o “imperialismo” e se afirmassem dinâmicas de desenvolvimento que tivessem como preceitos a distribuição justa e democrática do “progresso econômico”. Mas é importante destacar que no discurso do então presidente norte-americano, uma visão etnocêntrica de desenvolvimento desconsiderava as múltiplas diferenças existentes entre os diferentes países (aliados), agrupando-os à condição de “países subdesenvolvidos”. Naquelas alturas, e no discurso daquele presidente, mais de dois bilhões de pessoas passavam de uma hora para a outra a serem “subdesenvolvidas”, deixando:

[...] de ser o que eram antes, em toda a sua diversidade, e foram transformados magicamente em uma imagem inversa da realidade alheia: uma imagem que os diminui e os envia para o fim da fila; uma imagem que simplesmente define sua identidade, uma identidade que é, na realidade, a de uma maioria heterogênea e diferente, nos termos de uma minoria homogeneizante e limitada. (ESTEVA, 2000, p. 60)

A partir daquela data, desenvolver-se passou a ser considerado um desafio visando sair da condição imposta pelo subdesenvolvimento (considerada indigna, de subordinação, de discriminação e de subjugação) e alcançar patamares de crescimento econômico, com distribuição de renda e integração social. O caminho estava dado e o horizonte definido, pois esse pressupunha que o modelo de desenvolvimento alcançado por algumas nações era uma referência a ser seguida.

Diversos autores, já naquele contexto, tentaram sugerir alternativas a este estigma de desenvolvido/subdesenvolvido, seja através da ideia de que o desenvolvimento deveria ser sinônimo da mobilização de toda uma população em prol de objetivos próprios ou que o desenvolvimento considerasse as perspectivas da própria sociedade, da cultura ou, ainda, que o desenvolvimento fosse *bottom up*, de baixo para cima, já que todas as formas que eram sugeridas da maneira *top down* não atingiram os objetivos propostos (ESTEVA, 2000, 61).

A noção de desenvolvimento que predominava, no entanto, se assentava numa visão presente ainda na economia política clássica, segundo a qual a dinâmica de desenvolvimento do capital (investimentos de capital, desenvolvimento científico e tecnológico, condições favoráveis ao crescimento econômico) resultaria (mais ou menos automaticamente) em desenvolvimento. Enfim, a ideia era de que o simples aumento da produção per capita de bens materiais era sinônimo de desenvolvimento.

Aquela perspectiva de desenvolvimento como crescimento econômico não excluía das análises, no entanto, a preocupação com as consequências sociais de um rápido crescimento econômico, e nem as realidades históricas caracterizadas por processos de exclusão social, pobreza, desigualdades sociais. Nessa direção, inclusive, o primeiro relatório da situação social mundial realizado pela ONU (Organização das Nações Unidas), em 1952, despertou um interesse inusitado tanto nas Nações Unidas quanto fora dela, pois centrava a análise no relato das condições sociais existentes e de relance mencionava ações e programas que pudessem melhorar essas condições (ESTEVA, 2000). Os proponentes dessas ações e programas viram no relatório a inspiração para medidas que amenizassem a pobreza mundial. A ideia, como tantas outras, era promover nos países “subdesenvolvidos” os serviços sociais básicos e “as profissões assistenciais” existentes nos países “desenvolvidos”. Porém, esses objetivos foram ofuscados pela crescente obsessão com a industrialização e com o crescimento do PNB - Produto Nacional Bruto (metas que predominavam nos anos 1950); a crença continuou sendo que melhorias sociais aconteceriam naturalmente em consequência do crescimento do PNB e da industrialização (ESTEVA, 2000).

Importante destacar que, em resultado das discussões e das estratégias que foram defendidas, em especial a partir dos interesses norte-americanos (visando criar condições históricas pró-sistema capitalista e evitar movimentos históricos contrários ao capitalismo, em decorrência desse da intensificação das contradições da dinâmica de desenvolvimento) já a partir da Segunda Guerra Mundial diferentes instituições mundiais foram criadas com o objetivo de “ajudar” governos de diferentes partes do mundo na superação do “subdesenvolvimento”.

[...]. Passado o pior da crise bélica (Segunda Guerra), foi criada, pelos países aliados e pela própria Organização das Nações Unidas, uma série de programas e organismos especiais para ajudar os países a tratar dos problemas econômicos e sociais de modo a manter o equilíbrio mundial. Dentre esses, pode-se citar o Fundo Monetário Internacional, o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, o Acordo Geral de Tarifas e Comércio, o Programa das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, o Programa para a Educação, Ciência e Cultura, a Organização Mundial de Saúde, a Organização Internacional do Trabalho, cada um com função e instrumentos específicos de atuação, mas comum objetivo em comum: melhorar a qualidade de vida das pessoas (OLIVEIRA, 2002, p. 39).

O problema era que os indicadores sociais não melhoravam com o crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), o que ficava evidenciado nos Relatórios Sociais das Nações Unidas, e assim a expressão “desenvolvimento social” foi sendo introduzida nos próprios relatórios; sem qualquer definição específica, a noção de “desenvolvimento social” passou a ser um complemento vago para “desenvolvimento econômico” e como substituta para a expressão “situação social”. Assim, o *social* e o *econômico* eram considerados realidades distintas e então se passou a buscar um equilíbrio entre as situações.

A partir da década de 1960, a ONU passou a cobrar a inclusão dos dois aspectos (econômico e social); aquela instituição reconhecia, a partir daquela década, que o problema dos chamados países “subdesenvolvidos” não era somente de crescimento econômico, mas sim de desenvolvimento, considerado esse como uma dinâmica histórica capaz de integrar positivamente crescimento econômico com mudanças (sociais e *culturais*, políticas) comprometidas com a “melhoria das condições de vida das pessoas”. Contudo, como Esteva (2000) afirma, mesmo com esta mudança de discurso, o desenvolvimento continuou sendo visto como:

Um caminho definível para o crescimento econômico. Nos anos 60, como foi reconhecido mais tarde pela UNRISD, o desenvolvimento social “era visto

parcialmente como uma pré-condição para crescimento econômico e parcialmente como uma justificativa moral para esse crescimento e para os sacrifícios que ele pressupunha”. (ESTEVA, 2000, p. 68)

Porém, no final da década de 1960, a esperança sobre o crescimento econômico sofre um abalo quando as deficiências das políticas e dos processos vigentes tornam-se explícitos. Ficou evidente que o crescimento econômico rápido acarretava em uma série de problemas sociais que cresciam na mesma velocidade. A partir da década de 1970, a ONU passou a reconhecer a necessidade de uma integração entre o desenvolvimento econômico e social, e que esta integração se fizesse presente nos planejamentos de políticas e programas. E com algumas diretrizes inclusivas, a ONU passou a buscar uma abordagem única para a análise e para o planejamento do desenvolvimento, que visava a integração setorial, regional e espacial, em uma espécie de “desenvolvimento participativo”.

Porém, aquele “projeto” da ONU enfrentou críticas e resistências, já que o mesmo questionava as formas vigentes e estratégias de crescimento econômico. O projeto, porém, mesmo tendo sucumbido em sua existência, deu fôlego para ideias e debates a respeito do desenvolvimento que surgiram nos anos seguintes (ESTEVA, 2000).

Foi na década de 1970, também, que alguns especialistas da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) difundiram o conceito de “desenvolvimento endógeno”, amplamente aceito durante algum tempo; esse conceito rejeitava a necessidade da reprodução mecânica de sociedades industriais, propondo que se levassem em consideração as especificidades e diversidade de cada país. Porém esta proposta morreria em si mesma, pois se os impulsos fossem realmente endógenos, não seria possível crer que deles brotaria o desenvolvimento (em qualquer definição); essa condição levaria à dissolução da percepção de desenvolvimento no instante em que ficasse nítida a impossibilidade de impor um modelo cultural e único no mundo, fator que a ONU reconheceu somente em 1978 (ESTEVA, 2000).

Foi também na década de 1970 que palavras como “sustentável” e “sustentabilidade” passaram a acompanhar o termo desenvolvimento. Conforme Veiga (2010), estes termos durante muito tempo haviam sido usados em apenas alguns círculos de cientistas, como, por exemplo, engenheiros de pesca, florestais e agrônomos, sob a perspectiva de “até onde podia-se usar os recursos, pescar, extrair matéria-prima sem prejudicar o ecossistema”. A partir da década de 1970, porém, a “sustentabilidade” passou a ser vista na forma como é conhecida ainda hoje, sob a égide de desenvolvimento sustentável. Ou seja, desenvolvimento sustentável

passou a significar aquele desenvolvimento capaz de suprir as necessidades dos seres humanos no presente, sem comprometimento da capacidade do planeta para atender as gerações futura.

De acordo com Fernandez (2011), a nova onda ambientalista, em função da percepção do uso irrefreável de recursos naturais e o Choque do Petróleo nos anos 1970, trouxe à superfície a discussão sobre os limites da ação humana em prol do crescimento econômico, o aumento da pobreza em escala global, e a alternativa de novas formas de geração de energia. Aquele contexto fomentou a crítica ao modelo de desenvolvimento econômico vigente na época, mostrando “a incompatibilidade entre os processos convencionais de crescimento econômico e a garantia de sobrevivência da espécie humana no longo prazo” (FERNANDEZ, 2011, p. 110).

Foi naquele contexto histórico, de maior preocupação com as implicações do desenvolvimento econômico sobre o meio ambiente, que Ignacy Sachs passou a difundir nos meios acadêmicos e científicos um conceito de desenvolvimento (cunhado pela primeira vez por Maurice Strong, Secretário da *Conferência de Estocolmo*, realizada em 1972 com o objetivo de discutir desenvolvimento e meio ambiente) que ganharia importância nas décadas posteriores: o conceito de “ecodesenvolvimento” ou de “desenvolvimento sustentável” (MONTIBELLER FILHO, 1993). Para Sachs, o desenvolvimento é conceito “pluridimensional”, sendo importante pressupor que “crescimento econômico não é sinônimo de desenvolvimento”, pois “pode haver crescimento; mas um crescimento que comporta custos sociais e ecológicos tamanhos é um crescimento que leva ao mau desenvolvimento” (SACHS, 2000, p. 8).

A partir desses pressupostos, Sachs considerou o que denominou de *cinco dimensões da sustentabilidade do ecodesenvolvimento*: a *dimensão social* – o desenvolvimento precisa ser de tal forma que possa enfrentar o problema das desigualdades sociais e contemplar o atendimento das necessidades materiais e não-materiais das pessoas (SACHS, 1993, p. 25); a *dimensão econômica* – a eficiência econômica não pode ser considerada um fim em si mesmo e precisa ser alicerçada numa perspectiva de “alocação e gestão mais eficiente dos recursos e por um fluxo regular do investimento público e privado” (SACHS, 1993, p. 26); a *dimensão ecológica* – o desenvolvimento não pode ser incompatível com a preservação do meio ambiente, precisa integrar o uso dos potenciais inerentes aos diferentes ecossistemas com uma mínima deteriorização; *dimensão* (SACHS, 1993, p. 26); a *dimensão espacial*: o desenvolvimento não pode ser concentrado geograficamente, pois a concentração implica não

somente concentração de pessoas, mas, também, de atividades e de poder; nesse sentido, há de se buscar uma relação equilibrada entre os diferentes espaços, atentando-se, inclusive, para a necessidade de um desenvolvimento equilibrado entre cidade e campo (SACHS, 1993, p. 26-27); a *dimensão cultural* – que, na visão de Sachs, significa traduzir o "conceito normativo de ecodesenvolvimento em uma pluralidade de soluções particulares, que respeitem as especificidades de cada ecossistema, de cada cultura e de cada local". (SACHS, 1993, p. 27).

Cabe destacar que a partir da definição de Ignacy Sachs sobre ecodesenvolvimento, a cultura aparece como uma dimensão do desenvolvimento. Em suas análises, Sachs enfatiza duas questões relacionadas à cultura: a cultura como mediadora da relação entre sociedade e natureza e a cultura enquanto valores, modos de pensar, de sentir, de existir, estilos de vida de indivíduos, grupos, regiões, nações (SACHS, 2000).

Enquanto mediadora da relação entre sociedade e natureza, a cultura é uma dimensão fundamental do desenvolvimento, pois permite que se compreenda com maior precisão a diversidade não somente no uso de recursos naturais, mas, também, de soluções que se constroem aos problemas relacionados ao uso de recursos naturais.

[...] Estou dizendo identificar o conhecimento que as populações locais têm do seu meio para usa-los como pontos de partida para soluções que devem ao mesmo tempo incorporar todo o conhecimento científico moderno. O problema não está em opor saber prático ao conhecimento. O problema é: como casar o saber prático com o conhecimento (SACHS, 2000, p. 9).

Enquanto “estilo de vida” das populações, a cultura remete aos diferentes modos através dos quais as populações organizam suas vidas, mas, também, aos diferentes tipos de necessidades, de “demandas”:

Cultura é também o conjunto de valores, dos usos e das instituições [...]. Por outro lado, também está ligado com uma outra variável extremamente importante, neste jogo de harmonização do social, do ecológico e do econômico, que é o estilo de vida. Ou seja, um brasileiro não vive da mesma maneira que um hindu. Um francês não vive da mesma maneira que um americano. E isto não é só a diferença cultural. As diferenças culturais, os valores, a história, o peso do passado, tudo isto influi para que haja estilos de vida diferentes. Agora a variável estilo de vida é uma variável crucial. Por que é ela que determina, em última instância, a demanda, o padrão da demanda (SACHS, 2000, p. 10).

A década de 1980 foi considerada por muitos como perdida em termos de desenvolvimento; mesmo com a celebração do progresso econômico dos chamados “Tigres Asiáticos” (Hong Kong, Coreia do Sul, Singapura e Taiwan), a onda de pessimismo permeava os quatro cantos do mundo e, em especial, a América Latina. O processo de “ajuste” entre o desenvolvimento social e o econômico, aliado às (então) recentes questões ambientais levantadas, significou para muitos países ou o colapso ou o abandono da maioria das suas conquistas anteriores. Conforme Esteva (2000), em 1985 já era possível prever uma era pós-desenvolvimento.

A década de 1990 trouxe novos ares para o desenvolvimento e o discurso passou a ser em defesa de um “re-desenvolvimento”, ou seja, desenvolver novamente o que havia sido desenvolvido de maneira confusa nas últimas décadas. No hemisfério norte, a preocupação era a forma acelerada e desenfreada de desenvolvimento que havia sido encorajada anteriormente e como “desfazer o que havia sido feito” de uma maneira positiva para estes países, sem cometer os mesmos erros. No hemisfério sul, a preocupação era como também “destruir” o que havia sido feito nos últimos anos, abrindo espaço para os resíduos vindos do norte; a ânsia de não ficar de “fora da corrida” fez com que muito do que fora construído fosse destruído; esses países, que de “subdesenvolvidos” passaram a ser considerados “países que precisavam ser (re) desenvolvidos” foram integrados a planos transnacionais consistentes com as demandas do mercado mundial.

No Sul, no entanto, a ênfase do re-desenvolvimento não recairá sobre esses empreendimentos que já existem na forma de enclaves tecnológicos ou sociopolíticos. Ao contrário, o re-desenvolvimento envolverá a colonização econômica daquilo que se chama de setor informal. Em nome da modernização, e sob a bandeira da guerra à pobreza – que, como sempre, lança os assalariados contra os pobres, e não combate a pobreza em si – re-desenvolver o Sul significa desfechar o ataque último e definitivo contra a resistência organizada ao desenvolvimento e à economia. (ESTEVA, 2000, p. 72)

O que Esteva quer dizer é que naquele momento, apesar de todos os discursos e políticas, com a adoção do termo “desenvolvimento sustentado”, com a defesa de um desenvolvimento verde e democrático, o cerne da questão era sustentar o desenvolvimento.

Paralelo a este discurso e essas ações, a ONU, através do PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – publicou em 1990 o Primeiro Relatório do Desenvolvimento Humano. Conforme Esteva (2000), aquele relatório seguiu a lógica da quantificação econômica, contudo respeitando os objetivos de medir e de analisar o desenvolvimento socioeconômico. Naquele relatório, o “desenvolvimento humano” foi

apresentado como um processo e um nível de realizações; no primeiro ele seria a “ampliação das escolhas humanas relevantes” e no segundo seria o grau em que essas escolhas são realizadas em comparação com outras sociedades no mundo. O desenvolvimento humano foi relacionado, então, ao nível de privações comparadas, por exemplo, o caso mais bem sucedido de determinado país comparado a outro país (ESTEVA, 2000).

O objetivo do relatório de desenvolvimento humano foi, também, introduzir um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH),² que sintetizasse “em uma escala numérica, o nível global de Desenvolvimento Humano em 130 países” (ESTEVA, 2000, p. 73). Sobre o IDH, Veiga (2005) diz que desde que o mesmo foi incorporado aos relatórios do PNUD a fim de evitar o uso exclusivo do aspecto econômico para fins de comparação; para o autor, após esse fato ficou complicado continuar a insistir na equiparação do crescimento com desenvolvimento.

Após a aceitação de forma mais enfática do IDH como um indicador mais razoável de desenvolvimento, duas foram as manifestações teóricas que chamaram a atenção. Uma foi a exclusão por si só do termo desenvolvimento, assim todas as disciplinas ligadas ao tema que compunham as grades curriculares de cursos de economia passaram a ser simplesmente disciplinas de formação complementar. “Em resumo, o que o economista precisa saber é macroeconomia e microeconomia, duas disciplinas devotadas ao crescimento econômico, e não a ideia muito mais ampla de desenvolvimento” (VEIGA, 2005, p. 20). A outra reação, referida por Veiga, diz respeito à manutenção do termo desenvolvimento, mas em uma perspectiva de conservá-lo como uma espécie de apêndice, ou seja, “aqui falamos de desenvolvimento, mas vamos focar a análise no crescimento econômico, utilizando apenas a renda *per capita*”. Neste interim, excluía-se da análise informações sobre a expectativa de vida e educação.

Já no fim da década de noventa, paralelo à inserção do IDH nos indicadores da ONU, Amartya Sen (1999) indicou um conceito sobre desenvolvimento a partir do indivíduo e se concentrando no tema do bem-estar social. A síntese dos estudos de Sen a respeito da fome é simples: segundo ele não é a falta de comida a causa da pobreza extrema, mas sim a falta da distribuição da renda para o mesmo fim. Sen disserta acerca das liberdades necessárias aos

² De acordo com Williner (2011), o IDH é composto por três componentes: longevidade (cujo indicador é a expectativa de vida ao nascer); educação (cujos indicadores são a média dos anos de educação escolar e os anos esperados de educação – o que deveria ser estudado); e renda (onde o indicador é a renda per capita). Estes três índices analisados concomitantemente formam um valor que corresponde à distância que um território tem de avançar até chegar ao máximo possível. O índice vai de 0 (pior) e 1 (melhor).

indivíduos para que os mesmos possam se desenvolver e, por conseguinte, desenvolver seu meio; a liberdade, para Sen, é o meio e o fim do desenvolvimento.

Sen (1999) apresenta que o desenvolvimento deve ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. Suas teorias confrontam com as teorias mais comuns a respeito do desenvolvimento, como o PIB, aumento de renda da população, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social. Não que Sen despreze a renda ou o PIB de um país para medir seu desenvolvimento, mas este não pode ser o único parâmetro para análise. Para ele, o desenvolvimento está relacionado principalmente com a melhora de vida das pessoas e de suas liberdades desfrutadas.

Por vezes, há dificuldade no entendimento da palavra liberdade empregada por Sen. Ele usa esta palavra no sentido de direito básico a uma pessoa e não apenas liberdade de ir e vir ou liberdade política, como alguns estudiosos entendem. Deixando isso claro, podem-se explicar os diversos tipos de violação de liberdade apontados por Sen. O autor aponta as fomes coletivas em determinados países como uma privação básica da liberdade de sobrevivência, mas aponta também que em países ditos desenvolvidos pode-se encontrar níveis de miséria semelhantes aos países mais pobres do chamado Terceiro Mundo. Nestes países, as privações das liberdades encontram-se na ausência do acesso aos serviços básicos de saúde, de educação e de saneamento. Por sua vez, há países onde a liberdade política é tomada de seus cidadãos, destituindo-os do direito de exercer sua cidadania política. Para Sen, a visão de liberdade “envolve tanto os *processos* que permitem a liberdade de ações e decisões como as *oportunidades* reais que as pessoas têm, dadas as suas circunstâncias pessoais e sociais” (SEN, 1999, p. 32).

A apresentação dos conceitos acerca do desenvolvimento teve o intuito de mostrar diferentes fases de sua construção histórica, mas, também, das implicações das diferentes designações presentes. É nítida a complexidade que permeia o mesmo. O fato é que dificilmente a palavra desenvolvimento consegue se desvincular do conceito de crescimento econômico, pois este ainda é um fator muito valorizado e, inclusive, utilizado (não somente no senso comum, mas, também, em meios científicos) para medir o desenvolvimento de uma região ou de um país. O ponto central desta dissertação, porém, não é a relação entre o crescimento econômico e desenvolvimento, mas sim entre a cultura e o desenvolvimento. Como pode ser visto no histórico de conceitos, a cultura é muito pouco mencionada, e quando o é, não é como um fator condicionante do desenvolvimento, mas sim, como um fator presente, que deve ser levado em conta no momento em que se pensa sobre o

desenvolvimento. E a própria literatura por vezes reforça este pensamento quando enfatiza que a cultura existe e não pode ser ignorada, que cada sociedade tem sua própria cultura e esta vai interferir no processo de desenvolvimento.

Mesmo no conceito de desenvolvimento regional, a cultura muitas vezes assume um papel coadjuvante; a ideia que se tem de cultura relacionada ao desenvolvimento regional é de que ela pode servir como fator de oportunidade para o desenvolvimento, pode ser meio de promoção do desenvolvimento regional. Esse é o caso, por exemplo, do conceito de “criação de oportunidade”, apresentado por Pecqueur (2000), onde a ideia é aproveitar a cultura de determinada região e utilizá-la em favor do desenvolvimento.

Ou, ainda, a cultura é retratada como fator de entretenimento, onde a análise dela com o desenvolvimento também segue a referência das “oportunidades” ou, então, das relações entre diferentes culturas e as possibilidades de uma subjugar a outra. Enfim, muito pouco se fala sobre cultura enquanto fator condicionante do desenvolvimento. No início deste capítulo a proposta era definir o que era desenvolvimento e também o que é cultura e, então, cabe agora colocar a questão: o que é cultura?

Se o conceito de desenvolvimento implica diferentes visões, dificultando sua sistematização e uma definição precisa, com o conceito de cultura não é diferente. A cultura, de acordo com Laraia (1997), teve seus primeiros conceitos formados e sintetizados por Edward Tylor a partir da palavra inglesa *Culture*, que inclui todas as crenças, conhecimentos, artes, moral, leis, costumes e hábitos adquiridos pelo homem em sociedade (TYLOR, 1871 apud LARAIA, 1997). Esta definição abrange tudo o que o ser humano realiza ao longo de sua vida e reforça a característica de que a cultura é algo aprendido e não algo adquirido naturalmente. De acordo com Laraia, Tylor teorizou uma ideia que já permeava a mente humana na época; ideia essa que ganhou maior visibilidade com a filosofia de John Locke, que tentou mostrar que as pessoas não nascem com informações na mente, que esta é uma espécie de caixa vazia, que tem a vasta capacidade de adquirir conhecimento; conforme Laraia, Locke negou a ideia corrente na época (século XVI), segundo a qual princípios e verdades já nascem junto ao ser humano (são inatas, portanto), da mesma maneira que começava os estudos sobre relativismo cultural ao mencionar os princípios práticos e opostos dos homens (LARAIA, 1997).

Porém, ainda que Tylor tenha sintetizado a cultura da maneira como a conhecemos hoje, ele tinha suas bases nas ciências naturais, entendendo a cultura como sendo um fenômeno natural: “A diversidade é explicada por ele como o resultado da desigualdade de

estágios existentes no processo de evolução” (MERCIER, 1974 apud LARAIA, 1997). Para ele, a busca era pela igualdade entre os povos, como se a cultura não fosse algo que “cada um tem a sua”, mas sim uma espécie de escala, pois sua ideia era a de colocar as nações europeias em um dos extremos dessa sua escala, no outro extremo as tribos selvagens e o resto das civilizações no meio destes extremos. Laraia explica Tylor, dizendo que o mesmo escreveu seu livro na mesma época em que a Europa sofria com a influência de Charles Darwin (“A origem das espécies”), ou seja, a ideia de evolução linear dos seres era o que norteava as teorias, mesmo a recente antropologia.

Esta orientação permaneceu com grande representatividade nas ciências sociais (emergentes) até o início do século XX. Da mesma forma que as teorias iniciais acerca do desenvolvimento afirmavam que o desenvolvimento deveria ser igual em todos os países, ocorrendo, porém, em estágios, a cultura naquela época era tratada da mesma forma. Conforme Laraia, a ideia era de que a cultura se desenvolvia uniformemente e, assim, esperava-se que cada sociedade passasse pelas mesmas etapas pelas quais as “sociedades mais avançadas” haviam passado (LARAIA, 1997).

Ainda no início do século XX, a visão “evolucionista” de cultura foi amplamente criticada. Naquele contexto histórico, a contribuição do antropólogo Franz Boas merece registro, pois se trata de um autor que integrou a análise da cultura à história, atribuindo, inclusive, à antropologia, duas funções principais: a) a reconstrução da história de povos ou de regiões particulares; b) a comparação da vida social de diferentes povos, cujo desenvolvimento segue as mesmas leis (LARAIA, 1997, p. 36). Assim, a partir de Boas, a cultura de um povo passou a ter história própria, ter desenvolvimento singular que não pode ser avaliado a partir de outras culturas. A própria antropologia ganhou, com a contribuição de Boas, uma nova direção, pois passou a ser não mais a ciência da cultura, mas a ciência da *diversidade cultural*, uma concepção, aliás, muito aceita a partir de então.

Cada realidade cultural tem sua lógica interna, a qual devemos procurar conhecer para que façam sentido as suas práticas, costumes, concepções e as transformações pelas quais estas passam. É preciso relacionar a variedade de procedimentos culturais com os contextos em que são produzidos [...] (SANTOS, 2006, p. 8).

Se, ainda no início dos estudos antropológicos, a noção de cultura ganhou contornos controversos, no decorrer do século XX não somente a contribuição da antropologia, mas, também, de outras áreas das ciências humanas e sociais tornaram a construção de uma

definição de cultura ainda mais difícil. Laraia, atento a essa complexidade, recorre a um esquema formulado pelo linguista e antropólogo Roger Keesing para, pressupondo ser a cultura “sistemas de padrões de comportamento que servem para adaptar as comunidades humanas aos seus embasamentos biológicos” (LARAIA, 1997, p. 59), apresentar três abordagens possíveis ao conceito de cultura: a) *a abordagem cognitiva*, na qual a cultura “é um sistema de conhecimento; consiste em tudo aquilo que alguém tem de conhecer ou acreditar para operar de maneira aceitável dentro de sua sociedade” (LARAIA, 1997, p. 61); b) *a abordagem estruturalista*, na qual a cultura é entendida como “um sistema simbólico que é uma criação acumulativa da mente humana” (LARAIA, 1997, p. 61); c) *a abordagem simbólica*, na qual a cultura é compreendida como um conjunto de mecanismos de controle e de governo dos comportamentos dos indivíduos (LARAIA, 1997, p. 62).

Para os fins da análise apresentada nesta dissertação, cabe uma reflexão acerca da terceira abordagem (a abordagem simbólica), que tem entre seus representantes o antropólogo norte-americano Clifford Geertz e cuja definição de cultura pressupõe que “o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu” (GEERTZ, 2008, p. 04).

Geertz propõe uma “teoria interpretativa da cultura”, sugerindo que o trabalho etnográfico implica em “escolher estruturas de significação” e “determinar sua base social e sua importância” (GEERTZ, 2008, p. 7). Para ele, a antropologia deve atentar para o “comportamento, e com exatidão, pois é através do fluxo do comportamento – ou mais precisamente, da ação social – que as formas culturais encontram articulação” (GEERTZ, 2008, p. 12). A articulação das formas culturais, continua Geertz, encontram-se, também, “em várias espécies de artefatos e vários estados de consciência. Todavia, nestes casos o significado emerge do papel que desempenham [...] no padrão de vida decorrente [...]” (GEERTZ, 2008, p. 12-13).

A cultura influencia o comportamento social e a diversidade de manifestações humanas em sociedade. Para Geertz, a “cultura é a mediação entre o poder e o objetivo de sua ação”, ou seja, pode ser entendida como um conjunto de significados transmitidos historicamente, que se materializam em comportamentos. Mais precisamente, o autor define cultura como “um padrão de significados transmitido historicamente, incorporado em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida” (GEERTZ, 2008, p. 66). No capítulo em que analisa a “religião como

sistema cultural”, Geertz afirma que os “símbolos sagrados funcionam para sintetizar o ethos de um povo” e “sua visão de mundo”. A religião, segundo o autor, é:

(1) um sistema de símbolos que atua para (2) estabelecer poderosas, penetrantes e duradouras disposições e motivações nos homens através da (3) formulação de conceitos de uma ordem de existência geral e (4) vestindo essas concepções com tal aura de fatalidade que (5) as disposições e motivações parecem singularmente realistas (GEERTZ, 2008, p. 67).

Nessa direção, Geertz sugere que o estudo da religião seja realizado atentando-se para (1) a análise dos significados incorporados nos símbolos que formam a religião propriamente dita e (2) para a análise do relacionamento desses sistemas aos processos socioestruturais e psicológicos. O que significa que a religião, enquanto sistema cultural, tem a capacidade de servir de “modelo” de e para a ação humana, na medida em que influencia não somente as concepções de mundo, mas, todo o comportamento dos indivíduos. O exemplo dado pelo autor é ilustrativo:

[...] Como o comportamento humano é tão frouxamente determinado por fontes de informações intrínsecas, as fontes extrínsecas passam a ser vitais. Para construir um dique, o castor precisa apenas de um local apropriado e de materiais adequados – seu modo de agir é modelado por sua fisiologia. O homem, porém, cujos genes silenciam sobre o assunto das construções, precisa também de uma concepção do que seja construir um dique, uma concepção que ele só pode adquirir de uma forma simbólica – um diagrama, um livro-texto, uma lição por parte de alguém que já sabe como os diques são construídos, ou então através da manipulação de elementos gráficos ou linguísticos, de forma a atingir ele mesmo uma concepção do que sejam os diques e de como construí-los. (GEERTZ, 2008, p. 69).

Como pode ser percebido, um dos aspectos importantes da teoria interpretativa da cultura, desenvolvida por Clifford Geertz, está relacionado à sua análise sobre o comportamento humano e, mais especificamente, na ação simbólica. A preocupação desse antropólogo é compreender como a cultura interfere nos sentidos das ações humanas e, em função disso, sua análise tem aproximações com a sociologia desenvolvida por Max Weber.

Max Weber é um sociólogo alemão, cuja contribuição para o surgimento e para o desenvolvimento da sociologia foi crucial, pois, juntamente com Karl Marx e Émile Durkheim, constitui as bases da sociologia clássica, sobre a qual o pensamento sociológico se desenvolveu ao longo do século XX. Sua construção sociológica compreende temáticas variadas, desde a análise da relação entre indivíduo e sociedade (com ênfase à ação

individual), a análise das formas de estratificação social e de dominação social, a análise das religiões, a análise das causas culturais e significativas do surgimento do capitalismo moderno no Ocidente e de suas características essenciais (a racionalização).

Na base da sociologia de Weber está a preocupação com a ação social. Por ação social Weber entende:

[...] uma conduta humana (que pode consistir num ato externo ou interno; numa condição ou numa permissão) sempre que o sujeito ou os sujeitos da ação envolvam-na de um sentido subjetivo. A ‘ação social’, portanto, é uma ação em que o sentido indicado por seu sujeito ou sujeitos, refere-se à conduta de outros, orientando-se por esta em seu desenvolvimento (WEBER, 1992, p. 103).

À sociologia, enquanto ciência da ação social, cabe captar a relação de sentido da ação humana, ou seja, compreender o conteúdo simbólico que configuram as ações. Toda ação refere-se a comportamentos que revelam que o agente (o ator social) atribui significados, sentidos culturais ao seu comportamento. Contudo, embora seja o indivíduo aquele que atribui sentido às suas ações, esses sentidos têm origem social, ou seja, não são construídos a partir do nada, mas, a partir das interações sociais.

Já na definição de ação social, Weber apresenta sua proposta metodológica para as ciências sociais. A ação social somente pode ser compreendida (captação de sentido) e, para isso, o cientista social trabalha com “uma elaboração limite”, que Weber chama de “tipo ideal”. O tipo ideal, no pensamento de Weber, corresponde “a um processo de conceituação que abstrai de fenômenos concretos o que existe de particular, constituindo assim um conceito individualizante ou, nas palavras do próprio Weber, um ‘conceito histórico-concreto’” (TRAGTENBERG, 1997, p. 8) e expõe “como se desenvolveria uma forma particular de ação social se o fizesse racionalmente em direção a um fim e se fosse orientada de forma a atingir um e somente um fim” (TRAGTENBERG, 1997, p. 8). O tipo ideal, portanto, não descreve um curso concreto de ação, mas “um desenvolvimento normativamente ideal, isto é, um curso de ação ‘objetivamente possível’” (TRAGTENBERG, 1997, p. 8).

Essa perspectiva metodológica adotada por Weber permite que ele compreenda diferentes “tipos” de ação social: a *ação afetiva*, definida “por uma ação emocional do ator em determinadas circunstâncias e não em relação a um objetivo ou a um sistema de valores” (ARON, 1997, p. 465); a *ação tradicional*, “ditada por hábitos, costumes e crenças” que “obedece simplesmente a reflexos enraizados por longa prática” (ARON, 1997, p. 465); a

ação racional com relação a valores, em que o ator “age racionalmente, aceitando todos os riscos, não para obter um resultado extrínseco, mas para permanecer fiel à sua ideia de honra” (por exemplo) (ARON, 1997, p. 464-65); a *ação racional com relação a fins*, em que o “ator concebe claramente seu objetivo e combina os meios disponíveis para atingi-lo” (ARON, 1997, p. 464).

Como afirmado anteriormente, os tipos ideias de ação não correspondem a ações concretas, mas são construções ideais, não podem ser considerados verdadeiros ou falsos, mas válidos ou não-válidos, conforme sua “utilidade para a compreensão significativa dos acontecimentos estudados pelo investigador” (TRAGTENBERG, 1997, p. 8-9).

Como proposta de compreensão dos sentidos das ações, o tipo ideal tem uma aplicabilidade. Em primeiro lugar, “é um processo de contrastação conceitual que permite simplesmente apreender os fatos segundo sua maior ou menor aproximação ao tipo ideal” (TRAGTENBERG, 1997, p. 9); em segundo lugar, “consiste na formulação de hipóteses explicativas” (TRAGTENBERG, 1997, p. 9). Tragtenberg nos dá exemplos explicativos:

[...] para a explicação de um pânico na bolsa de valores, seria possível, em primeiro lugar, supor como se desenvolveria o fenômeno na ausência de quaisquer sentimentos irracionais; somente depois se poderia introduzir tais sentimentos como fatores de perturbação. Da mesma forma se poderia proceder para a explicação de uma ação militar ou política. Primeiro se fixaria, hipoteticamente, como se teria desenvolvido a ação se todas as intenções dos participantes fossem conhecidas e se a escolha dos meios por parte dos mesmos tivesse sido orientada de maneira rigorosamente racional em relação a certo fim. Somente assim se poderia atribuir os desvios aos fatores irracionais (TRAGTENBERG, 1997, p. 9).

Cabe destacar, também, que a construção dos tipos ideais é uma construção subjetiva do pesquisador. São definidos conforme critérios pessoais. Nessa direção, Weber estabelece uma distinção entre “relação com valores”, “juízos de valor” e “juízos científicos”. Os primeiros referem-se a posicionamentos que o cientista tem em relação aos valores e são importantes para a definição dos objetos e, também, para a construção de tipos ideais; os juízos de valor são juízos que contém a fórmula “deve ser” e, na perspectiva de Weber, precisam ser erradicados da ciência; já os juízos científicos são obtidos a partir da compreensão dos sentidos das ações, que permitem um confronto empírico entre o que diz uma teoria e o que é a realidade histórica. Dessa forma, pode-se afirmar que aplicabilidade dos tipos ideias respeita um movimento que implica: a) a construção mental de um curso de ação (pelo pesquisador); b) a comparação do tipo ideal construído com a realidade histórica

concreta analisada; c) a compreensão dos elementos significativos que, na realidade empírica investigada, têm influência no curso das ações/acontecimentos (ARON, 1997, 470 et. seq.).

Com esses pressupostos metodológicos, Weber analisou diferentes fenômenos históricos e sociais: as leis, a democracia, as religiões, o feudalismo a burocracia, o patrimonialismo, o capitalismo e, numa de suas principais obras teóricas (“A ética protestante e o espírito do capitalismo”), sugeriu uma explicação para o surgimento do capitalismo na qual a religião colocou-se como “culturalmente significativa” no desenvolvimento de um “espírito capitalista”. A religião e, mais especificamente, as ideias e atitudes religiosas, ganham um significado especial na análise que Weber realiza sobre as atividades e a organização da vida econômica.

[...] Ele quis demonstrar que a conduta dos homens nas diversas sociedades só pode ser compreendida dentro do quadro da concepção geral que esses homens têm da existência. Os dogmas religiosos, e sua interpretação, são partes integrantes dessa visão do mundo; é preciso entendê-los para compreender a conduta dos indivíduos e dos grupos, notadamente seu comportamento econômico. Por outro lado, Weber quis provar que as concepções religiosas são, efetivamente, um determinante da conduta econômica e, em consequência, uma das causas das transformações econômicas das sociedades (ARON, 1997, p. 491).

Na *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, Weber se pergunta sobre o alcance explicativo da tese marxista segundo a qual a formação histórica do capitalismo deveria ser buscada, fundamentalmente, na economia. A partir do pressuposto de que a dimensão econômica não consegue explicar a dinâmica de toda a sociedade, Weber analisa comparativamente diferentes sociedades ocidentais (onde o capitalismo surgiu), mas, também, sociedades orientais, onde o capitalismo (tal como se desenvolveu no Ocidente) não esteve presente. Nessa investigação, Weber vai aos poucos definindo um tipo ideal de capitalismo, tal como se desenvolveu no Ocidente. O capitalismo, para Weber, está caracterizado pela existência de empresas que objetivam produzir o maior lucro possível; para alcançar esse lucro, as empresas se utilizam de uma organização racional do trabalho e da produção; assim, o capitalista é aquele agente econômico que, em suas ações, integra desejo de lucro com disciplina racional (traço singular do capitalismo ocidental). A passagem seguinte, ainda que longa, é significativa dessa interpretação de Weber sobre o capitalismo:

[...]. Chamaremos de ação econômica ‘capitalista’ aquela que se basear na expectativa de lucro através da utilização das oportunidades de troca, isto é, nas

possibilidades (formalmente) pacíficas de lucro. Em última análise, a apropriação (formal e atual) do lucro segue os seus preceitos específicos, e, (conquanto não se possa proibi-lo) não convém coloca-la na mesma categoria da ação orientada para a possibilidade de benefício na troca. Onde a apropriação capitalista é racionalmente efetuada, a ação correspondente é racionalmente calculada em termos de capital. Isto significa que ela se adapta a uma utilização planejada de recursos materiais ou pessoais, como meio de aquisição, de tal forma que, ao término de um período econômico, o balanço da empresa em termos monetários [...] exceda o capital [...], isto é, o valor estimado dos meios materiais de produção utilizados para a aquisição na troca [...]. Nisto reside o importante, no cálculo do capital em dinheiro, seja através de modernos meios contabilísticos, seja através de qualquer outro meio [...]. Tudo é feito em termos de balanço: a previsão inicial no começo da empresa, ou antes de qualquer decisão individual; o balanço final para a verificação do lucro obtido [...]. Na medida em que as operações são racionais, toda ação individual das partes é baseada em cálculo. A inexistência de um cálculo realmente apurado, o fato de o procedimento ser pura adivinhação, ou simples tradição e convenção, ocorre ainda hoje em toda forma de empresa capitalista em que as circunstâncias não exijam precisão absoluta. Esses fatos, entretanto, pouco afetam a racionalidade da aquisição capitalista (WEBER, 1992, p. 5-6).

A questão central para Weber, então, é saber como esse “espírito do capitalismo”, caracterizado pela racionalização das ações visando obter maior produção com menor custo, surgiu no Ocidente. E sua hipótese é que esse surgimento está vinculado a certo protestantismo, cuja ética religiosa criou motivações (para a ação) que favoreceram a formação do espírito capitalista. Para confirmar essa hipótese, Weber traça um caminho de investigação que, segundo Aron, tem três direções: a) realizou estudos estatísticos para demonstrar que em regiões da Alemanha onde coexistiam grupos religiosos, os protestantes (e, em particular, os protestantes de certas igrejas) possuíam uma participação desproporcional da riqueza e das posições econômicas mais importantes (ARON, 1997, p. 496); b) a partir das constatações estatísticas, Weber parte para outros estudos que “procuram estabelecer a adequação intelectual ou espiritual entre o espírito da ética protestante (ou de certa ética protestante) e o espírito do capitalismo” (ARON, 1997, p. 497); c) por fim, Weber procura “saber em que medida as condições sociais e religiosas seriam favoráveis ou desfavoráveis à formação de um capitalismo do tipo ocidental em outras civilizações, como na China, Índia, no judaísmo primitivo e no Islam” (ARON, 1997, p. 497). Através desse caminho, Weber chega à seguinte tese:

[...] ajusta-se ao espírito de um certo protestantismo a adoção de uma certa atitude em relação à atividade econômica, que é ela própria, adequada ao espírito do capitalismo. Há uma afinidade espiritual entre uma certa visão de mundo e determinado estilo de atividade econômica (ARON, 1997, p. 497).

O que Weber constatou foi que, na ética desenvolvida pela religião protestante, em especial a ética calvinista, determinados valores eram fundamentais: a valorização positiva do trabalho e da riqueza acumulada através do trabalho; a valorização da profissão como vocação (disciplina no trabalho); a renúncia dos prazeres e do desperdício do tempo; a valorização das práticas de reinvestimento da riqueza acumulada através do trabalho; a afirmação de valores tais como a disciplina, a parcimônia, a poupança, o acúmulo de riquezas. Assim:

[...] A ética protestante convida o crente a desconfiar dos bens deste mundo, e a adotar um comportamento ascético. Ora, trabalhar racionalmente tendo em vista o lucro, e não gastá-lo, é por excelência uma conduta necessária ao desenvolvimento do capitalismo, sinônimo de reinvestimento contínuo do lucro não consumido. E aí que aparece, com o máximo de clareza, a afinidade espiritual entre uma atitude protestante e a atitude capitalista. O capitalismo pressupõe a organização racional do trabalho; implica que a maior parte do lucro não seja consumida, mas sim poupada, a fim de permitir o desenvolvimento dos meios de produção [...]. De acordo com Max Weber, a ética protestante proporciona uma explicação e uma justificativa deste comportamento estranho, de que não há exemplo nas sociedades não-ocidentais, a busca do lucro máximo, não para gozar a vida, mas para a satisfação de produzir cada vez mais (ARON, 1997, p. 500).

Portanto, a partir da análise de Max Weber sobre a relação significativa entre uma ética religiosa (aqui tomada como um sistema cultural) e um ethos econômico (o “espírito do capitalismo”) encontra-se uma análise importante dos condicionamentos que a dimensão cultural oferece às práticas sociais, políticas e econômicas. É nessa direção que, entende-se, sua contribuição é de grande importância para a análise de como sistemas culturais condicionam dinâmicas de desenvolvimento (local, regional e, mesmo, nacional). E é nessa direção, também, que as discussões sobre cultura e desenvolvimento apresentadas neste capítulo são tomadas como referências para a compreensão de como os sistemas culturais dos imigrantes e dos descendentes de imigrantes que atuam como comerciantes na fronteira entre o Brasil e o Uruguai (mais especificamente, em Santana do Livramento/Rivera) condicionam suas ações econômicas, contribuindo para que dinâmicas peculiares de atividades comerciais se desenvolvam naquela região.

3. A PROBLEMÁTICA DO DESENVOLVIMENTO NAS REGIÕES FRONTEIRIÇAS DO SUL DO BRASIL.

A ideia de fronteira não raramente é associada ao território que estabelece os limites entre dois países. A própria legislação brasileira define a fronteira como um território indispensável à segurança nacional, compreendendo uma faixa de 150 quilômetros de largura em paralelo ao limite territorial nacional (Lei nº 6.634 de 02 de Maio de 1979). Como a própria lei manifesta, este território é uma área de segurança, onde a instalação de organizações do setor público e do setor privado se dá através de uma legislação específica, com uma série de cuidados diferente dos tomados em outras áreas nacionais.

Embora vista, muitas vezes, como território distante e destinado à segurança do país, que tem a função de resguardar a nação, proteger a terra, a presença do Estado nem sempre garante a segurança esperada. Nessa direção, inclusive, Costa (2012) compara a fronteira, mais especificamente a tríplice fronteira Ciudad del Este (Paraguai), Foz do Iguaçu (Brasil) e Puerto Iguazu (Argentina), com o *western* norte-americano, tão popularizado em produções cinematográficas. Assim o autor esclarece a ausência do Estado:

O problema que se apresenta nesse caso, e que muito comumente extrapola a realidade das telas, diz respeito à dificuldade de o Estado impor-se em localidades extremas ou que apresentem “fatores adversos”. Por mais que a perspectiva contratualista reafirme que a obrigação do Estado é prover a segurança de seus nacionais, caso contrário sua base constitutiva estaria sendo violada [...], na prática, a repercussão dessa obrigatoriedade acaba sendo relativizada (COSTA, 2012, p. 32)

De fato, a presença do Estado em regiões longínquas é na maioria das vezes ineficiente ou somente se apresenta por meio das Forças Armadas, já que nas fronteiras em geral as distâncias são longas, a prestação de serviços, tanto públicos como privados, é escassa e, por vezes, a população acaba por submergir em meio ao caos que se instala no território. Em relação a Ciudad del Este, Robinson se refere:

Uma cidade de duzentos mil punhuistas, prostitutas, arruaceiros, revolucionários, rufiões, traficantes e viciados em drogas, assassinos, chantagistas, piratas, quadrilheiros, extorsionários, contrabandistas, matadores de aluguel, proxenetas e ativistas [que] foi criada pelo ex-ditador do Paraguai, Alfredo Stroessner (ROBINSON, 2001 apud COSTA, 2012, p.33).

O texto de Robinson encontra-se carregado de termos pesados e talvez pejorativos, mas ainda assim reflete um pensamento predominante sobre a fronteira; até mesmo por serem três países, com culturas distintas, com governos e situações socioeconômicas desiguais, é um território propenso à tensão (COSTA, 2012). Corroborando com a opinião de que essa tríplice fronteira se tornou um território tenso, em especial o município de Ciudad del Este, conhecido como local de comércio fácil, de mercadorias baratas, onde milhares de pessoas transitam e se direcionam para comprar mercadorias para revender, propenso à criminalidade (COSTA, 2012). Dreyfus (2005) estabelece um panorama socioeconômico do Paraguai e de Ciudad del Este, apresentando dados que mostram que 68% da economia paraguaia é informal, 70% da frota automobilística é roubada e, sobre a Ciudad del Este, afirma que a lavagem de dinheiro gera um volume anual de três bilhões de dólares (DREYFUS, 2005).

Os textos de Costa (2012), Robinson (2011) e Dreyfus (2005) reforçam a posição da própria lei, mas, também, presente no senso comum, que identifica a fronteira como um espaço de segurança. Ainda refletindo sobre esse senso comum e institucional de fronteira, e utilizando o exemplo da Tríplice Fronteira, recentemente cresceu a especulação sobre as ligações entre Organizações Criminosas do Paraguai com Organizações Terroristas:

Muitos estudos indicam que a região da Tríplice Fronteira seja extremamente favorável à instalação de Organizações Terroristas, inclusive, os atentados à Embaixada israelense (1992) e à AMIA (1994) na cidade de Buenos Aires somente teriam sido viabilizados porque contaram com uma base (ou célula, como é mais comumente utilizado) na Tríplice Fronteira [...] (COSTA, 2012, p. 39).

Esse pensamento intensificou-se após 11 de Setembro de 2001. Em um artigo publicado na *Military Review* (Revista Militar) em 2005, Philip Abbot, tenente-coronel do exército dos EUA, disserta sobre a possível presença de terroristas na Tríplice Fronteira.

A TRÍPLICE fronteira na América Latina delimitada pelas cidades de Porto Iguazu na Argentina, Cidade do Leste no Paraguai e Foz do Iguaçu no Brasil é a área ideal para o surgimento de grupos terroristas. Pode-se dizer que a lei nessa área não é muito fiscalizada e as atividades ilícitas são abundantes, gerando bilhões de dólares anualmente com lavagem de dinheiro, venda de armas e tráfico de drogas, falsificação de dinheiro e documentos e pirataria. Oferece ainda aos terroristas um financiamento em potencial, acesso ilegal a armas e tecnologias avançadas; podem entrar e sair e também se esconder sem muitos problemas, contando ainda com uma população compassiva de onde recrutam novos membros e disseminam mensagens globais. Embora essa área não seja atualmente o centro de gravidade para a guerra total contra o terrorismo, ela tem um lugar importante na estratégia contra o mesmo (ABBOT, 2005, p. 18)

A citação anterior, carregada novamente de termos pejorativos, é também a reflexão de um pensamento difundido acerca dos territórios de fronteira, em especial referindo-se a fronteira Foz do Iguaçu, Puerto Iguazu e Ciudad del Este. A problemática nesta e em outras fronteiras está novamente atrelada à segurança, desta vez sofrendo fortes especulações com bases fracas e que ao longo prazo prejudicam habitantes dessas regiões. Tavalera (2008) critica esse posicionamento do Estado Norte-Americano, afirmando que uma das bases utilizadas pelos militares norte-americanos para as acusações é a própria presença de árabes na localidade:

Devido à grande população oriunda de países do Oriente Médio na região da Tríplice Fronteira [...] houve um pressuposto associativo que nessa região poderia existir células terroristas. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística [...] habitam oficialmente na região cerca de 4000 estrangeiros oriundos dos países da Liga Árabe. Por uma associação grosseira, na qual em Foz existem estrangeiros e descendentes oriundos de países do Oriente Médio, sendo que alguns destes países convivem com a realidade das guerras e terrorismo, os Estados Unidos visaram denegrir a imagem de Foz do Iguaçu, criando um discurso generalizado, como se a comunidade Islâmica do Brasil fosse de caráter terrorista (TAVALERA, 2008, p. 116-117).

Desta forma, questões como criminalidade, corrupção e tráfico, problemas frequentes não apenas em territórios fronteiriços, mas neles por vezes mais evidenciados (dado, inclusive, as grandes distâncias dos centros administrativos de cada país), acabam por ser atrelados ao terrorismo (TAVALERA, 2008). Costa (2012) também toma esta questão e faz referência a posição do Brasil e Argentina frente a esta questão:

A estratégia de atores externos tentando caracterizar a Tríplice Fronteira como uma região de risco iminente, por isso, suscetível a ações internacionais, não encontra eco nos países da região. Pelo contrário, Brasil e Argentina constantemente recorrem ao direito à soberania para evitar que qualquer proposta intervencionista seja implementada, no entanto, não deixam de assumir a responsabilidade por manter a vigilância sobre o local [...] (COSTA, 2012, p. 40).

Centrou-se esta discussão inicial sobre a problemática do desenvolvimento em regiões fronteiriças na Tríplice Fronteira por esta ser uma fronteira semelhante à fronteira entre Santana do Livramento e Rivera e também ter uma presença marcante de árabes. Os exemplos acerca da Tríplice Fronteira reforçam o pensamento de que a fronteira é uma zona que deve ser destinada apenas à segurança nacional, a exemplo da própria lei que a regula.

Porém, além de ser uma área de segurança, onde o policiamento e a presença das forças armadas ocorrem de forma mais intensa e com mais rigor, esta Faixa de Fronteira é um local de convivência de sociedades, também é um lugar habitável. Claro que a fronteira é uma região delicada, propensa à tensão, com índices de criminalidade altos para baixas densidades, mas antes de tudo, a fronteira é um local de vivência, de construção de culturas, de famílias, de grupos sociais. Não será a presença de forças armadas, de muros de contenção, cercas eletrificadas ou barreiras no fluxo de civis que apagará ou desocupará a região; pelo contrário, essa imposição ilusória de segurança pode causar ainda mais conflitos entre as culturas, dividir realmente as fronteiras e acabar com toda a peculiaridade e singularidade presentes nas integrações fronteiriças.

Este foco na segurança da fronteira parece equivocado, pois ele não considera os habitantes da fronteira. Mesmo que os investimentos em segurança fossem muito maiores, que houvesse barreiras e muros de contenção, a esta população ainda seria escasso o acesso a serviços básicos, como saúde e educação, devido as grandes distâncias, como já referenciado.

Neste ínterim, o investimento em áreas que não sejam apenas destinadas à segurança, mas também à educação, saúde, saneamento, serviços, para todos os envolvidos na fronteira, e não apenas aos habitantes de um lado dela, de uma nacionalidade, traria benefícios a todos e, desta maneira, a fronteira seria vista também como uma região de oportunidades, de formação de desenvolvimento e não um problema a ser resolvido. Assim, e trazendo a discussão um pouco para o campo desta dissertação, Bento (2012) retrata a fronteira de Santana do Livramento/Rivera:

[...] não é lugar de perda da identidade brasileira ou uruguaia, mas lugar de construção de uma identidade típica, fronteiriça, binacional, entre brasileiros e uruguaiois que interagem cotidianamente e continuam sendo brasileiros e uruguaiois (BENTO, 2012, p. 23).

Na mesma direção, Tau Golin (2002) se refere à fronteira como:

Definido o limite como a linha político-territorial extrema do Estado-Nação, inscrita na natureza, a mesma objetividade não se pode utilizar para o conceito de fronteira. Apenas como uma referência facilitadora, a fronteira é interpretada como uma faixa ou uma zona existente nos dois lados de uma linha divisória e de difícil precisão [...] administrativa e politicamente, o Brasil adotou como dimensão de sua faixa de fronteira o espaço interno de 150 km da linha, em uma concepção claramente de defesa nacional, ou seja, como área estratégica do Estado. Entretanto, a zona de

fronteira é real e depende das relações sociais em diferentes tempos históricos.
(GOLIN, 2002, p.14)

Golin faz referência à própria legislação e enfatiza a concepção segundo a qual a Faixa de Fronteira é definida sim a partir de uma concepção de defesa, de segurança nacional. O que o autor chama a atenção, bem como outros autores que estudam a fronteira e suas implicações, é que a “zona de fronteira é real e depende das relações sociais”, ou seja, a fronteira não é somente um lugar de segurança e de defesa do país, mas também é um lugar onde as pessoas vivem, constroem suas vidas, se relacionam e formam uma sociedade. Este mesmo território é também fonte de integração internacional de diversas formas, integração esta, defendida e trabalhada pelo próprio MERCOSUL (Mercado Comum do Sul).

Fala-se em fronteira e no que este território significa, seja legalmente ou no aspecto social do mesmo. Desta forma, parece relevante abrir uma discussão acerca dos conceitos sobre território e como este implica no desenvolvimento de uma região. Muitas são as discussões a respeito da função e do conceito de território. Este tem sido palco de ações que partem dos próprios atores sociais que compõem o território, como de ações advindos da área pública (FLORES, 2006). O processo de transformação do território por parte destes atores sociais depara-se muitas vezes com problemas no confronto entre políticas setoriais e territoriais, por exemplo, já que nem sempre os interesses de ordem econômico-empresarial estão de acordo com os interesses dos territórios em que as organizações estão inseridas.

Nascido nas ciências naturais (FLORES, 2006), como forma de denominar a atuação dos animais e dos vegetais em espaços individualizados e coletivos, o conceito de território foi posteriormente incorporado pela geografia com o objetivo de relacionar os espaços, os recursos naturais, a sociedade e o poder. De acordo com os conceitos territoriais de Rambo e Ruckert (2008), que usam como base Raffestin (1993), o território é algo produzido e modificado pela sociedade, que também é consumido pela mesma e que, portanto, a mantém. A pesquisa acerca do desenvolvimento territorial e, nesse sentido, do território não implica somente em estudar a forma física do mesmo, mas sim todos os componentes que nele habitam e o transformam. Sendo esta a base para o entendimento completo do território, Santos (2002) diz que o território não pode ser visto apenas como “conjuntos de sistemas naturais e sistemas de coisas superpostas”. Ele é mais do que isso, ele é território mais a identidade de quem o habita, é “território usado”.

Trazendo este conceito para uma realidade fronteiriça, mais especificamente a fronteira entre Santana do Livramento e Rivera, território desta pesquisa, vê-se a relação destes conceitos com a fronteira quando se percebe que ali o território transcende o físico. É fato de que há o território propriamente dito de Santana do Livramento e também há o território de Rivera, porém as relações que ali se estabelecem não reconhecem esta diferença territorial, demarcada ao longo de toda a fronteira por marcos divisórios que tentam deixar claro que de um lado existe o Brasil e de outro o Uruguai. Ali, o território é nitidamente vivido, pelas pessoas, pelas organizações que ali se instalam, pelas formas de interação social e econômica. Os atores sociais que habitam os territórios dos dois países transformaram-no em um só, de modo que as “linhas divisórias” que separam os dois países muitas vezes passam despercebidas aos próprios habitantes da fronteira, mas, também, a quem visita o local.

Espaço e território não são termos que se equivalem (RAFFESTIN, 1993), pois o espaço é algo natural e anterior ao território, ele já está ali, enquanto que o território é formado a partir do espaço, é resultante de uma ação conduzida por um ator sintagmático. Quando esse ator se apropria de um espaço, ele territorializa o mesmo. Esta afirmação aplica-se à fronteira e corrobora o que foi citado anteriormente sobre a construção do território realizada pelos atores sociais ali presentes, ele é vivido e usado. Raffestin ainda afirma que o território é um espaço projetado por um trabalho e que em consequência disto possui relações marcadas pelo poder. Nas palavras do autor “o espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si” (RAFFESTIN, 1993, p.144). Esta citação esclarece o uso e o domínio de determinado território e as diversas dependências geradas a partir da vivência e uso do mesmo.

Raffestin define o sistema territorial como um conjunto de elementos compostos por malhas, nós e redes. A malha, ou tessituras, é o que existe de mais enraizado ao território e seus limites são impostos pela ação dos nós ou pontos que por sua vez formam redes ou fluxos que reforçam os próprios limites da malha e dinamizam o território. Os pontos ou nós ilustram a posição dos atores, representando locais e poder de referência. Estes nós relacionam-se entre si e estabelecem redes, assim reforçando o poder dos atores sobre o território (RAFFESTIN, 1993).

Assim, a territorialidade reflete a multidimensionalidade do território levando em conta que ele é algo que é vivido. “Os homens ‘vivem’, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou

produtivistas” (RAFFESTIN, 1993, p. 158). Porém, todas essas relações, sejam elas existenciais ou produtivistas, refletem relações de poder, já que há interação entre os atores que procuram transformar tanto as relações com a natureza, bem como as relações sociais que, sem nem perceberem, modificam-se também.

Essa definição de sistema territorial apresentada por Raffestin explica a formação do espaço territorial de Santana do Livramento e Rivera. O espaço existente naquela fronteira estava ali muito antes de ser habitado e foi cenário de lutas e guerras territoriais protagonizadas por ambas as nações (Brasil e Uruguai), cada qual querendo tomar o território para si. Esta informação torna nítida a relação de poder existente na formação de um território. Há um mesmo espaço formado por atores que ali residem, trabalham, estudam e socializam uns com os outros, vivem e produzem, formando assim um mesmo território; mas, ao mesmo tempo, não é o mesmo, pois existem poderes maiores (Estado) que institucionalizam dois territórios, cada um pertencente a um País.

Tendo o conceito acerca de território formado e contextualizado à fronteira, em especial à fronteira de Santana do Livramento/Rivera, território da pesquisa, é importante a discussão acerca da região, haja vista que o capítulo destina-se a discussão sobre o desenvolvimento em regiões fronteiriças.

Corrêa (1997) explica que até o ano de 1970 foram estipuladas três interpretações de regiões entre os geógrafos. Uma trata da região natural, adotada tanto pelos geógrafos físicos quanto por aqueles que adotaram um determinismo ambiental. Esta é concebida a partir da combinação de elementos da natureza como o clima, a vegetação e o relevo, combinação que se traduz em uma paisagem natural, que são diferentes em cada parte da superfície terrestre (a área da caatinga e a floresta equatorial são exemplos de regiões naturais).

A interpretação que pressupõe a região natural foi e ainda é importante para explicar os processos de ocupação e colonização de diversos territórios. Conforme Etges (2001), o território do Rio Grande do Sul antes de sua efetiva ocupação possuía “duas regiões muito específicas: a região dos campos naturais, que correspondia à Campanha e parte da Depressão Central, e a região das matas, que abrangia a outra parte da Depressão Central, a Encosta do Planalto, e o Planalto propriamente dito” (ETGES, 2001, p. 12). Na fase inicial do processo de ocupação do território, é possível observar que os aspectos físicos eram determinantes para o uso do território. A primeira região a ser ocupada foi a região dos campos naturais, localizada mais ao sul do território; pela sua característica, o seu uso foi primeiramente

destinado a atividade da pecuária, atividade que ainda hoje possui grande expressividade na região. A porção centro/setentrional ficou em segundo plano, pois suas características físicas dificultavam a cultura da pecuária. Posteriormente, com a intenção de ocupar essas terras, no fim do século XIX, o governo promoveu a vinda de imigrantes europeus para estas terras com a finalidade de ocupar as regiões e serem donos de pequenas propriedades rurais.

Porém, para que seja possível um maior entendimento da ação humana sobre a região natural e a ação combinada resultante disso, não é mais possível que se permita apenas a referência da região natural para explicar diferenças nos processos de desenvolvimento econômico e social.

A segunda aceção dos geógrafos a respeito da região passa a vê-la como uma área de decorrência de uma paisagem cultural, resultado de um processo de transformação da paisagem natural em paisagem cultural. Como diz Corrêa (1997), a região absorve as características de quem as habita, modo de produção, dialeto, costumes são agregados à mesma, o que permite ainda maior diferenciação entre as regiões. A própria região dos Pampas absorveu o modo de vida dos estancieiros, os vícios, qualidades e defeitos e é caracterizada por eles.

O terceiro conceito de região descrito por Corrêa (1997) caracteriza a região a partir dos pressupostos do pesquisador, que podem ser culturais, étnicos, pelo modo de produção entre outros. Este conceito, contudo, não elimina os anteriores, pode-se dizer que ele os complementa; pois, nessa concepção, é possível identificar diversos tipos de regiões (climáticas, industriais, nodais, etc.), conforme os propósitos do pesquisador. Contudo, para Corrêa (1997), região “é um conjunto de unidades de área, como os municípios, que apresenta grande uniformidade interna e grande diferença face a outros conjuntos” (CORRÊA, 1997, p. 186).

Conforme Etges (2010), a Mesoregião Metade-Sul do Rio Grande do Sul, onde se encontra o município de Santana do Livramento, possui historicamente algumas características que impedem seu dinamismo econômico. A região é caracterizada pelo uso dos campos, pela pecuária extensiva e na rizicultura irrigada nas várzeas.

A dinâmica dessas atividades, a organização do espaço decorrente dos seus habitats particulares e as crises cíclicas definem os comportamentos sociais e demográficos, as formas de concentração de renda e o estilo de consumo da mesoregião (ETGES, 2010, p. 173).

Outras características daquela região, também apresentadas por Etges (2010, *apud* Ministério da Integração Nacional), são a perda crescente do dinamismo da economia regional, a base econômica centrada principalmente no setor primário, a forte presença de grandes propriedades e a baixa diversificação dos produtos, a cultura individualista e a falta de articulação e de empreendedorismo, além de que grande parte da população vive em condições de vulnerabilidade social, tanto no meio urbano quanto rural.

Com a base territorial e regional acerca da fronteira formada, pode-se problematizar a questão do desenvolvimento em regiões através de alguns conceitos acerca de regionalização. Conforme Corrêa (1997), regionalização é o processo de organização das regiões no espaço. O autor questiona sobre as regiões brasileiras, quais regiões que estão sendo criadas no Brasil. Segundo ele, a regionalização que é apresentada hoje aos brasileiros é embasada em limites políticos-administrativos, mas as regiões, em essência, ultrapassam os limites estaduais. Por exemplo, o Nordeste avança pelo Norte mineiro, como a própria Sudene reconhece, mas esses reconhecimentos não afetam a base da organização regional em três grandes regiões. Corrêa (1997) afirma serem três “Brasis” (Centro-Sul, Norte e Nordeste), articulados entre si. Segundo ele, “as três grandes regiões podem ser reconhecidas como expressão de uma nova divisão territorial do trabalho vinculada à dinâmica da acumulação capitalista internacional e brasileira e aos numerosos conflitos de classe” (CORRÊA, 1997, p.199). Essas três grandes regiões diferenciam-se entre si por apresentarem diferenças na especialização produtiva, produtos, meios e relações sociais de produção diferentes, organização espacial diferentes em cada uma das regiões e níveis diversos de articulação interna, interregional e internacional.

O Ministério da Integração Nacional, no Plano Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR (2010), ressalta que a questão regional do Brasil tem relação direta com as relações políticas e econômicas e que com o passar do tempo foi adquirindo um contorno mais exclusivo. As regiões foram se definindo a partir de articulações políticas e não diretamente pelas diferenciações sócio-espaciais. Destaca-se, também, que a questão regional do país emerge do processo de industrialização, que praticamente impôs que as economias regionais interagissem sobretudo com a região Sudeste, principalmente São Paulo, fazendo com que a capacidade de interação econômica fosse crucial para o desenvolvimento das regiões. Esta situação regional despontou a atenção do país para a questão nordestina, como “um problema relativo a seca e seus flagelos” (PNDR, 2010, p. 13). Dada esta situação, as primeiras políticas regionais do país se voltaram para as questões hídricas, com o objetivo

claro de resolver questões relativas ao desenvolvimento do Nordeste, alheios praticamente a outras regiões, com problemas semelhantes, do país.

O PNDR (2010) tem como foco operacional determinados recortes sub-regionais; para tanto, existem as chamadas Mesorregiões diferenciadas que formam “o *locus* institucional de formação de consensos em torno de ações para o desenvolvimento regional” (PNDR, 2010, p. 24). O mesmo também enumera os chamados territórios prioritários, áreas especiais, com a finalidade de orientar de forma mais direta suas ações, como por exemplo a faixa de fronteira. Com estas priorizações, o governo brasileiro tem atuado diretamente na questão regional “primordialmente, por meio de programas com viés de estímulo a sistemas e arranjos produtivos locais, como instrumentos de dinamização econômica e organização/inserção social” (PNDR, 2010, p.24). A finalidade é a geração de empregos e a desconcentração de renda através do aumento de poder econômico de atores sociais.

Em todo o País, existem treze (13) Mesorregiões Diferenciadas, sendo uma delas a Mesorregião Diferenciada Metade Sul do Rio Grande do Sul. De acordo com Etges (2010), essa mesorregião está entre os 13 Programas de Desenvolvimento Integrado e Sustentável de Mesorregiões Brasileiras, que tem a finalidade de promover o desenvolvimento dessas regiões “com base em ações de gestão compartilhada do espaço territorial, através do implemento de ações de cooperativismo intermunicipal e interestadual e da integração das políticas públicas” (ETGES, 2010, p. 176). Como dito anteriormente, essa região possui entre suas características, que vem desde seu povoamento, a presença de grandes propriedades agrícolas, sendo sua principal atividade produtiva a pecuária.

Os conceitos de Corrêa a respeito da regionalização explicam alguns dos critérios levados em conta pelo Ministério de Integração Regional para definir as Mesorregiões Diferenciadas; elas são definidas por questões que vão muito além das diferenciações espaciais, pois agregam a cultura, a política, a economia e outros fatores em comum entre as regiões.

Esta regionalização tem um caráter especialmente importante quando se fala em políticas desenvolvidas especialmente para as mesmas. Na Mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul, onde se encontra o município de Santana do Livramento e no lado Uruguaio, a cidade de Rivera, políticas desenvolvidas para a região são cruciais se levarem em conta todas as características pertencentes à mesma.

3.1 A região de fronteira entre Brasil e Uruguai

Os territórios que hoje são conhecidos como República Oriental do Uruguai e Estado do Rio Grande do Sul durante muito tempo pertenciam a uma mesma região (DORFMAN, 2009), povoada por índios kaingang, guarani e guaucuru, povos esses que com as disputas territoriais ocorridas ao longo do tempo foram praticamente dizimados.

No início do século XVII, os jesuítas espanhóis fundaram uma série de povos na Bacia do Prata. Muitos desses povoamentos foram fundados ao longo do Rio Uruguai, em ambas as margens do rio, com objetivo de catequizar os índios da região. Logo estes povos floresceram, a introdução do gado na região e uso do cavalo fortaleceu seu desenvolvimento, que ademais não contavam com o controle das coroas de Portugal e Espanha. Além da pecuária e do uso do cavalo, ainda introduziram a plantação de trigo e outras culturas que de imediato chamaram a atenção dos bandeirantes que inúmeras vezes atacaram, pilharam e roubaram, tanto a produção agrícola quanto a pecuária (PACHECO & SANGUINETTI, 1985; BARRIOS, 2008).

No final do século XVII, Portugal concretizou um ambicioso plano. Para Portugal havia necessidade de delimitar o seu território com alguma divisão geográfica natural. Para tanto, Portugal elegeu o Rio Uruguai como fronteira natural. Então, em 1680, fundou na margem oriental deste dito rio a Colônia de Sacramento, de frente a Buenos Aires. Portugal ganhou com isso, além de seu limite natural, uma rota comercial importante e que vai até o centro do continente sul-americano (PACHECO & SANGUINETTI, 1985; BARRIOS, 2008). De imediato houve a reação portenha.

De acordo com Abella (2008), Pacheco e Sanguinetti (1985), Barrios (2008) e Pesavento (1985), o século XVIII foi um século de grandes disputas territoriais na região do pampa gaúcho. Tal região não tinha suas fronteiras bem limitadas e a cada novo acordo este território ia trocando de mãos. Contudo, conforme Goes (1991) foi o Tratado de Madri (1750) que deu os principais contornos dos limites atuais, sendo complementados pelo Tratado de Santo Ildefonso (1777) e pelo Tratado de Badajós (1801). O destaque ao Tratado de Madri é que ele incluiu o princípio do *Uti possidetis*, a partir do qual o domínio das terras deixou de ser algo específico do direito civil e passou para o direito internacional público. Este ato tem grande repercussão na região do pampa gaúcho, pois acabou definindo a demarcação do campo gaúcho. Portugal, para deter o poder nesta região, vai dividi-la em grandes Sesmarias,

com apenas um chefe político e militar em cada Sesmaria, que concentrou em si o poder na região e criou as condições para o surgimento de uma sociedade oligárquica (TORRONTEGUY, 1994).

São vários os fatos que demonstram a construção histórica conturbada desta fronteira. A disputa pelo ativo econômico da que a região se tornou portadora devido a boa adaptação do gado, a ação portuguesa na distribuição de Sesmarias e a pouca atenção espanhola fez com que se alargassem os limites portugueses na região. Gral. Artigas, um dos grandes nomes da história uruguaia e que lutou pelos interesses uruguaios, destacou:

Los portugueses se nos cerca con movimientos que no pueden menos que excitar nuestro cuidado. Ya sea interés de aquella corte, ya esfuerzos se los emigrados, ya intriga de Bs. Aires, lo cierto es que vienen. (CARTA DE ARTIGAS A M BARREYRO. PURIFICACIÓN, 11 de enero de 1816, apud, PACHECO & SANGUINETTI 1985, p. 365).

Esta fala, feita pouco tempo antes do domínio português de Montevideú, quando a (hoje) Argentina decide deixar a frente de batalha uruguaia e abandona o Gral. Artigas, evitando gastos com mais um frente de batalha, uma vez que estava em disputas para garantir a independência espanhola e manter unidas as regiões que faziam parte do Vice-Reinado (PACHECO & SANGUINETTI, 1985). Os portugueses anexaram o Uruguai e, com a Independência brasileira (1822), a Província Cisplatina (Uruguai) ficou nas mãos brasileiras, até que em 1828 o Uruguai conquistou sua independência sem, contudo, demarcar definitivamente suas fronteiras com o Brasil.

Sem o gado que vinha da Banda Oriental (Uruguai), a Revolução Farroupilha (1835-1845) acabou sendo mais um fato desta história conturbada. Ao contrário do senso comum, tal revolução foi feita pelas elites locais uma vez que seus interesses, neste caso o privilégio da carne *salada* da Argentina e do Uruguai em detrimento ao charque gaúcho (TORRONTEGUY, 1994). Os farroupilhas exigiam que a Carne *Salada* pagasse os impostos de importação, para que o Charque Gaúcho ganhasse em competitividade. Houve a proposta de desmembramento, até que o fim do conflito veio com a promessa do governo imperial de atender o solicitado dos farroupilhas.

Este ambiente instável se manteve até meados do século XIX, quando o governo brasileiro apoiou o Partido Colorado no Uruguai a retomar o poder, através de um golpe de Estado, custando caro para o Uruguai, e fazendo com que o Brasil confirmasse suas fronteiras

além do Tratado de Madrid (1750), através do Tratado de 1851 (PACHECO & SANGUINETTI, 1985; BARRIOS, 2008). Custou caro aos uruguaios, por que entre vários outros pontos a proibição da venda de gado do Uruguai para o Brasil, em um período de dez anos, acabou levando ao contrabando; sem pagar taxas de importação do gado uruaio o Charque gaúcho voltou a ser rentável.

Em virtude das características da época, os trânsitos nas rotas comerciais davam a tônica da formação de povoados. Uma região que era pouco povoada favorecia as trocas comerciais. Os espanhóis partiam desde o porto de Montevideu e os portugueses desde o porto de Rio Grande, e nestes trânsitos os entrepostos para reabastecimento, ou mesmo os acampamentos militares, evoluíram para a formação de povoados. Estes povoados criados pelo comércio pouco compreendiam as fronteiras como barreiras, tais barreiras não eram efetivamente respeitadas. Ao contrário, a fronteira era usada como uma possibilidade de ganho, contrabandeando produtos para ambos os lados (PESAVENTO, 1980).

Um bom exemplo destas formações seria o caso de Uruguiana, que foi erguida com o objetivo de ser um posto fiscal, mas que em paralelo foi sendo fundada uma série de ranchos e povoados que receberam a alcunha de Santana do Uruguai (PONT, 1982, p. 69). Segue, também como exemplo, o caso de Dom Pedrito, que recebeu este nome devido um espanhol conhecido por Don Pedrito, que liderava as ações de contrabando, sendo considerado como um dos maiores “*changadores*” da região (GIL, 2007, p. 11).

Segundo Gunter Axt (2002, p.1), a diferença entre os preços e as tarifas levou a fundação do povoado outro lado do Rio Jaguarão, o que hoje é conhecido como Rio Branco, para ter um maior ganho, em detrimento aos ganhos brasileiros em Jaguarão. As formações de cidades-gêmeas ao longo da fronteira Brasil-Uruguai, comprovam esta relação forte e dual nesta fronteira. Santana do Livramento é uma mostra desta relação dual.

Santana do Livramento, uma acampamento militar, foi fundada em 1811 por ordem de D. João VI, como um meio de auxiliar a Coroa Espanhola contra os movimentos de independência do vice-reinado de Prata. Tal acampamento militar acabou sendo utilizado no acordo de 1851, com base no *Uti possidetis*, estendendo os domínios brasileiros até Santana do Livramento. O desenrolar da formação do município segue a seguinte ordem cronológica: em 1823, autoriza-se a construção de uma capela; em 1857, desmembra-se uma área do município de Alegrete; e, finalmente, em 1876, surge a cidade de Santana do Livramento (ALBORNOZ, 2000, p. 29-32).

Gral. Artigas tinha consciência que as ações portuguesas de expansão eram um dos grandes empecilhos ao desenvolvimento uruguaio, o que acabou inspirando as lideranças uruguaias a criarem povoados ao longo da fronteira para conter o avanço português. Rivera é produto destas ações, já no final do século XIX. Foram aumentadas as condições de infraestrutura e a ligação com Montevidéu para garantir a posse destas terras por parte uruguaia. Contudo, os primeiros censos mostravam uma maciça presença brasileira, tanto no número de habitantes quanto na economia como um todo (BARRIOS, 1990).

Rivera, desde a sua lei de fundação, já mostrava a sua intenção de ser um posto aduaneiro: “quando o Poder Executivo considere conveniente poderá estabelecer nesse ponto uma Aduana Terrestre” (DORFMAN, 2009). De uma forma geral, pode-se afirmar que os estabelecimentos destes núcleos se deram por dois motivos principais: a) a guarda das linhas fronteiriças e; b) o controle aduaneiro (DORFMAN, 2009). Ambos os povoados foram criados com a mesma função, por Estados diferentes, e acabavam se relacionando para o abastecimento dos moradores locais. Esta região, sem grandes acidentes físicos, causava inquietação dos Estados nacionais que buscavam algumas ações de segurança; contudo, desde o início as relações já se davam pelos ganhos comerciais que a fronteira proporcionava (BENNAFLA, 2002, p. 140).

No início da formação de ambos os povoados esta linha era formada por militares e comerciantes que chegavam à região. Os peões da região eram atraídos pelas comodidades urbanas que pouco se via na região, uma maior facilidade a alimentos, a igreja e outros. Para Albornoz (2000), uma viagem até Pelotas, um dos importantes centros comerciais e urbanos da época, levava de 18 dias, em boas condições climáticas, até 80 dias, em condições adversas. O comércio era inevitável, sobretudo para Santana do Livramento, dado a sua posição isolada frente ao resto do país. A melhor infraestrutura uruguaia possibilitava a chegada de uma série de produtos provenientes do interior do Uruguai, como frutas e produtos semimanufaturados, uma vez que o lado brasileiro não contava com hortas ou indústrias (RESENDE SILVA, 1922).

Segundo Bentancor-Rosés (2002, p.93), os moradores de Livramento ganharam com a fundação de Rivera também por que tiveram acesso a mercadorias importadas pelo Uruguai, com taxas que chegavam até a metade das que eram praticadas no lado brasileiro. Moradores de outras localidades no interior do Rio Grande do Sul também aproveitavam a diferença de preços, outorgando destaque econômico para as duas cidades fronteiriças.

Como pode ser percebido, desde o início da formação da fronteira Brasil/Uruguai os municípios de Santana do Livramento e de Rivera se relacionam de uma maneira híbrida. As distâncias do lado brasileiro e as fortes relações de Rivera com a capital oriental Montevideú contribuíram e ainda contribuem para que as relações sociais, de serviços e comerciais sejam intensas.

Levando em conta todo o hibridismo que nesta fronteira existe e a singularidade que a mesma possui, desde 2004 existe um acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Uruguaios, que firma a

Permissão de Residência, Estudo e Trabalho aos nacionais de uma das Partes, residente nas localidades fronteiriças listadas no Anexo de Localidades Vinculadas poderá ser concedida permissão para: Residência na localidade vizinha, situada no território da outra Parte, à qual fica vinculada na forma deste acordo; Exercício de trabalho, ofício ou profissão, com as conseqüentes obrigações e direitos previdenciários dele decorrentes; Frequência a estabelecimentos públicos ou privados. (BRASIL, ACORDO para permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Uruguaios, 2004).

Com este acordo, as relações entre ambos os países tornaram-se mais simples, sendo possível o acesso ao trabalho, a instituições de ensino, crédito e residência tanto no lado brasileiro como no lado uruguaio, como mostra o jornal *Correio do Povo* de 15/04/04 em matéria sobre oficialização do acordo:

À brasileira Clara Medeiros, de 20 anos, e ao uruguaio Luisito Quenon, de 41 anos. Natural de Arroio Grande, a comerciária Clara vive em Jaguarão e trabalha em Rio Branco há quatro anos, mas até ontem não podia desfrutar dos direitos trabalhistas e previdenciários uruguaios. Para o peão Quenon, natural de Cerro Largo e morador de Rio Branco, o documento é a porta de entrada para o mercado de trabalho brasileiro. Na próxima semana, ele espera poder assumir a vaga que lhe foi oferecida em uma chácara perto de Jaguarão (*CORREIO DO POVO*, 15/04/2004, p. 20).

Segundo Betancor (2008), os habitantes da fronteira, em seus contatos, definem um cotidiano caracterizado por dualidades.

Reconocen el valor de la convivencia, afianzada por lazos de parentesco y solidaridades en espacios compartidos; reconocen logros obtenidos que operan en base a acuerdos internacionales (interconexión eléctrica, comunicaciones telefónicas, etc.); giran en torno a un cotidiano de intercambio comercial que transita

entre lo legal y lo ilegal, con límites muy difusos para ambas comunidades (BETANCOR, 2008, p.24-25).

Assim, os habitantes da fronteira se mesclam de diversas maneiras, seja no trabalho, morando no Uruguai e trabalhando no Brasil, morando no Brasil e casando no Uruguai, como retrata Sanchez, que registra que matrimônios ocorrem entre brasileiros e uruguaios, que muitas vezes escolhem Rivera pelo fato de lá o casamento ser gratuito, enquanto que em Livramento ele é pago e caro (SANCHEZ, 2002). Da mesma forma, a autora relata a situação de nascer de um lado e registrar-se do outro, onde os habitantes nascem no Brasil, mas se registram no Uruguai ou a situação inversa. É comum ouvir-se “nasci *acá*, *pero* me registrei *allá*” e isso se deve a uma escolha pelo sentimento de pertencimento ou, “além deste sentimento de pertencimento, que pode ser uma das razões que motivem o registro de nascimento num país diferente daquele onde se nasceu, também existem outros motivos como, por exemplo, a esperança de obter futuros benefícios econômicos ou sociais...” (SANCHEZ, 2002, p. 64).

Outro aspecto destacado por Sanchez é a ilegalidade, mas não a ilegalidade enquanto criminalidade; a ilegalidade de fronteira, aquela que rompe a tênue linha entre o legal e o ilegal. Essa linha por vezes se encontra atrelada ao comércio, marcante nesta fronteira, tanto pelos free-shops, principal ramo comercial de Rivera, que atrai turistas de todo o Brasil e, em consequência disso, gera demandas por serviços como alimentação e hotelaria e até mesmo vestuário. Mas além deste comércio que gira em torno do turismo de compras, há a demanda local por produtos e serviços, e neste ponto Sanchez se refere ao comércio de Santana do Livramento e Rivera como “desequilibrado”.

A propaganda comercial de uma variedade de produtos e comércios de Santana é permanente na rádio e na televisão de Rivera (lembramos que muitos dos comércios da cidade vizinha são de donos uruguaios). Desta forma, as compras das despesas familiares feitas todos os dias, seja na cidade de Santana ou na de Rivera (práticas cotidianas), desde a perspectiva do Estado nacional, se definem como contrabando (SANCHEZ, 2002, p. 74)

Assim, as populações se utilizam da fronteira e do comércio em seu próprio benefício, mesmo as práticas de *bagayero* e *sacolera*, que são pessoas que compram produtos como café, arroz, feijão, erva-mate, entre outros produtos e levam para localidades no interior do departamento de Rivera, ou até mesmo armazéns dentro do município com o intuito de revender, não pode ser considerado como contrabando; são atividades que, sim, perante a lei

são ilegais, mas que têm a intenção de prover o sustento das famílias fronteiriças. A autora descreve o uso da fronteira para fins de subsistência ou de comércio como prático:

Esta fronteira apresenta, para sua população, uma série de oportunidades e recursos novos e estratégicos, e é neste sentido que falamos de um sentido prático da fronteira. Se considerarmos uma prática como o contrabando, esta prática revela uma estratégia cotidiana ou um sentido prático da fronteira para comprar a melhor preço, melhorar a rentabilidade ou adquirir produtos diversos. Porém, a população fronteiriça, pratica o contrabando cotidianamente, o faz em função de determinadas suposições sobre qual é o melhor fiambre (para riverenses e santanenses, o queijo e o fiambre uruguaio é de superior qualidade e se compra em Rivera), onde se conseguem os melhores lençóis e toalhas de banho (tradicionalmente em Livramento), onde comprar os medicamentos mais confiáveis (geralmente nas farmácias uruguaias), etc., etc. Isto é, não é conveniente falar de sentidos práticos da fronteira sem considerar as ideias, estereótipos ou representações que riverenses e santanenses têm desta fronteira e de si mesmos, porque para os atores fronteiriços o mundo da fronteira não só se divide em dois (antes e depois da linha, cá ou lá ou deste lado e do outro lado), também se carrega de uma série de valores que determinam que coisas são melhores, desde as escolas, ou os serviços públicos até a aspirina, as linguças, os biscoitos ou os cachorros. (SÁNCHEZ, 2002, p. 61).

Isso faz parte da vida na fronteira, de seus moradores, é o poder de escolher onde comprar o leite, normalmente mais barato no Uruguai, e o macarrão, normalmente mais barato em Livramento. Dorfman (2009) vai mais além, relatando as diversas relações comerciais estabelecidas por meio de contrabando na fronteira Livramento/Rivera. Porém a mesma fala que durante sua pesquisa:

[...] empregar a palavra ‘contrabando’ em Santana do Livramento-Rivera equivalia a uma declaração de ignorância do *ethos* fronteiriço. Além de revelar-se como estranho ao lugar, significava não pactuar com a compreensão local sobre a atividade, já que a designação “contrabando” se origina em parâmetros extra-locais de legalidade, trazendo em si uma condenação velada. Isso é inadmissível num contexto em que a atividade é disseminada e normalizada, envolvendo a todos, seja como estratégia de abastecimento cotidiano, seja como alternativa de ocupação e geração de renda (DORFMAN, 2009, p. 178-179)

Enfim, essa tênue linha entre o legal e o ilegal se mescla no dia-dia desta fronteira. Como relata Bento (2012):

A vida social em uma área de intersecção numa região de fronteira entre Estados é diferente da que se vive em áreas situadas no miolo do Estado. Pode haver conflitos ou integração. Neste caso, tal área é de integração com diferenciação. Como resumiu o sociólogo uruguaio Enrique Mazzei, a fronteira entre Rivera e Santana do Livramento é “um espaço social com acentuada unidade na diversidade” [...] (BENTO, 2012, p. 22).

Esta citação de Bento (2012) exprime com simplicidade a vida da fronteira, onde a diversidade forma com naturalidade uma unidade, alheia a leis, regras ou imposições que tem o intuito de afetar a vida dos que ali habitam.

4. CULTURA ÁRABE E DESENVOLVIMENTO NA FRONTEIRA BRASIL-URUGUAI: UM ESTUDO A PARTIR DA PRESENÇA ÁRABE NO COMÉRCIO DE FRONTEIRA DE SANTANA DO LIVRAMENTO/RIVERA.

Seja andando pela rua, na loja de calçados que tem no caixa quadros com *suratas*³, no supermercado que possui uma prateleira com produtos árabes e até mesmo nas conversas entre imigrantes na rua, a imigração árabe se mostra na Fronteira da Paz. Porém, não é apenas na fronteira entre Santana do Livramento e Rivera que os árabes se encontram e nem foi a primeira fronteira a receber imigrantes de origem árabe. A imigração árabe para o Brasil teve início no fim do século XIX e começo do século XX (TRUZZI, 1997) e tem sido tema de trabalhos e estudos acadêmicos há alguns anos. Estudos estes que enfocam desde a vinda para a América, a integração e a interação com outras culturas, os aspectos religiosos, a introdução da profissão de mascates, a perspectiva de retorno à terra de origem, a expansão para as regiões de fronteira.

Não há um dado preciso acerca da distribuição da população árabe no Brasil. De qualquer forma, uma referência a essa informação é dada pela Liga dos Estados Árabes no Brasil (informação com a qual as Embaixadas no Brasil também trabalham), segundo a qual 55% são Libaneses, 45% são Sírios e 10% são Palestinos (JARDIM, 2000).

Os sírios e os libaneses migraram para o país no início do século XX, enquanto que a imigração palestina é mais recente (JARDIM, 2000). Assim, os imigrantes árabes, seja qual for o país de origem, se instalaram no Brasil, foram fixando raízes e construindo suas histórias. Essas diferentes fases imigratórias, mas, também, a distribuição dos árabes em Santana do Livramento são questões tocadas pelos imigrantes ou descendentes de imigrantes que concederam entrevistas para esta pesquisa, como pode ser observado no relato de Roque⁴, comerciante e advogado em Santana do Livramento/Rivera.

Nós vamos falar aqui de árabes não no Brasil, mas na fronteira de Livramento e Rivera. Então, essa migração árabe no Brasil ela passou a ser mais frequente em número a partir dos anos 60, depois do 48, vamos dizer assim, porque aqui nessa fronteira aqui, o maior número de árabes que tem aqui são palestinos, né, o número

³ Surata é o nome dado para cada capítulo do Alcorão, livro sagrado do Islamismo.

⁴ Todos os nomes citados são fictícios, para proteger a identidade dos entrevistados, salvo quando se referir a determinada família e quando a fonte não for entrevista concedida à esta pesquisa e sim de fontes secundárias.

predominante é de palestinos, são 28 países árabes mais ou menos. Nós temos muito poucos aqui, se eu não me engano tem um ou dois jordanianos aqui, sírios uns dois, libaneses alguns, espalhados aqui pela cidade de Rivera, muito poucos aqui em Livramento, e a maioria palestino, a maioria predominante aqui é palestina, ou seja 95% dos árabes aqui são palestinos né, só pra voltar na questão assim, árabe/palestino né, a gente chama assim: o mundo árabe em que foi dividido em vários países, e aí sim, é sírio-árabe, palestino-árabe, libanês-árabe, volta pro árabe, não é?! Os palestinos passaram a vir pra cá pro Brasil em consequência realmente da guerra, com o conflito árabe-israelense, vamos dizer assim, ou palestino-israelense né, em 48 quando, aí sim Israel, exatamente acabou proclamando lá a independência dessa primeira metade ali e depois tomada a segunda metade, muitos palestinos já saíam em busca, vamos dizer assim, de alternativas né, em função da guerra, instabilidade da região. Então assim, muitos acabaram indo, ahn.... para países árabes assim na volta e outros acabaram sendo influenciados por outros que tinham vindo antes na busca realmente de um estabilidade na vida deles e assim, não que fosse uma ida definitiva, tu entendeste, o sonho sempre foi do ir, tentar se.... buscar o mínimo assim de recursos financeiros e retornar pra terra, tu entendeste? Até que fosse resolvida essa questão, e a questão realmente ela perdurou no tempo. Bom, a primeira etapa foi então em 48, e que aí sim, um grande número de gente começa a sair dali, e depois em 67, aí sim, quando em 67 quando Israel praticamente toma, tomou todo o território, aí sim muitos saíram mesmo e se espalharam realmente pelos países árabes e muitos acabaram sim abandonando e vindo parar. Por que o Brasil? O Brasil, por um lado vamos dizer assim, eu vejo que o governo brasileiro facilitou muito a entrada também entendeste? Não sei se simpatizou com o árabe ou se... por todo o contexto assim do palestino, da situação, acabou havendo certas facilidades assim para que [...] entrasse pra cá (ROQUE, entrevista concedida em dezembro de 2013).

Para muitos imigrantes árabes, a ligação com o comércio não ocorreu ao acaso, mas dentro de uma perspectiva de retorno aos seus países de origem. A questão é que a vinda para o Brasil nunca teve como objetivo a fixação de residência; para esses imigrantes, a perspectiva de retorno estava sempre presente (OSMAN, 2006) e, assim, a procura por atividades que gerassem um retorno financeiro rápido colocou-se como estratégica. A profissão de mascates, em especial nos períodos iniciais da imigração, cumpriu essa finalidade.

Evidentemente, a perspectiva de um retorno financeiro que pudesse apressar a volta aos seus países de origem não foi o único motivo que levou muitos imigrantes árabes a desenvolver atividades comerciais (na condição de mascates). É preciso notar, também, que nem sempre a estrutura agrária brasileira, bem como as políticas governamentais de incentivo à ocupação de terras agrícolas, favoreceu a integração dos imigrantes árabes à condição de agricultores (atividade, aliás, que a maioria dos imigrantes exercia em sua terra natal) (CASTRO, 2007). Desta forma, como o objetivo de prosperar era intrínseco aos imigrantes, os mesmos foram se apropriando da profissão de mascates, orientados por outros patrícios, e como profissão temporária. O depoimento abaixo, buscado no trabalho desenvolvido por Osman (1998), ilustra esta situação:

Eu tinha até a opção de me dedicar ao meu ofício de barbeiro, mas uma pessoa que viaja em alto-mar, atravessa um oceano, vem para uma terra desconhecida, sem conhecer nada da língua não é por pouca coisa que vem... Não vem só para ganhar o mínimo, vem por muito... ou então, nem viria! Por isso que todo árabe acaba se dedicando ao comércio como mascate (OSMAN, 1998, p. 361-2).

Conforme acumulavam capitais, os árabes começavam a abrir pequenas lojas, chamando amigos e parentes para trabalhar juntamente a eles, vendendo por consignação, criando assim relações de confiança. À medida que prosperavam na atividade comercial, passavam a se dedicar ao setor atacadista, fornecendo mercadorias para patrícios que estavam chegando, criando um círculo de relações (CASTRO, 2007). Como relata Arruda (2007), os imigrantes que no Brasil chegaram identificaram no ramo comercial oportunidades e começaram a se dedicar a elas.

Inicialmente como mascates que levavam seus produtos até a casa dos clientes, tanto nas cidades como nas fazendas mais distantes do interior. Com o passar do tempo, foram desenvolvendo seus negócios, abrindo lojas, indústrias e se inserindo definitivamente na sociedade brasileira. O sucesso de alguns foi incentivando a vinda de outros mais e o estabelecimento de famílias inteiras aqui (ARRUDA, 2007, p. 24).

Jardim (2000) destaca que a inserção árabe em uma atividade econômica era necessária para a própria subsistência do mesmo. Desta forma, a figura do mascate se torna atemporal, quase como um tipo humano; tornou-se o ofício do recém-chegado. A figura do mascate, assim, deu vida a um conjunto de elementos que contribuíram para a integração dos árabes no Brasil, pois através dessa atividade os imigrantes eram bem vistos pela sociedade receptora, principalmente no que rodeava a ética no trabalho, dissipando-se, assim, dúvidas quanto à origem e à índole árabes (TRUZZI, 1997).

Os imigrantes árabes logo tiveram que aprender o português, já que as atividades que exerciam exigia o contato direto com os clientes. Essa foi, certamente, uma das primeiras barreiras enfrentadas pelos imigrantes árabes em território brasileiro. Evidentemente, para os que foram se deslocando para territórios fronteiriços, realizando atividades econômicas não somente em território brasileiro, mas, também, nos países vizinhos, a necessidade de aprender a língua espanhola também se colocou como um desafio e uma dificuldade (ARRUDA, 2007).

4.1. A presença árabe em Santana do Livramento/Rivera

De forma semelhante ao restante do País, a imigração árabe na fronteira entre Santana do Livramento e Rivera ocorreu em dois períodos: o primeiro no fim do século XIX e o segundo a partir de 1948, com a criação do Estado de Israel.

O primeiro fluxo migratório foi composto, basicamente, por imigrantes de origem sírio-libanesa (ASSEF, 2014) e inúmeros foram os motivos que impulsionaram aquele primeiro ciclo migratório, embora a busca por melhores condições de vida tenha se colocado como predominante.

São variados os motivos que levaram os sírios-libaneses a deixar seu país, como o crescimento da agricultura e a diminuição de atividades ligadas ao pastoreio, forçando uma urbanização maior, ao mesmo tempo em que aumenta o controle governamental sobre essa população. Na Grande Síria, a administração pública vai dar preferência a camponeses assentados, que pagavam impostos e que estavam sujeitos ao recrutamento militar. Por outro lado, se o aumento dessa urbanização provocou um crescimento populacional, com o declínio das epidemias e da fome, o crescimento econômico favorecia apenas a uma elite que estava ligada ao governo e aos grandes capitais [...]. A rejeição ao domínio turco-otomano, também pode explicar a saída de algumas famílias, especialmente as cristãs-maronitas. Também tornou-se mais forte a disputa entre cristãos e muçumanos e entre as seitas maronitas e drusas, que viviam na região montanhosa de monte Líbano (UM OLHAR SOBRE A PRESENÇA ÁRABE NA FRONTEIRA, 23/03/2013, disponível em: <http://jogodamemoria.blogspot.com.br/2013_03_01_archive.html>).

Os sírios-líbaneses residentes na fronteira Santana do Livramento/Rivera chegaram tanto através dos portos brasileiros quanto das capitais do Prata, em especial de Montevidéu; os que vinham de Montevidéu, fixavam residência em Rivera, atuando no comércio fronteiriço; da mesma forma, os patrícios que chegavam por solo brasileiro, migravam das capitais para os interiores e destes para as zonas fronteiriças, em busca de melhores opções comerciais.

As histórias, por vezes, parecem ser as mesmas, repetitivas, mas o que ocorre é uma sincronia de pensamentos e de visões enquanto imigrantes em um país diferente de tudo o que lhes é conhecido. Essas histórias podem ser ilustradas pelo exemplo do senhor Fouad Chein, que veio para o Brasil do Líbano quando ainda era um bebê, acompanhando seus pais e seu irmão (um pouco mais velho do que ele). Após percorrer capitais como, por exemplo, São Paulo e Rio de Janeiro, a família do senhor Fouad Chein optou por estabelecer-se em Bagé, tanto pela proximidade com a fronteira quanto pelo fato de que já existia lá uma comunidade

árabe. Após uma estada em Bagé, a família mudou-se para Santana do Livramento, onde tudo já parecia diferente, sem uma comunidade árabe consolidada e onde os poucos patrícios viviam ainda de forma isolada. Mas foi em Livramento, nos anos de 1950, que a família inaugurou a “Casa Chein”, casa comercial aberta até os dias de hoje e conhecida na fronteira pelo seu slogan “*Vamos a Casa Chein? Onde um cruzado vale cem!*”.

Diferente do que ocorreu com a família Chein no lado brasileiro da fronteira, no lado uruguaio o acolhimento a patrícios vindos de Montevidéu era diferente:

Ao chegarem a Rivera os imigrantes árabes vivenciaram a solidariedade de seus pares já estabelecidos por aqui. Nessa primeira fase da imigração, que vai de 1890 a 1920, aqueles patrícios que já estavam estabelecidos, faziam o ritual do acolhimento aos irmãos no país desconhecido, fossem sírios, libaneses, ou - nesse momento - os raros palestinos. O abrigo e orientação nunca lhes foram negados (UM OLHAR SOBRE A PRESENÇA ÁRABE NA FRONTEIRA, 23/03/2013, disponível em:<http://jogodamemoria.blogspot.com.br/2013_03_01_archive.html>).

Os imigrantes de origem sírio-libanesa em Rivera geralmente eram rapazes jovens e solteiros, escolhiam suas noivas dentro da própria comunidade libanesa estabelecida e, então, instalavam-se no município. Conforme a pesquisa já citada, os imigrantes árabes que chegavam a Montevidéu logo ficavam sabendo da prosperidade comercial iniciada em Rivera, e também do emergente crescimento industrial da carne e do couro, sentindo-se atraídos pelo interior do País uruguaio e, então, pela fronteira com o Brasil.

O avanço econômico que estava se instalando na fronteira fez com que muitos habitantes do interior de ambos os países migrassem para a fronteira, incluindo imigrantes. Enquanto os imigrantes europeus procuravam as atividades na indústria, os árabes preferiam a autonomia e a liberdade da atividade varejista.

Em Santana do Livramento, embora se tenha falado da família Chein (e do senhor Fouad) como uma das mais antigas (o senhor Fouad foi contatado para esta pesquisa, mas não se propôs a participar, em virtude de sua idade – em 2014 completa 100 anos; de qualquer forma, em conversa informal, o senhor Fouad afirmou: “*Estou há 100 anos no Brasil [...] sou brasileiro*”, e continuou atendendo em sua loja), tem-se também o registro da família Salim, que conforme pesquisa de campo foi uma das primeiras famílias sírio-libanesas que chegaram em Santana do Livramento. Consta que o primeiro imigrante da família chegou no Espírito Santo por volta de 1892, com cinco anos de idade, e posteriormente teria migrado para a região da Campanha do Rio Grande do Sul, trabalhando desde a mais tenra idade como

mascate, vendendo escovas, sabonetes, utensílios domésticos nas estâncias da região. Casou-se em Alegrete e veio para Santana do Livramento onde abriu um armazém de secos e molhados, posteriormente a conhecida e tradicional “casa Salim”, aberta até 2010 no mesmo endereço, conforme relata Maria, descendente já da terceira geração da família.

Meu avô é libanês, católico, praticamente todos os libaneses saíram de lá por questões de religião. Ele saiu com 5 anos, com uma irmã, chegou direto no Espírito Santo, de lá, depois a irmã essa se mudou para o Rio e ele fugiu de casa e veio dar aqui nos pagos, como, ele nunca contou. Aí ele conta a história dele aqui, de mascate, criança, vendendo bugiganga, balinha, sabonete, faquinha, pasta de dente nas estâncias. Ele sempre fala que ficava na estância do meu tio-avô pelo outro lado, o lado da minha mãe e que brincavam, brincavam de jogar bolita, quer dizer que ele era bem criança ainda né, novinho. Aí ele casou com a minha avó que era de Alegrete e terminou se estabelecendo aqui com armazém de secos e molhados na Silveira Martins, aonde... bem na frente, na esquina do antigo lanifício. Depois que ele se mudou pra onde, está ali o letreiro da Casa Salim que é a outra... então ele tem fotografias ainda do tempo que o pessoal vinha da estância e amarrava, bem como a gente vê em certos filmes, amarrava o cavalo na beira da calçada (MARIA, entrevista concedida em janeiro de 2014).

Também se tem o caso da família de João, que conta a história de seu pai, que veio do Líbano para o Brasil em 1907 com apenas sete anos de idade. Ele conta que a família foi morar em Pelotas/Piratini, mas que sempre teve negócios na fronteira, pois como havia trem e Rivera tinha um centro comercial importante, com mercadorias finas, seu avô viajava até a fronteira para comprar mercadorias e vender em Pelotas e Piratini. Mas, em 1937, a família mudou-se para a fronteira, onde havia uma pequena loja a venda, a Casa Verde, um “pequeno comércio” na época. Em 1950, seu avô comprou o que atualmente é o ponto comercial da Casa Verde. Em 1970, o antigo prédio foi derrubado e nele construído uma nova estrutura, que permanece até hoje na fronteira. Em 1978, o pai de João faleceu e ele e seu irmão, que estudavam medicina em Porto Alegre (pois o comércio para esta geração já não era a profissão escolhida) voltaram para a fronteira para assumir os negócios deixados pelo pai. Mas os investimentos da família não ficaram apenas da loja, como conta João:

Assumimos e tal, e o grupo desenvolveu né, e fizemos investimentos nesse meio tempo na área de loteamentos, 2.500 lotes urbanizados [...] depois investimos na área de laticínios, uma usina de leite, existe até hoje, a Santa Clara [...] e teve oito anos na nossa, na nossa mão. Compramos um campo pra produzir o leite, que o leite todo vinha de Bagé, e a gente ficava P da cara com isso aí, entendeu? Nós somos bairristas (risos), nós temos que produzir e que vender as coisas aqui. Então nós conseguimos desenvolver a bacia leiteira, né, novos fornecedores [...]. De 600 litros por dia que a usina entrou no primeiro dia, no último dia que eu larguei tinha 7 mil litros por dia. A gente mandava leite pra Quaraí, Rosário, Dom Pedrito e Alegrete,

além de Livramento. Foi um marco assim no desenvolvimento industrial de Livramento (JOÃO, entrevista concedida em janeiro de 2014).

Hoje, a usina de leite não está mais em propriedade da família. João conta que durante um breve período o grupo investiu em um fábrica de bebidas (água e refrigerante), mas que a concorrência com “grandes marcas” tornou a produção inviável e a fábrica acabou fechando. Já em 1994, o grupo inaugurou o Verde Plaza Hotel, ao lado de onde hoje é a Casa Verde. O hotel foi inaugurado, inicialmente, com três pavimentos e, em 1995, já tinha nove pavimentos. Assim foi seguindo, até que em 2007 o grupo adquiriu o Hotel Nuevo, em Rivera, e, posteriormente, inaugurou a Gardel Parrillada, também em Rivera. Recentemente, também foi inaugurado pelo grupo o Hotel Emirates, em Santana do Livramento, sendo este o hotel “mais refinado” do grupo. O grupo ainda conta com o restaurante do Hotel Verde e promove eventos, que são realizados em um clube do município.

A percepção deste primeiro fluxo migratório também não passa despercebida à comunidade, que percebe que os libaneses estão presentes na fronteira há mais tempo, conforme Manuel, comerciante e líder da ACIR.

Sí, la presencia árabe en La frontera basicamente en Rivera es una presencia significativa. Inclusive mi própria familia, este, familia de mi esposa es de segunda generacion de sírio-libaneses acá en Uruguai, que se veiram e se instalaram en diferentes lugares del país. Mi suegra e el hermano de ella se instalaram acáen Rivera hace más de 70 años. Inclusive muchas familias de ella, ellamismo se encargo de trazer para acá, para Rivera (MANUEL, entrevista concedida em janeiro de 2014).

Assim, a imigração árabe teve seu início na Fronteira da Paz, da mesma forma que nas outras fronteiras, corroborando com os trabalhos visitados para embasamento da dissertação. Posteriormente, e principalmente a partir de 1948, um novo ciclo de imigração começou a surgir na fronteira, composto, então, em sua maioria por imigrantes palestinos.

Francisco, descendente de segunda geração, relata que seu pai saiu da Palestina em direção ao Brasil por volta de 1950, em consequência da ocupação de Israel sobre o território palestino. Chegou ao Brasil em São Paulo e passou por diversos locais até chegar a Santana do Livramento; sempre trabalhou como mascate e, já em Santana do Livramento, abriu um pequeno comércio, onde hoje é a loja O Boticário. Veio em busca de dinheiro para saldar a dívida da compra de uma casa que foi tomada pelo exército israelense. Francisco conta que

seu pai ficou alguns anos no Brasil e voltou para a Palestina, casou-se e veio com a família para o Brasil novamente, e então se instalou na fronteira como comerciante.

Mário, também descendente da segunda geração, também contou a história da vinda do seu pai para o Brasil, que ocorreu por volta de 1957. Como diversos outros imigrantes, ele também era agricultor na Palestina e aqui trabalhou de mascate, primeiro em São Paulo e depois no sul do País. Instalou-se em Santana do Livramento, abrindo uma loja comercial na Praça Artigas, na época local que concentrava o comércio da fronteira. Com o deslocamento do centro comercial para mais próximo da divisa com o Uruguai, ele abriu outra casa comercial, a “Casa São Paulo”, localizada onde hoje é o Supermercado 300. Atualmente, as novas gerações da família não têm mais as raízes tão fixadas no comércio, pois Mario é médico, tem outros irmãos que também são médicos, embora seu irmão mais velho, André, também entrevistado para esta pesquisa por indicação de Mario, ainda esteja atuando no comércio.

André contou a história da imigração de sua família de uma maneira intensa. Fez referência à vinda de seu pai, em 1957, as idas e vindas para a Palestina, a sua própria vinda para o Brasil que, segundo relatou, ocorreu de forma acidental, pois estudava medicina na Iugoslávia e veio para o Brasil visitar seu pai, que tinha mais três filhos e uma esposa no Brasil (seu pai era casado com duas mulheres). Nesta visita, uma fatalidade ocorreu e seu pai veio a falecer em um acidente automobilístico; assim, ele deixou a escola de medicina e mudou-se para o Brasil para assumir os negócios da família e a criação de seus irmãos. Em 1967, André abriu sua loja, localizada ainda hoje na esquina da Rua Rivadávia Corrêa com Vasco Alves.

Importante salientar que, tanto nestas duas entrevistas quanto nas demais entrevistas realizadas a perspectiva do retorno ao país de origem esteve sempre presente. Esse retorno pouco ou quase nunca ocorreu, às vezes por problemas políticos, mas também porque a situação se tornava próspera no Brasil. Muitas vezes as famílias acabavam sendo constituídas aqui e o que era temporário se tornava permanente. Roque apontou outra causa para este retorno ser adiado: “se no primeiro ponto é que se ‘está bom’, não há porque voltar; fica-se aqui e prospera-se aqui. Mas se está ruim, eu não posso voltar mal para lá”. O que ele quis dizer é que o imigrante não pode voltar para a sua terra sem ter prosperado na terra de destino, ele não pode voltar em situação pior da que veio. E também não há porque retornar se a situação está próspera no país em que está. Essa é, aliás, sua própria história.

Roque veio para o Brasil com 10 ou 11 anos de idade. Sua história difere um pouco das outras contadas, já que seu pai não era agricultor, mas era algo como o que seriam um prefeito no Brasil, do município onde moravam na Palestina. Ele conta que conforme a tradição, seu pai era “escolhido”; assim, todos os habitantes o procuravam e o conheciam. Para Roque, essa condição social implicava diferentes obrigações como, por exemplo, ser o primeiro aluno da classe, já que os professores frequentavam sua casa e ele era filho desse líder do município; ele precisava dar exemplo, ser um exemplo.

No ano de 81 se eu não me engano, o meu pai resolve viajar, ‘a princípio uma visita’, a tal da visita seria uma visita (risos) eterna (risos) [...]. O meu pai passou a enfrentar algumas dificuldades em relação assim a, internas vamos dizer assim, porque, só pra [...] a questão: o governo israelense, quando precisava capturar qualquer cidadão, ou alguém que fosse investigado, vinha nesse espécie de prefeito [...] então vinham nele: ‘Onde é que mora o cidadão tal?’ Entendeste? Então vinha nele e meu pai tinha que indicar o endereço. E isso acabou ahn [...] não que o governo israelense não soubesse onde esta o [...] a casa do cidadão, até porque assim, eram pequenas cidades, da [...] vilarejos, vamos dizer assim, de 2 mil pessoas, 3 mil pessoas, 4 mil pessoas, é assim, uma cidade hoje lá deve ter umas 6 mil pessoas, pra você ter uma ideia [...]. Então, assim, eles vinham no prefeito e o prefeito tinha que indicar onde estava vamos dizer [...] a pessoa procurada, que ia ser investigada. Isso acabou criando um pequeno atrito com a população local, e nisso meu pai viu que ‘não vale mais a pena essa história’ e tinha que ir embora. Então de repente, aí meu pai resolve fazer essa viagem pro Brasil, já tinha o irmão dele aqui no Brasil [...] né [...] já estava desde os anos 60, no início de 60, e resolve vir [...] ele tinha recém se formado na faculdade, em Beirute, no Líbano, e iniciava assim o trabalho dele naquilo que ele havia se formado. Só que se cria essa situação um pouquinho mais difícil, vamos dizer assim, e ele resolve sair e arriscar um outro tipo de vida, no exterior. Nisso, três anos depois, o meu pai manda uma carta pra que a gente viesse também pro Brasil, como visita, a mesma visita que a dele [...] então a gente vem, em 84 a gente vem pro Brasil (Roque, entrevista concedida em dezembro de 2013).

Roque conta, ainda, que primeiro a família foi para Santana do Livramento e, posteriormente, para Uruguaiana. Segundo ele, o impacto inicial foi o cultural, pois chegaram aqui em época de Natal, “então o senhor de vermelho na rua chamou bastante a atenção”, da mesma forma que o chimarrão, aspectos que causaram estranheza no início. Contudo, o mais difícil, na visão de Roque, foi o colégio, pois a barreira da língua foi muito forte e, de repente, de primeiro aluno da classe ele passou a ser o último. Essa foi uma experiência muito forte em sua vida, relata. Mas ele acabou se formando, fez faculdade de direito, constituiu família e hoje atua como advogado e comerciante em Santana do Livramento e em Rivera.

Tiago, imigrante de primeira geração, nasceu em Amã, na Jordânia, em 1947. Ele conta que seu pai trabalhava em diversas atividades, além de ser militar na terra de origem, mas que tinham um tio muito rico que morava nos Estados Unidos (que estava ficando idoso)

e pediu para que seu pai fosse com sua família para os Estados Unidos. Em função do convite recebido, a sua família foi até o Líbano (na época não havia embaixada americana na Jordânia) para solicitar os vistos e todos os trâmites necessários. O visto, porém, foi negado, em virtude de um problema de visão do pai de Tiago. Assim, a família de Tiago ficou entre voltar para a Jordânia ou ir para algum outro lugar. Tiago conta que a volta para Jordânia não agradava seu pai e, então, começaram a conversar sobre qual seria o melhor destino, falaram em Chile, na Venezuela, até que definiram que seria o Brasil, um país que obteve a concordância de toda a família. Foi desta forma que vieram para o Brasil, no ano de 1960, onde se localizaram, a princípio, em Alegrete (Rio Grande do Sul).

A história de Tiago não é incomum na história da imigração libanesa no Brasil. Como ressalta Fersan (2007), referindo-se à imigração sírio-libanesa: “É necessário apontar que estas pessoas iniciaram o processo migratório tendo os Estados Unidos como objetivo final. Todavia, as circunstâncias da viagem, ou a impossibilidade de conseguir o visto de entrada aos Estados Unidos, os levou na maioria das vezes, em direção ao Brasil” (FERSAN, 2007, p. 64).

No ano de 1961, o pai de Tiago o trouxe para Santana do Livramento, pois abriu um pequeno comércio, embora a família tenha permanecido em Alegrete. Logo em seguida, toda a família de Tiago veio para Santana do Livramento que, no entanto, foi para o município de Quaraí, onde ficou até 1967/68, quando retornou para Santana do Livramento.

Jorge também é um imigrante de primeira geração, saiu da Jordânia em função da guerra de 1967, como ele mesmo relata, mas conta também que seu pai veio para o Brasil antes. Diz que o irmão de sua mãe já estava em Alegrete há alguns anos. Sua família saiu da Palestina para a Jordânia em função da ocupação de Israel. Na Jordânia, seu pai começou a trabalhar de pedreiro, mas a remuneração era baixa e era muito pouco para o sustento da família. Foi, então, que um cunhado de seu pai o chamou para o Brasil, para que aqui pudesse trabalhar de forma autônoma e mandar dinheiro para a família por um tempo. Assim, em 1958, seu pai veio para o Brasil, quando Jorge tinha apenas quatro anos (Jorge disse que ainda não conhecia ainda muito bem seu pai, de tão pequeno que era, mas que seu pai precisava vir).

E aí teve a guerra do 67, meu irmão, que é mais velho que eu, entrou na faculdade, com a faculdade, ele precisa de dinheiro pra sobreviver... quem trabalha? É o único o pai, eu era mais pequeno, então o pai diz: “não então eu vou ficar mais aqui no Brasil pra [mandar dinheiro] te formar”. Tá, seis anos, são seis anos que ele fez o

curso da faculdade, ele fez engenharia agrônomo, engenheiro agrônomo, se formou engenharia agrônomo... E eu, a minha mãe ficou preocupada que eu ficasse lá porque os judeus pegavam e não tem diferença, entre eles entre uma criança e um adulto, pra eles não existe, entendeu? Aí minha mãe começou a pedir pra ele me trazer pro Brasil, “leva ele pro Brasil, porque aqui eles vão acabar matando ele”. Meu pai não queria, ele: “não, deixa ele contigo, deixa ele contigo”, “é melhor tu levar ele”, porque já começaram a me pegar porque eu era grandão, tinha o que? 16 anos e eu era grandão, que nem o Marcelo... idade pequena tinha, mas era grande, então eles já achavam [...] deve ser adulto, então, me pegavam já, começaram a me pegar e já estavam de olho e tudo entendeu? (JORGE, entrevista concedida em maio de 2013).

E então Jorge veio para o Brasil em 1973:

Eu vim em 1973, tinha 16 pra 17 anos aí vim pra cá com ele, vim pra Alegrete. Aí já vim de avião não vim de navio. Aí então foi passando as coisas... 75,76... quando cheguei já entrei no colégio, entrei aonde eu acabei lá. Aí me aceitavam aqui, só que precisava um ano, tem que fazer um ano de estudo do português, que eu não sabia nada, inglês eu sabia tudo, sabia tudo as letras, essas coisas eu sabia tudo, só que eu não sabia o português. Aí fiquei seis meses, comecei a estudar, não precisei um ano, seis meses, aí tá, o ano aquele passou, 74...75 entrei direto, me botaram na primeira série do segundo grau, aonde eu estava lá. Aí fui, completei todo, primeiro e segundo grau... (JORGE, entrevista concedida em maio de 2013).

Em todo esse tempo, Jorge esteve em Alegrete, onde seu pai e seu tio estavam, a exemplo de outras famílias, que também se instalaram em Alegrete e arredores e posteriormente foram para a Fronteira da Paz.

Já Renato é um descendente de segunda geração, mas tem conhecimento da história da sua família e relata que seu pai veio para o Brasil com 17 anos (em 1965) e sua mãe com apenas 3 (em 1955). Conta que seus avós, quando chegaram ao Rio Grande do Sul, um foi para o município de Soledade e o outro foi para o município de Carazinho. Trabalharam inicialmente de mascates, como já relatado em praticamente todas as histórias, viajando para São Paulo em busca de mercadorias e vendendo nas estâncias, pela “campanha afora”. Renato conta que, por vezes, exercitavam também o escambo, trocando mercadorias por comida, para fins de subsistência. Posteriormente, com o aumento das fronteiras, o seu pai e o seu tio se dirigiram para Uruguaiana e para Jaguarão, este último onde seu pai possuía um comércio de calçados. E assim foi até 1994, quando um tio de Renato o convidou para ir para Santana do Livramento, para trabalhar na sua loja e estudar; foi quando ele e seu irmão migram para a fronteira. Neste meio tempo, ele foi para Pelotas para fazer cursinho pré-vestibular, visando realizar um curso universitário numa Universidade Federal. Mas o tio ofereceu para os dois irmãos a compra de seu estabelecimento comercial. Renato tinha 16 anos e seu irmão 19;

mesmo assim, ele foi para Santana do Livramento, entrou na faculdade de direito e, junto com seu irmão adquiriram a loja que era de seu tio. Já em 1999, Renato fundou sua própria loja de calçados esportivos, que hoje conta com uma filial e mais duas lojas em Rivera, no Uruguai.

Os relatos históricos aqui apresentados são ilustrativos de trajetórias dos imigrantes e descendentes de imigrantes árabes na fronteira de Santana do Livramento com Rivera. De um modo geral, são histórias que afirmam a vinda desses imigrantes em função dos conflitos no Oriente Médio, em busca de um País onde pudessem melhorar suas condições financeiras, com uma perspectiva de retorno para seus países de origem. As atividades comerciais colocam-se como atividades dessas famílias em algum momento de suas trajetórias de imigrantes; seja como uma atividade já imaginada e planejada antes da vinda para o Brasil, seja como atividade que se coloca já quando estão aqui residindo, como resultado de relações com outros imigrantes, de modo geral familiares. Eis, nesse sentido, outra característica evidenciada nas histórias relatadas, pois todos os entrevistados indicaram que a presença de outros imigrantes sempre se colocou como um fator de importância para a definição de um local para morar e atuar profissionalmente.

4.2. A construção da comunidade árabe e a afirmação da identidade cultural dos árabes em Santana do Livramento e Rivera

Os imigrantes árabes consideram que seus filhos e netos comem comida árabe e gostam dela, isso confirma que eles abraçaram suas raízes e que pertencem àquela civilização e a honram (HANDAL, 2007).

Honrar a cultura árabe. Certamente, esse tipo de manifestação cultural também está presente em Santana do Livramento/Rivera entre os imigrantes e descendentes de árabes. Está presente na Escola de Dança do Ventre Nahira Abdalah e na discreta presença da Mesquita Al Salam, representando a religião islâmica. Como afirmou um dos entrevistados: “Para nossos filhos ensinamos que é importante aprender árabe também, não perder a cultura, escrever, ler, e a gente incentiva eles a visitar os familiares para não esquecer a cultura árabe não?!” (ANDRÉ, entrevista concedida em janeiro de 2014).

São essas pequenas tradições que mantêm acesa a cultura árabe em Santana do Livramento/Rivera e fazem com que ela seja percebida pela comunidade e por quem visita aquela fronteira. Essas manifestações culturais, por vezes intensas não só em Santana do

Livramento, mas em todo o estado do Rio Grande do Sul, podem ter origem também no fato de que a colônia sírio-libanesa do Rio Grande do Sul foi mais bem acolhida que em outros estados, e aqui tenham encontrado maior liberdade e independência (TRUZZI, 2007). Quando questionado sobre a presença árabe em Santana do Livramento/Rivera e a união da comunidade árabe, relacionada ou não à religião, Francisco expõe:

Em Livramento nós temos libaneses, sírios, iraquianos agora, alguns egípcios e a grande maioria de palestinos. Palestinos já tem cristãos e muçulmanos, então aí tu vê que já não tem essa... Só que a ligação religiosa, ela une tanto ou mais em qualquer lugar do mundo, por exemplo: vamos dizer no Brasil, tu, digamos, tu é católica ou tu é evangélica, enfim, de repente tu encontra outra pessoa que é evangélica, tu tem uma afinidade com aquela outra pessoa mais do que tu teria na parte (isso na parte religiosa) do que com a pessoa católica, isso é normal. Então essa questão religiosa te une também, mas isso não é uma situação assim, ‘ah... se tu é de uma religião tal, embora nós sejamos da mesma raça, ou do mesmo povo, eu não vou...’, não... Só que tu tem uma proximidade, tipo nós agora... ‘ah, tu é da Unipampa e eu sou da Unipampa, então é legal, então a gente tá... entendeu? Nada contra outra instituição, mas tu tem uma proximidade natural, e isso acontece bastante. Hoje a proximidade aqui se dá tanto pela religião quanto pela origem (FRANCISCO, entrevista novembro de 2013).

Esta reação é compreensível, pois em tantas outras comunidades, de diferentes origens e espalhadas pelo mundo, esse mesmo comportamento está presente. É compreensível que grupos de imigrantes alemães, quando estão em um país de cultura distinta, procurem ficar juntos e promover uma integração com a cultural local. Pode-se enxergar este mesmo comportamento em gaúchos quando estão fora do estado do RS: um gaúcho que nunca tomou chimarrão e nunca frequentou um CTG (Centro de Tradições Gaúchas) quando vai para outro estado, por exemplo, do norte do país, passa a procurar estes meios como forma de afirmação cultural e interação social.

Nessa mesma direção, em Santana do Livramento/Rivera é possível identificar espaços onde a cultura árabe é afirmada, como, por exemplo, a mesquita (fazendo referência à religião) ou a Sociedade Árabe Palestina de Santana do Livramento, que é um clube social, um espaço de integração cultural desta comunidade, que também contempla não-palestinos e também os sírio-libaneses em datas e festas comemorativas, como casamentos, festas de aniversários, etc. O presidente deste clube, em entrevista concedida na pesquisa realizada, se referiu a esse clube afirmando:

É um clube social, é um salão de festas, é um campo de futebol, é uma pracinha pras crianças, é um lugar pra comunidade se encontrar, conviver e manter seus costumes

e suas tradições né... não tem nada de específico assim [...] e realmente a gente não tem nada de especial, é um ponto de encontro, de diversão e de lazer né... essa sociedade, é um clube como qualquer outro clube social [...] claro, a gente tem as festas... festas tradicionais, tem encontros, jantãs, essas coisas todas pra comunidade árabe-palestina aqui de Livramento (MÁRIO, entrevista concedida dezembro de 2013).

A construção do clube, a construção da mesquita, e a própria construção de um cemitério próprio são sinônimos de uma presença que está na fronteira, e não apenas passa pela fronteira. A manutenção de tradições vai além de eventos sociais e de manifestação de religião. Sentimentos e modos de agir também podem ser vistos como uma manifestação de uma cultura. É perceptível em todas as famílias de entrevistados e a quem conhece a fronteira que a família vem acima de qualquer situação. E família aqui não toma proporções minimalistas, como pai, mãe filhos e irmãos, pois alcança tios, tias, sobrinhos, primos (em primeiro, segundo e terceiro graus), avós, etc. Mariana, utilizando-se de uma linguagem que exagera a afirmação desses laços, contou em entrevista que “basta uma simples gripe e todos os parentes prontificam-se a ajudar, ver o que precisa e prestar assistência”. João também fala do aspecto familiar, que passa de pai pra filho e para netos e assim por diante: “E coisas de moral e tal, de família que a gente preza muito família. A família em primeiro lugar... então são coisas assim que a gente mantém a tradição...” (JOÃO, entrevista concedida em janeiro de 2014).

Segundo os entrevistados, de maneira geral, a fronteira é muito acolhedora e permite isso. Claro que nenhuma migração é totalmente tranquila, existe sempre, invariavelmente, as dificuldades, adversidades, estranhezas ao novo lugar. Essas estranhezas ocorrem em diversos níveis, e podem ser encaradas como apenas o diferente, como podem também ser esmagadoras a quem as vive a partir de sua cultura. Como relata a poetiza de origem palestina que viveu desde os cinco anos de idade nos EUA. “Por que não podíamos comer apenas panquecas e bacon como todo mundo? Tínhamos que comer azeitonas em todas as refeições e pão árabe com tudo. Agora sei que sempre adorei essa comida. Só é difícil ser diferente o tempo todo [...] Agora sei que eu era apenas uma outra garota imigrante tentando se aculturar” (HAMMAD apud HANDAL, 2007, p. 217).

Durante a coleta de dados, e durante toda a convivência da pesquisadora com a comunidade árabe na fronteira de Santana do Livramento, este tipo de dificuldade vivida e passada em versos por Hammad não se fez presente, ou estava ali de forma muito discreta, pois nenhum dos entrevistados disse sentir um tipo de discriminação tão sufocante quanto as

que Suheir Hammad descreve (que não são as que apontam o dedo, mas aquelas que subjagam um modo de vida diferente do da maioria que vive em determinado local). Os árabes de Santana do Livramento e de Rivera se percebem com um grau elevado de liberdade para vivenciarem suas culturas. As dificuldades descritas são aquelas que são de certa forma esperadas: “E aí claro, esse cidadão aí, esse palestino acabou encontrando muita dificuldade né, de língua, cultural, religiosa, é uma cultura totalmente diferente, a língua é diferente, e pouco a pouco ele começa a tentar se adaptar...” (ROQUE, entrevista concedida em dezembro de 2013).

Conforme Renato, a primeira geração sofreu muito, e cultua esse sofrimento, que acaba por se refletir no comércio (como será abordado posteriormente). É um sofrimento pesado, de quem saiu de uma zona de guerra, de condições econômicas precárias e foi tentar a vida em outro lugar, em busca de algo melhor, seja para pagar dívidas (como foi o caso do pai de Francisco), seja para buscar uma melhor situação de convivência social (como Roque relata sobre sua família). Para quem chega, de primeira geração, as dificuldades são mais intensas, tanto no primeiro fluxo migratório quanto no segundo. Há a estranheza de quem chega e se depara com uma cultura diferente, com línguas e moedas diferentes e também há a estranheza de quem recebe esses imigrantes, é algo que é novo, e tudo o que é novo, desperta a atenção. Há também aquela primeira geração que veio por acaso, como foi o caso de Tiago, e também o caso de André:

Eu primeiro tentei de fazer pra mim voltar a estudar, mas naquela época, naquela época não tinha intercâmbio de estudo entre Brasil e relação entre Brasil e Iugoslávia. E Iugoslávia é um país comunista né, do tempo de Tito não? E aqui era ditadura, aí não aceitaram minhas papeladas não [...] e não aceitaram também fazer meus documentos [...] depois deram anistia aí [...] e depois de 1984 fizeram meus documentos... aí fiquei trabalhando aqui no Brasil (ANDRÉ, entrevista concedida em janeiro de 2014).

André ficou no Brasil “por conta do destino”, e aqui novamente o sentimento de família se faz presente, pois ele ficou na fronteira apesar das dificuldades, para poder apoiar e ajudar a educar seus irmãos, mas também fala da boa receptividade que teve no país, em especial na fronteira, que sempre teve liberdade, coisa que para ele tem grande importância.

Olha entre esse tempo todo, eu vejo o comerciante árabe, por exemplo, trabalha assim e sempre pensa que ele vai fazer alguma coisa com o dinheiro, alguma coisa e voltar pra terra, é o princípio esse aqui que está na cabeça de qualquer um que vem

de lá, não?! Mas acaba ficando. Você me diz, ‘não eu vou fazer um pouco de dinheiro e vou lá, vou viver na minha terra de volta’, mas como lhe falei, que este aqui é um país é um país aberto, que tem democracia, tem abertura pra tudo, tem liberdade, e que nossos, nos nossos países não tem, a gente acha, a gente sente muito melhor viver aqui do que na nossa terra [...] e a gente quer viver em paz... (ANDRÉ, entrevista concedida em janeiro de 2014).

Tiago também tem seu relato sobre sua permanência no Brasil e as dificuldades enfrentadas, mas principalmente sobre o seu interesse em participar e se integrar na nova sociedade em que estava vivendo.

Eu tentei formar meus irmãos, até 1973. A partir de 1973 eu fui estudar, fui aprender a ler e escrever o português [...] me comunicava, a cada dia eu tentava aprender o português de uma forma que eu pudesse falar corretamente não é?! Por que normalmente a gente fala de forma equivocada não é? A maioria fala de forma equivocada, não tenta aperfeiçoar, e eu tentava a cada dia melhorar a minha comunicação né... E foi indo, a partir de 73 eu fui aprender o português, e aí fui fazer o supletivo na época né, e aí eu fiz supletivo né, passei no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e no Rio de Janeiro, para poder concluir o primeiro e segundo grau, fiz a conclusão dos dois e aí me formei em direito e logo em seguida comecei a dar aula, tanto em Bagé como aqui (TIAGO, entrevista concedida em janeiro de 2014).

Roque conta acerca das dificuldades encontradas quando um imigrante chega ao Brasil, tanto pelo seu ponto de vista, de vivência pessoal, quanto por uma visão geral, analisando realmente a situação. Um ponto encontrado em diversos outros trabalhos e que faz parte do imaginário da população é a questão do “turco”.

É turco ou não é? Eu sei que não é turco, mas eles vem tudo do mesmo lugar... então fica sendo! Tem diferença? Vamos lá na loja do turquinho! Esse turco aí! Expressões como essa fazem parte do dia-dia de muitos imigrantes de origem árabe, como visto por Arruda (2007), que constata que muitas vezes essa confusão ocorre por desconhecimento mesmo ou pelo fato de o termo estar inserido no vocabulário popular, mesmo que, para os árabes ele tenha um sentido pejorativo.

Agora um outro detalhezinho assim em relação, não sei se... tá dentro do... questionário ou não, em relação a questão do turco ou não, não sei se já (risos) [...] ‘vocês são turcos’, né... agora nós somos turcos, não tem mais o que fazer (risos)... então a questão do turco é porque realmente, o Império Turco dominava toda aquela região ali, muitos dos que vieram no início do século anterior vamos dizer assim, vieram com passaporte do Império Turco, né, então aí sim, vinha com passaporte do turco e o turco e pegou o turco (risos) e ficou a história do turco até hoje (ROQUE, entrevista concedida em dezembro 2013).

Essa fala de Roque denota essa compreensão para com o uso do termo “turco”, mesmo ele sendo pejorativo. Sobre a participação da comunidade árabe na vida social e política de Livramento/Rivera, Roque expõe que a primeira geração até tentou participar, mas se encolheu.

Eu acredito que o primeiro grupo, ele inicialmente tentou se inserir, mas não conseguiu se inserir muito não, ficou muito... [...] ficou meio a parte, tanto é que se junta, no sentido de que não que se juntam de união que estão juntos, não, se juntam em localidades, tem, vamos dizer assim, tem um grande número de árabes em Santana do Livramento, já, vamos dizer, e tem trabalho, tem que estar meio associado, e quando vê acaba juntando mais e gostam de estar meio juntos...[...] a segunda geração já é uma geração que se inseriu realmente na sociedade brasileira, vamos dizer assim, até realmente porque a profissão escolhida, o caminho escolhido já te obriga a que tu tem que se inserir (ROQUE, entrevista concedida em dezembro de 2013).

E quanto à participação na vida política, quando questionado se há barreiras na entrada, ele diz que pode haver, mas que também a “culpa” se deve a eles. Que há uma porta de entrada, mas que talvez por receio acabam recuando.

Culpa um pouco nossa, talvez não seja um [...] eu participei da política e até acabei entrando num partido, e em um ano fui escolhido pra ser presidente, lá do grupo de jovens. Então na verdade [...] um outro patrício nosso que também é advogado, entrou no mesmo partido que eu, e em seis meses foi cotado pra concorrer a vice-prefeito. Então um pouco nossa, a falha é nossa, a gente meio que se aproxima e fica assim, receoso [...] (ROQUE, entrevista concedida em dezembro de 2013).

Tiago também conta que teve interesse em participar ativamente da política, e para tanto até fez um acréscimo no nome, pois seu nome árabe seria complicado, até de pronunciar, então ele acrescenta no seu nome um nome brasileiro.

Eu fiz um acréscimo no nome, fiz um acréscimo [e qual foi, por que o senhor sentiu essa necessidade?] não, eu até vou confessar uma coisa pra vocês, eu tinha pretensões políticas, o [...] era muito complicado, então o Tiago ficava mais fácil, tá, e essa pretensão já passou, não tenho mais [...] o cavalo encilhado passa uma vez só, então eu tinha essa pretensão e acabou [...] (TIAGO, entrevista concedida em janeiro de 2014).

Essas histórias denotam uma intenção de afirmação de identidade e de participação social da comunidade árabe para com a sociedade da fronteira. Ainda tímida para participar da

política, talvez, mas presente de diversas maneiras, até mesmo nas representações sociopolíticas do comércio. Assim, por exemplo, a vice-presidência da ACIL (Associação Comercial e Industrial de Livramento) é ocupada por um comerciante árabe e o cargo de 2ª. Secretaria também pertence a um descendente de imigrante árabe. Tiago, na condição de proprietário de um jornal e de uma emissora de rádio, também participa da sociedade, assim como João, que é presidente do CDL (Câmara de Dirigentes Lojistas). No lado uruguaio, da mesma forma, a ACIR (Associação Comercial e Industrial de Rivera) tem como presidente um comerciante inserido na comunidade árabe, pois casado com uma descendente de libaneses.

A segunda geração, no momento que participa mais da sociedade na fronteira, a exemplos de Renato e Francisco, parece analisar a própria presença, enquanto árabe, de forma mais pragmática. É uma geração que já não sofre como a primeira, a história de vida já é bem distinta, já nasce ligada ao comércio, diferente de seus pais, que no país de origem não eram comerciantes, e já se insere na comunidade. A primeira geração é aquela que aprendeu em tempos de guerra, “que o pouco que se tem hoje pode não ser nada amanhã, e que toda economia não é boa, mas sim necessária”. E a segunda geração traz esses valores consigo também, mas como um comportamento aprendido e por vezes também vivenciado, já que o início da vida como imigrante nunca é fácil.

Renato aponta que existe um conflito, que as dificuldades sempre existem e que o preconceito existe em todos os lugares, mas que existe o preconceito de ser árabe perante a comunidade e que aí surgem expressões como “turco”, mas que também existe um preconceito dentro da própria comunidade árabe. O fato de não ter o conhecimento pleno do idioma, a prática “não tão ao pé da letra” da religião, a forma de fazer comércio diferente, visando um crescimento maior, um modo de administrar mais moderno também causa estranheza dentro da própria comunidade árabe. E também aponta a dificuldade que a cultura do trabalho impõe.

Tem essa dificuldade que realmente, que a nossa cultura sofre. Por exemplo, tu, se tu trabalha com teu pai e estuda, tu vai ouvir: ‘não não meu filho, vai pra casa estudar porque a tua prioridade é o estudo’[...] essa não foi a cultura que eu tive, eu fui estudar porque eu gostava de estudar, mas a minha obrigação era ter êxito no comércio, tanto que eu trabalho desde os onze anos [...] (RENATO, entrevista concedida em janeiro de 2014).

E fala que são diferenças de gerações, que com seus filhos será diferente, claro que ele quer que o filho não deixe morrer o que ele construiu, mas que não será uma imposição. Quanto à união, muitas vezes latente em algumas entrevistas, Renato se coloca de maneira diferente, já que a segunda geração, como dito antes, adquire novos hábitos e muda sua forma de agir e de fazer comércio, gerando, com isso, diferentes conflitos.

Nós temos uma união social, mas não temos uma união comercial nem financeira, o pessoal não adere a cooperativas que poderiam reduzir custos, de logística, que pudéssemos barganhar mais, não [...] existe um individualismo também que faz com que todos percam com isso. Também essa segunda geração pensa diferente, a gente utiliza a estrutura do SEBRAE [...] (RENATO, entrevista concedida em janeiro de 2014).

Renato expõe nessa declaração uma dificuldade de união comercial, que existe um conflito quando o assunto é negócio, mas reconhece a união social, que também é descrita por Jorge, quando lhe perguntado sobre essa união, esse sentimento de ajuda mútua.

Se ajudam, quando o cara está meio feio, se ajuda. Quando tem família, por exemplo, família está mal, quando tem só gurias, só mulheres, faleceu pai, mãe e elas não tem, todo mundo junta e paga elas, elas não ficam mal, não ficam mal (JORGE, entrevista concedida em maio de 2013).

A terceira geração parece estar mais inserida ainda na comunidade fronteiriça, tanto que quando perguntados sobre suas origens as respostas eram: “nossa, isso foi há muito tempo...”, coisas assim. Em geral, os descendentes de terceira geração são descendentes de libaneses, e do primeiro fluxo migratório. A eles o que fica da cultura são aspectos da culinária, música, dança, literatura. Pelas entrevistas, poucos se veem mesmo como descendentes, tão integrados já estão com a comunidade fronteiriça.

Para Maria, descendente de terceira geração de libaneses, existe uma diferença entre libaneses e palestinos, principalmente no que tange a religião. Conforme ela, existe uma estranheza quanto à vestimenta, em relação a questões religiosas, que podem dificultar os laços de amizade, a convivência pode se tornar complicada, “no ambiente comercial não, mas na integração social sim”. É uma geração que reconhece traços de comerciantes em si, que sente que herdou estes traços de seus antepassados imigrantes, mas conforme Maria, ela guarda em si a forma de fazer comércio, o hábito de pechinchar, que está intrínseco em si,

mas também declara que a dinâmica comercial de hoje limita os espaços para estas formas de fazer comércio.

Embora haja diferenças latentes entre cada geração, costumes, tradições e ensinamentos são passados de pai para filho sempre. A percepção de quem é de fora da comunidade árabe pode mudar conforme a aproximação com a mesma, ao conversar e conhecer seus costumes e até mesmo a forma como o comércio árabe é realizado, a união se faz presente sempre, a união familiar e o sentimento latente de família. Maria, em entrevista falou que mesmo sua família sendo libanesa e católica, quando a família de outro imigrante palestino chegou em Santana do Livramento, a ajudou no início. Mesmo havendo diferenças de origem entre ambos. Rafael, presidente da ACIL, fala sobre essa união e o que a comunidade fronteiriça pode aprender com a presença árabe.

Eles também tem a nos ensinar a parte da união, eles são muito unidos, coisa que nós não somos, se chega um representante ou se alguém está necessitando, eles prontamente dão as mãos e participam disso aí. Enquanto nós, se eu vejo que tu está mal, eu quero é mais que tu fique mais mal ainda (risos) [...] Então é uma situação que eles tem muito a nos ensinar também nesse aspecto (RAFAEL, entrevista concedida em novembro de 2013).

Tiago fala sobre a natureza do árabe e o sentimento de “fazer dar certo”, também referenciado por Roque.

O árabe por natureza ele tem uma garra, ele quer vencer, ele tem uma meta, ele tem um alvo e ele quer alcançar aquele alvo. Todos que estão aí, tu vê, o próprio 300,0 finado Hilmi também, é um cara eu lutou, é um cara que veio do nada, e tu vê, hoje tem um shopping considerado o maior shopping do Uruguai [...] (TIAGO, entrevista concedida em janeiro de 2014).

E mesmo com esse sentimento de fazer dar certo em outro lugar, que não é aquele de origem, que não é a pátria mãe, a volta a essas raízes está sempre presente. O entrosamento com a comunidade fronteiriça é algo que é real. Renato se refere à fronteira, assim como outros entrevistados, como acolhedora. O fato de Santana do Livramento ser considerada cidade irmã de Ramallah, e Bagé cidade irmã de Jericó, é significativo para a comunidade árabe como um todo. Roque fala que “para sua terra não volta mais, apenas como visitante, mas que as tradições permanecem e que isso apenas acrescenta positivamente à sua família”. É uma visão também de aprendizado com o diferente.

Eu vejo a mescla do ocidente e do oriente muito linda, se você souber tirar o bom daqui e o bom daqui (gestos) entendeste? É muito lindo. Eu tenho saudade realmente, eu sempre faço uma comparação assim, da mãe e da madrasta, não que a madrasta seja ruim, a madrasta é maravilhosa também, mas a mãe é mãe (risos) né... Então assim, a gente gosta, eu gosto muito da minha terra assim, eu voltei em 2006 e voltei ano passado pra lá, aí já levei as minhas filhas né, quase com a idade que eu vim, pra conhecer lá e pra elas terem uma noção assim [...] porque realmente existe uma diferença cultural, é vestimenta, na alimentação, na música, na religião, tu entendeste, o comportamento das pessoas é diferenciado, então, é muito diferente, muito diferente. E é interessante assim até a ideia de levar minha filha pra lá foi realmente tentar mostrar pra ela isso que eu acabei vendo, que eu vim com a idade que ela está praticamente hoje, e tentar mostrar pra ela essa diferença, só que agora ao contrário, eu vim de lá pra cá (risos) e levei ela daqui pra lá (ROQUE, entrevista concedida em dezembro de 2013).

A formação da comunidade árabe na fronteira e a afirmação da identidade árabe acabam partindo de uma decisão: a decisão de emigrar de seu país. Após esse fato, outras decisões são implicadas a esta pessoa; aquele que sai de um país e migra para outro, que deixa pra trás seus costumes, os que lhe são semelhantes, suas raízes, acaba por ficar dividido sempre entre dois mundos e dois corações: “vencer e retornar, reassumindo seu compromisso com os membros da sua comunidade e, por isso, com o passado deixado para trás, ou vencer e permanecer e, com isso, optar por uma aposta no futuro tão desconhecido quanto promissor” (OSMAN, 2007, p. 165).

A decisão de retornar nunca é fácil, como dito por quase todos os entrevistados, a situação no país de origem por vezes não melhora, em função de guerras e conflitos políticos, principalmente para os palestinos, referindo-se então a este segundo fluxo migratório, e esse migrante acaba por ficar, constitui família, negócio, e a decisão de voltar acaba por ficar em segundo plano. Mas como esquecer a “terra mãe”? E, principalmente, como não deixar que seus descendentes esqueçam suas origens? É aí que surgem as manifestações de uma cultura em um ambiente distinto, a aproximação entre os patrícios, a necessidade de se manter os vínculos com a terra natal. E então, neste ambiente, de fronteira, que permite essa manifestação, que é acolhedor, que surgem a Sociedade Libanesa, a Sociedade Árabe Palestina, as viagens à terra natal, os casamentos entre patrícios e assim por diante. A fala de Roque, anteriormente registrada, expressa esse sentimento; mais do que isso, expressa as consequências e uma clareza acerca das duas decisões citadas por Osman (2007). Quando Roque diz que a mescla do ocidente e do oriente é muito bela, ele está dizendo que a comunidade árabe de Santana do Livramento/Rivera tomou a segunda decisão, a do futuro tão desconhecido quanto promissor, mas também não abandonou suas origens e suas raízes culturais. E esta mescla, este hibridismo, se reflete na presença árabe no comércio.

4.3. A presença árabe no comércio de Santana do Livramento-Rivera

O fato da presença árabe no comércio de Santana do Livramento e de Rivera ser significativa já foi constatado, porém, antes de dissertar sobre a mesma em sua atual configuração, se faz relevante entender brevemente como se configurava o comércio da fronteira no fim do século XIX e início do século XX, período em que os árabes começam seu fluxo migratório para o Brasil e para as fronteiras. Até o fim do século XIX, o comércio era caracterizado como tradicional, com a oferta necessária para suprir a pequena população da fronteira. O início do século XX também é caracterizado por um comércio mais tradicional, sem o brilho que os anos 1920 prometiam trazer. Mas a partir dos anos 1930 tanto Rivera quanto Santana do Livramento se tornam cidades em que a população desfruta de uma vida mais moderna⁵.

Na fronteira, as famílias cultivam o recente hábito de caminhar e passam a circular pelas ruas e praças, tomando os locais centrais com novas casas de espetáculos e cafés. O remodelamento do comércio com suas vistosas vitrines, artigos diferenciados e importados, constituíam-se em novas atrações da nova cena cultural fronteiriça. A feição da cidade vai se transformando e dando lugar a uma outra cidade mais *civilizada*, conforme exigência dos padrões europeus (ASSEF, 2008, p. 87).

Em meados da década de 1930, a Praça General Flores da Cunha, conhecida pela população local como “Praça dos Cachorros”, foi remodelada aos moldes das luxuosas praças argentinas, garantindo-se a continuidade dos passeios familiares que ocorriam na Praça General Osório. Mas, naquela época, também estava sendo modernizado o comércio e o lazer em Rivera. Os passeios fronteiriços passaram, no início dos anos 1940, a serem desfrutados na Via Blanca, semelhante aos passeios realizados na Praça General Osório. O comércio fronteiriço começou, então, a ganhar uma forma mais semelhante com a que é existente atualmente.

Em 1943, com a construção do Parque Internacional, uma relação formal da área urbana dos dois municípios (Santana do Livramento e Rivera) foi instituída. “A remodelação paisagística da fronteira incluía a construção de uma grande praça, na área urbana central, o Parque Internacional. Concebido de maneira a possibilitar ao incauto observador a vista de um cenário integrado da linha imaginária que divisa os dois países.” (ASSEF, 2008, p. 89). E,

⁵ Fotos e imagens da transformação das duas cidades podem ser conferidas no APÊNDICE 02.

assim, o comércio também começou a tomar forma nestes entornos de forma crescente, pois a população passou a frequentar estes novos locais comerciais, que exalavam a modernidade (ASSEF, 2008; SCHÄFFER, 1993).

Como já assinalado no tópico anterior, muitos dos imigrantes árabes que hoje são comerciantes não só na fronteira de Santana do Livramento/Rivera, mas em todo o país, não eram comerciantes em seus países de origem. O que acontece é que chegando na terra de destino encontravam a estrutura agrária já estabelecida e também necessitavam de uma atividade que desse um retorno financeiro rápido. Junte-se a isso as redes de contatos que os imigrantes possuíam, que muitas vezes lhe orientavam nas atividades e indicavam mesmo onde haviam patrícios para que pudessem juntar-se a eles, tem-se um número significativo de imigrantes que aderiram às atividades comerciais. Como afirma Truzzi (2007):

É óbvio também que as opções e percepções na nova terra dos que migraram sofreram enorme influência das experiências e da cultura anterior ao deslocamento transoceânico, próprio da terra de origem. Tome-se como exemplo a adesão maciça dos imigrantes às atividades de mascateação no Brasil. Essa decisão não derivou, como popularmente se diz, de uma característica “que está no sangue da colônia”, naturalizada como atributo, mas sim do confronto entre a experiência anterior, de proprietário rural familiar independente e a realidade do latifúndio cafeicultor paulista (e de modo geral das dificuldades de acesso à propriedade rural do Brasil) (TRUZZI, 2007, p. 152).

Neste caso, Truzzi se refere ao caso da imigração sírio-libanesa no país e, também, à estrutura agrária no estado de São Paulo. Mas esse tipo de situação também ocorreu no Rio Grande do Sul. Também aqui se colocaram questões relacionadas ao contraste entre a terra de origem e a de destino, de diferenças de propriedade (que na terra de origem era de pequenas propriedades rurais, onde todos trabalhavam e aqui se deparam com grandes propriedades). E mesmo nos locais onde a pequena propriedade faz parte da estrutura agrária, esta já estava definida, de forma de não havia muito espaço.

Vieram sem recursos, o que os impedia de se estabelecerem como proprietários rurais. Em particular, frente a uma estrutura agrária concentrada, teriam de se empregar como colonos ao longo de, pelo menos, uma ou duas gerações para terem a chance de conquistar o acesso a algum tipo de propriedade rural que os mantivesse em suas atividades originais. [...] Como em geral vieram sem nenhum capital, essa atividade somente poderia ser a mascateação. (TRUZZI, 1997, p. 43-44)

Essa citação de Truzzi é corroborada por Roque na entrevista:

Um pequeno detalhe assim interessante, até se a gente vai falar de comércio é que a maioria deles não era do comércio, não são comerciantes né [...] eram camponeses, trabalhavam no campo, e acabam vindo pra cá e o interessante é que não buscavam o campo, mas acabavam buscando algo que fosse imediato e [...] resolveria vamos dizer assim, rapidamente, vamos dizer, a situação dele. Então assim, vieram com o dinheiro limitado, pra despesa diária vamos dizer assim, e olha lá né, acabam, por dica de outros que já estavam aqui, vamos dizer assim, um pouco mais antigos, ensinando eles vamos dizer assim, como adquirir, onde comprar e como vender. E aí pouco a pouco eles começam a [...] o pai dela, por exemplo, foi assim um [...] masqueteiro [...] que trabalhava na época das malas, hoje nós estamos no conforto aqui, dentro de um comércio, e já é uma etapa bem mais adiante vamos dizer assim, mas eles realmente sentiram na pele o que nós não [...] não dá nem pra comparar vamos dizer assim (ROQUE, entrevista concedida em dezembro de 2013).

Como pode ser visto, o início como mascate fez parte da rotina da maioria dos imigrantes árabes no Brasil e na fronteira também até meados dos anos 1960. Os relatos são de que os mascates percorriam as fazendas “de campanha”, vendendo produtos como roupas, sabonetes, facas, utensílios de cozinha, etc. Tiago começou a trabalhar de mascate desde muito cedo, como conta:

Eu fui mascate, eu comecei minha vida como mascate, com 12 anos [...] eu trabalhei durante 10 meses mais ou menos como mascate. Porque nós chegamos em Alegrete num sábado de tarde, domingo o papai compra uma lojinha e segunda eu começo como mascate sem falar uma palavra em português. A única coisa que me ensinaram, marcaram as roupas com alfinete e os preços (emoção) e aí marcaram as roupas com os alfinetes e os preços, e o camarada que nos vendeu a loja me ensinou “roupa barata freguês” e eu saí da loja ali batendo “roupa barata freguês”, batia nas portas, às vezes me xingavam, às vezes me [...] e eu [...] ia a luta, foi muito difícil [...] (TIAGO, entrevista concedida em janeiro de 2014).

A mascateação não foi um período fácil para os imigrantes e, justamente por ser um trabalho árduo, ela tinha um tempo determinado, era temporária, pois tão logo fosse possível juntar dinheiro para abrir um pequeno comércio, assim se sucedia.

O meu pai já pegou, dá pra dizer assim, o barco já na metade do caminho, vamos dizer assim, porque o meu tio veio, tinha um parente nosso que estava em Rosário, e recebeu algumas orientações, não que tenha recebido ajuda mesmo, recebeu orientações de como poderia fazer, e eles trabalhavam com malas mesmo, compravam produtos, vamos dizer assim, às vezes em São Paulo, às vezes em algumas lojas mesmo, e o cliente deles era o cliente de campanha, vamos dizer assim, então eles buscavam vender produtos em campanha, [...] sei lá, compravam a \$10,00, vendiam a \$30,00 [...] alguns faziam parcelamento né, e passaram a ter

muitos clientes em campanha, [...] e pouco a pouco começaram a se estruturar, começaram a juntar dinheiro, e alguns mais a diante conseguiram a adquirir um lar, comprar uma casa, e com o passar dos anos, vamos dizer assim, começaram a comprar locais de comércio mesmo, ponto comercial (ROQUE, entrevista concedida em dezembro de 2013).

E assim os comércios de Santana do Livramento e Rivera foram se tornando o que são hoje, sempre existiram lojas tradicionais, mas é percebido que o comércio popular foi inserido na fronteira pelos árabes. Sempre buscando mercadorias e preços competitivos, aos poucos foram aumentando os estabelecimentos no município. Do primeiro fluxo migratório, comércios que são caracterizados como tradicionais e que são de descendentes de árabes são, por exemplo, a Casa Chein, que já foi citada anteriormente, bem como a Casa Salim, Casa Líbano, de propriedade de libaneses residentes em Rivera, mas que sempre tiveram comércio em Santana do Livramento, na Av. João Pessoa, na divisa com o Uruguai. Também eram tradicionais a Tienda Normey e a Casa La Negra.

Yussef Bushada, libanês acastelhanado pelo departamento de imigração como José Posada foi um dos pioneiros em Rivera. Yuseff teria chegado à cidade em 1891, radicando-se nos arredores do povoado. Inaugurando um comércio de gêneros variados na *Calle Brasil*, deu início a *arabização* daquela região, pois logo chegariam outros *paisanos* para juntar-se a ele. Constituindo um bairro de casas de comércio tradicionais como a Tienda Normey, Casa La Negra, conhecida como *el banco de los pobres*, com preços atrativos e variedade de confecções.. (UM OLHAR SOBRE A PRESENÇA ÁRABE NA FRONTEIRA, 23/03/2013, disponível em:<http://jogodamemoria.blogspot.com.br/2013_03_01_archive.html>).

Assim, pode-se perceber que o comércio árabe, mesmo o tradicional na fronteira, se constituiu com a premissa de preços baixos e de mercadorias populares, mesmo em épocas que as mercadorias populares eram escassas. Com o passar dos anos, a dinâmica comercial de Santana do Livramento se transformou, o centro do município passou a ser em outro local, conforme Roque:

Esse local aqui hoje seria o grande centro comercial de Livramento, mas não era esse, isso aqui até nos anos 70, 70 ou 60 talvez assim, certa vez eu conversando com um senhor que tinha mais de cem anos, 'eu me lembro que eu atava meu cavalo aqui' né [...] tinha uma árvore aqui [...] e o centro comercial de Livramento era perto do Banco do Brasil, né, e se inverteu, lá é como se fosse o grande centro e aqui assim, fuge, não é o centrão. Hoje passou a ser isso aqui o grande centro, onde circulam mais as pessoas, vamos dizer assim, e lá um centro um pouquinho mais afastado, interessante que acabou se invertendo. [...] Então assim, dá pra dizer que muitos também compraram os imóveis esses e acabaram transformando isso aqui como se fosse um centro comercial, não [...]. Vou te dar um comparativo hoje com

Rivera, o que aconteceu com Rivera nos últimos 3 anos. Certas ruas, vamos dizer assim, ou travessas das ruas principais ali, não tinham comércio nenhum, há dois anos atrás né, o que acontece é que hoje se tornou o grande centro e extremamente valorizado né, pelo crescente número... porque assim: este abriu aqui, aí outro abre do lado, aí outro abre do lado, aonde não tinha comércio nenhum, hoje você tem seis, sete comércios, né, naquela travessa, e isso passou a dar valor pra cidade, e valorizou essas ruas... nunca foram ruas comerciais, entendeste, e acredito que tenha sido dessa forma realmente que isso aqui passou a ser ‘ ah, aqui é o centro’. Não que tenham sido só os árabes entendeste? Mas dá pra dizer que os árabes tiveram uma grande influência nesse sentido. Se você analisar pela rua dos Andradas, o grande centro nosso é rua dos Andradas e rua Rivadávia vamos dizer assim, [...] avenida João Pessoa [...] há grande concentração dos árabes ali [...] já focam realmente onde é o grande centro mesmo. Da mesma forma vamos dizer a cidade de Rivera: Sarandi, que é uma rua, vamos dizer assim, mais valorizada, e também os árabes já entraram lá hoje e metade da Sarandi é dos árabes hoje ali, e as travessas ali da pra dizer que 90% é [...] (ROQUE, entrevista concedida em dezembro de 2013).

Estas mudanças também podem ser percebidas através das histórias de Tiago e Jorge:

Durante o dia eu trabalhava no comércio, durante a noite eu vendia bala no Cinema Internacional, nos finais de semana que não se podia abrir o comércio ali naquela esquina da divisa ali eu vendia gravatas, vendia guarda-chuvas, sombrinhas, cintos, o que for possível, porque sábado de tarde não podia abrir, domingo não podia abrir, fiscalização estava [...] então eu vendia ali na esquina (TIAGO, entrevista concedida em janeiro de 2014).

Tiago relata que esse período refere-se aos “meados para o fim dos anos 1960”, observa mudanças no cenário comercial, onde a movimentação intensa já estava se localizando na linha divisória. Foi o período também em que vieram muitos imigrantes e começaram a abrir pequenos comércios na fronteira.

Jorge conta que antes de vir para Santana do Livramento foi para Alegrete, mas que veio para Livramento pelas oportunidades comerciais de que ouvira falar.

Aí nós viemos, estava em Alegrete, mudamos pra onde? Pra Livramento, diziam que Livramento e Livramento e Livramento [...] viemos pra Livramento, em 1990. [Até 90 em Alegrete ainda tinha a loja?] Tinha, tinha residência, tinha tudo. Loja e residência junto. Eu aluguei lá e me vim pra cá. Trabalhamos de 90 a 2004. Aí as coisas começou a andar pra trás. A minha casa lá, o meu vizinho, colocou fogo na casa dele, ele tinha seguro, eu não tinha segura. Então a casa que valia 70 mil reais na época, eu vendi ela por 25. Vendi o terreno, a loja [...] Ela ajudava muito né [...] Não pagava [...] O aluguel que vinha de lá [...] E aí tá [...] aqui começou a voltar, em 2003, começou a voltar pra trás, e pra trás [...] o coisa [...] e cada vez querem mais aluguel, cada vez querem mais aluguel [...] aí em seis meses eu paguei 7 mil reais [...] entendeu? Então acumulou tudo, aí tive que vender a casa pra saldar dívida, pra não sair sujo no mercado. E aí tá [...] e aí os guris precisam de [...] começaram a crescer, aí começou [...] o Osmar passou na faculdade, em seguida o Marcelo passou na faculdade, e aí, como é que tu faz? Aí eu tive que sair, saí, fechei a loja, porque é

menos despesa, menos aluguel, comecei a trabalhar por conta minha, comprava mercadoria e vendia pros outros [...] trabalhei assim dois anos, aí me firmei, aí consegui montar uma banca, e essa banca aqui a gente começou. Consegui formar o primeiro, o segundo, a mulher, a gurua, a mulher queria passear pra terra, pra ver os familiares dela, depois de 25 anos tá [...] eu não fui, depois que eu casei eu não fui mais [...] aí daqui eu consegui formar dois, a mulher foi duas vezes pra terra, a primeira ela foi e a gurua noivo lá, depois voltou, depois no outro ano ela levou ela pra casar, aí ela casou, ela mora lá, mora, não na Palestina, mora na Jordânia, ali do lado, a gurua tá bem, os guris estão bem, tá, cada um se arruma do jeito que gosta, ninguém se meteu na vida deles, estão formados, estão trabalhando [...] só faltou o pequeno, que o pequeno não quer nada com nada, esse um dia, quando ele vai pensar em querer, tomara que não seja tarde demais. [...] Eu me sinto bem, feliz [...] (JORGE, entrevista concedida em maio de 2013).

A história de Jorge também retrata as oscilações presentes no comércio de fronteira, que não é constante, ora está bom, ora não está. Quando a economia de Rivera está fortalecida, a de Livramento pode não estar, mas a fronteira permite possibilidades de negócios em ambos os lados. E é justamente essa oscilação e inconstância que chama a atenção do comerciante árabe. Se no tempo da atividade de mascateação a oportunidade era levar produtos às fazendas da região, que não tinham acesso fácil aos mesmos, neste novo tempo torna-se importante aproveitar as oportunidades de negócio que a fronteira proporciona. E isso, nesta fronteira, os árabes sempre souberam fazer. Desde o início, suas lojas já eram diferenciadas, com uma variedade de produtos maior que as lojas tradicionais, com produtos mais populares, com preços menores, sem um layout luxuoso, mas sim simples.

Sempre se diferenciavam das lojas locais, por terem melhores preços, mercadorias mais populares, então isso foi, essa foi a primeira influencia que tiveram, foram lojas mais competitivas, mais diferenciadas e isso foi tirando espaço das lojas mais tradicionais. Com a evolução, montaram lojas populares, então se tu verificares a influencia de lojas não de origem árabe, são lojas que trabalham com produtos mais caros ou com grife [...] e o comércio árabe trabalha na linha popular, ele até pode ter evoluído um pouco, marca, mas marcas mais populares e tudo. Quem vem lançando um mercado inovador são os descendentes (RENATO, entrevista concedida em janeiro de 2014).

Essa fala de Renato vem ao encontro de uma crença popular, relacionada ao comerciante árabe, segundo a qual o comerciante árabe trabalha com produtos de pouca qualidade, sem muitos critérios. E assim viveu a primeira geração de comerciantes árabes do segundo fluxo migratório que sai da atividade de mascate e traz uma nova forma de fazer comércio nesta fronteira. A forma do comércio pequeno e popular, que negocia preço, que tem muitos produtos, que é barato, mas que não investe tanto em estrutura do ambiente, embalagem, iluminação, características de comércios tradicionais.

Contudo, com o tempo esse comércio também vai se transformando, sem perder suas características essenciais do produto popular, mas aos poucos os cabides pendurados nas calçadas vão dando lugar a vitrines modernas. Como Renato mesmo expõe, essa transformação ocorre conforme as gerações vão mudando; se os comércios árabes de primeira geração continuam com essas características bem populares, a segunda geração já está inovando, o comércio continua sendo popular, a mercadoria ainda é popular, mas a loja já possui um ambiente diferenciado, os funcionários já usam uniformes, os horários de funcionamento e de trabalho já são mais regrados e, como se referiu Renato, “as marcas já começam a se fazer presentes”.

Exemplos desta mudança é a própria loja de Renato em Santana do Livramento, que já foi aberta com uma proposta diferenciada; e a “Casa Guri”, loja de Francisco, que passou por esta mudança, quando a loja era do seu pai tinha algumas características que aos poucos estão se transformando.

Hoje, em Santana do Livramento e Rivera, as duas formas de fazer comércio se mesclam, e se mesclam também com os comércios tradicionais, o que se tem é uma gama de serviços comerciais. Como informou Rafael, presidente da ACIL e comerciante em Santana do Livramento quando questionado sobre a presença árabe em Santana do Livramento/Rivera e sua participação no desenvolvimento da fronteira:

Se nós caminhamos na Andradas e na Rivadávia, nós vamos perceber uma forte presença de lojistas descendentes dos árabes e isso aí vem desde muitos anos atrás, quando os que vieram pra cá, que foi a família [...], família [...], enfim, todos esses, eles atuaram fortemente e seus descendentes estão dando continuidade. Sem dúvida alguma que hoje é representativo, que gera emprego, gera renda, tanto é que os árabes, eles estão se instalndo fortemente também em Rivera, não com o comércio de free-shop, mas com o comércio tradicional, eles também estão atuando lá. E eu acho que sim, sem dúvida alguma, é significativo pro nosso negócio, pro desenvolvimento é significativo (RAFAEL, entrevista concedida em novembro de 2013).

O que ocorre também nesta fronteira é um comerciante possuir mais de um estabelecimento comercial. Como foi o caso de João, que possui mais de um hotel na cidade e também possui outros estabelecimentos, tanto em Rivera quanto em Livramento. Francisco possui mais de uma loja. Renato também possui duas lojas em Livramento e duas em Rivera. Roque possui dois estabelecimentos, um em Livramento e outro em Rivera. Importante ressaltar que nem sempre os estabelecimentos são do mesmo ramo de atividade como, por

exemplo, a família proprietária do maior free-shop da fronteira: o Siñeriz, que possui o shopping e o free-shop em Rivera e dois supermercados em Santana do Livramento.

Isso a gente sabe que tem, que tem uma pessoa com vários estabelecimentos comerciais. Tem um conhecido meu, que ele, além de ter aqui em Livramento, ele tem alguns estabelecimentos também em Rivera (RAFAEL, entrevista concedida em novembro de 2013).

Em entrevista com lideranças da ACIL e da ACIR foi perguntado se há um registro de quantos comércios de propriedade de imigrantes árabes há em Livramento e Rivera. Mas tais registros não existem e apenas se sabe que “são de árabes porque se sabe”, mas não há um registro nas Associações, pois apenas são registrados os que são associados. Isso não quer dizer que nenhum dos comerciantes árabes é associado em qualquer das associações, apenas que não há como a associação ter um número exato de comerciantes árabes se nem todos são associados.

No hay un registro porque, nosotros, lo comercio que tenemos registrados en La Asociacion Comercial e Industrial de Rivera são solamentenuestros sócios. Dentro de ellos que sonnuestros sócios, este, hai aproximadamente, de origen o de ascendência basicamente sírio-libanês, que há venidohace más años, hai una presencia bastante importante no largo de 83 años de história de La Asociacion Comercial. Yo no podría volver enlaactualidad porque há venido una corrientenueva de basicamente palestinos que acabam a no ser asociados ennuestraassociacion. La corriente anterior, essa sírio-libanesa, que llego há más de 80 años, este açã em La frontera, 80, 90 años, sí, tenemosgran porcentagem de sócios sonsírio-libaneses, no, o de origen sírio-libanesa (MANUEL, entrevista concedida em janeiro de 2014).

4.3.1. O comportamento econômico do comerciante árabe em Santana do Livramento/Rivera

A metodologia proposta nesta pesquisa foi trabalhar a partir de uma perspectiva de um tipo ideal de comerciante árabe. Depois de muito estudo bibliográfico, observações e as entrevistas, um conceito do que seria um tipo ideal de comerciante começa a tomar forma.

Cabe notar, antes, que, tendo por base os pressupostos weberianos acerca da construção do tipo ideal de comerciante e definindo para o mesmo um curso de ação racional, aqui o comerciante será tratado como um empresário, figura que na fronteira em questão tem relevância econômica e política. Para fins de análise nesta pesquisa utiliza-se, então, este

modelo de tipo ideal de ação racional de um empresário, ancorada essa, fundamentalmente, na noção schumpeteriana de empresário.

Por empresário, assim, entende-se um ser empreendedor, agente de mudanças e fomentador do capitalismo (COSTA & SOUZA, 2009). Este empresário tem a função de inovar, de ter ideias inovadoras e capazes de provocar mudanças nos ambientes e, na visão de Schumpeter (1997), capazes promover desenvolvimento. Para Schumpeter (1997), o desenvolvimento acontece sempre catalisado por mudanças e inovações tecnológicas. Para o autor, sempre haverá um marco tecnológico, um período de crescimento, uma crise e um novo marco de inovação tecnológica que promoverá o desenvolvimento e a manutenção do capitalismo; mas essas inovações não ocorrem naturalmente, elas são criadas por este ser a quem Schumpeter chama de empresário. O empresário é aquele que cria, que inova, não é necessariamente o dono do capital, mas aquele que tem o “tino”, na linguagem popular, que tem a ideia e crê com todas as suas forças que ela vai dar certo, que será um lançamento no mercado, que irá mudar paradigmas (COSTA e SOUZA, 2009).

Um comerciante pode ou não ser um empresário, conforme a visão schumpeteriana, pois para se classificar como empresário ele tem que necessariamente ser um empreendedor, um agente econômico que coloca novos produtos no mercado, seja através de novas e melhores combinações dos fatores de produção, otimização de seus próprios recursos ou pela aplicação direta de alguma nova tecnologia ou aperfeiçoamento de alguma tecnologia (SCHUMPETER, 1997). Conforme Moricochi e Gonçalves (1994) o empresário:

[...] é o que promove inovações no processo produtivo. É um tipo puro, em abstração quanto ao seu ambiente econômico, podendo ser isolado e analisado independentemente das consequências de suas próprias ações, capaz de vencer as resistências psicológicas e sociais que o impedem de realizar coisas novas (MORIOCHI e GONÇALVES, 1994, p. 29).

O comerciante dificilmente irá criar uma nova tecnologia, ou vai mudar o modo de fabricação de algum produto que ele comercializa, mas ele pode inovar dentro do seu próprio ambiente, trazendo novas formas de comercializar, por exemplo, ou importando novos produtos que ainda não chegaram a ser comercializados em determinado local. Ele pode inovar e ser empreendedor no trato com seus colaboradores e também inova quando arrisca novas formas de marketing de seus produtos, por exemplo.

O comerciante empreendedor investe, investe e arrisca, tem um jogo de cintura, uma inteligência emocional para trabalhar em meio a crises do setor comercial, financeiro, produtivo, enfim, qualquer crise que acabe por afetar o setor comercial. Este “jogo de cintura” se torna necessário a um empresário quando se toma por base a noção de Schumpeter do mesmo, já que para o autor o desenvolvimento não ocorre de forma tranquila, mas sim aos saltos, de forma desarmoniosa, onde os riscos e incertezas permeiam o ambiente; desta forma, a função de investir não poderia ser tarefa para qualquer homem. Moricochi e Gonçalves (1994, p. 29), comentando a noção Schumpeteriana de empresário, afirmam: “é preciso que se tenha nestas condições um tipo de indivíduo especial, isto é, o empresário, talentoso e motivado, que seja capaz de perceber as oportunidades de realizar negócios rentáveis”.

Mas o empresário não é apenas motivado pelo desejo de obter lucro, ele quer deixar seu legado, seu nome em algo que tenha importância, “criar seu próprio reino”; e também há o desejo de conquistar, as ganas de lutar por algo, superar seus próprios limites; e também tem a felicidade de criar algo, o sentimento de perceber sua própria engenhosidade (MORIOCHI e GONÇALVES, 1994; SCHUMPETER, 1997).

Ainda sobre a gênese do empresário, Schumpeter (1997) diferencia “empresários” de “capitalistas”; para o autor, todos os empresários seriam capitalistas, mas nem todos os capitalistas seriam empresários. Na concepção de Schumpeter sobre o empresário, este seria responsável pelo rompimento com o fluxo circular⁶, promovendo assim o avanço do desenvolvimento. Mesmo que esse empresário também seja movido pelo desejo de lucro (mas não apenas por ele), ele tem objetivos de estar sempre avançando, sempre modificando e, conseqüentemente, sempre rompendo com o fluxo circular, e aí reside a diferença entre este ser e o capitalista, pois aquele que é somente capitalista não tem ganas de mudar nada, ele se mantém sempre em sua postura conservadora. Desta forma, a presença do empresário no meio da classe capitalista é crucial ao desenvolvimento econômico, pois o mesmo sempre buscará a inovação, onde quer que esteja (MORIOCHI & GONÇALVES, 1994; SCHUMPETER, 1997).

A partir dessas noções, portanto, que ressaltam as características de uma ação racional incorporada na figura do empresário, a partir de agora são analisadas algumas características percebidas através da pesquisa no comportamento econômico dos comerciantes árabes de

⁶ O fluxo circular da vida econômica, onde toda “atividade econômica se apresenta de maneira idêntica em sua essência, repetindo-se continuamente”. (SCHUMPETER, 1997, p.9)

Santana do Livramento/Rivera e que definem o que pode ser chamado de um tipo singular de ação econômica.

O comerciante árabe tem em conta mais alta e acima de tudo a família. Tudo é para a família, ele saiu de sua terra (nos dois fluxos migratórios) pela família, através de uma série de fatores que o levam a sair do país onde mora e migrar para um local desconhecido e de cultura distinta, mas ele o faz pela família, porque tem que prover as necessidades básicas dela. E também é a família que o faz buscar a atividade comercial, dentre diversos fatores já mencionados, ele busca uma atividade que lhe dê autonomia e um retorno financeiro rápido para que ele possa enviar recursos à sua família (caso a mesma tenha ficado no país de origem) e possa também voltar para o mesmo.

A segunda característica percebida nos comerciantes árabes é o “fazer dar certo” e fazer o lugar para onde ele vai se tornar “sua terra também”. O comerciante árabe também tem, no geral, um modo de vida muito simples, sem luxos e extravagâncias, mas busca sempre o conforto para sua família.

Este comerciante em sua essência tem uma visão de comércio a partir da negociação, e isso passa de geração para geração. Suas características enquanto comerciante são as de pechincha, de dar a razão para o cliente, buscar sempre a melhor oferta, e são características que são passadas e permanecem na segunda e terceira geração também. E também está sempre presente no seu comércio, sempre está junto, mesmo que a empresa já tenha prosperado e crescido ele continua atuando. Assim, o tipo ideal de comerciante árabe é aquele que negocia sempre, que não tem medo de trabalhar, que gosta do negócio popular, que tem a família em primeiro lugar.

Aí tu começa aquela coisa meio de trabalho formiguinha, todo mês tal, ‘está dando pra pagar as contas? Tá! Então já vai e investe em uma coisinha’ [...] Depois tu vai lá e tal, comprou a casa [...] vai pagar o parcelamento da casa, praticamente é tipo o crescimento de qualquer um, só que é uma coisa assim, o árabe [é uma característica diferente] diferente, até porque a família, digamos assim, os teus gastos em relação a coisas que, digamos assim, não sejam de família, são muito reduzidos, é da cultura árabe. Por que, por exemplo, tu não bebe, digamos, tu não tem a questão do jogo, digamos que a tua situação familiar [...] ela fica sendo tipo quase uma comunidade, então o teu investimento ele passa a ser na família então isso te dá um crescimento maior na hora que tu começa a adquirir alguma coisa, e tu fica investindo, vai passando um pouquinho [...] Pro árabe não existe a questão do trabalho ruim, entendeu? Tu vê que se tem que abrir domingo o pessoal abre, se tem que ficar até nove da noite, o pessoal fica, não reclama [...] (FRANCISCO, entrevista concedida em Novembro de 2013).

Então a administração de uma forma simples do teu negócio, digamos assim, sabendo o que tu ganha pra ti poder gastar, eu acho que isso é o primórdio, é o básico dentro de uma administração de uma empresa, de uma organização. Se entrou \$10, tu não pode gastar mais que \$10, o árabe tem muito isso, por isso que o pessoal diz que o árabe é aqui (gestos) [...] não, não é questão disso, é que a questão é que tu tem que ter uma consciência de uma vida simples e uma administração de uma forma simples, se eu pegar uma empresa hoje e começar a querer investir mais, ou fazer uma coisa que digamos que não seja compatível com meu aporte financeiro, ou o que eu tenho de entrada, eu quebro, isso é lógico. Então eu acho que a administração do pessoal que vem do oriente, não só dos árabes, a gente particulariza árabe pela questão do estudo e da comunidade aqui, mas se tem a questão chinesa, tem a questão indiana, e todos tem um perfil parecido de vida simples. Essa vida simples que a gente tem diariamente, a gente transpassa pro negócio, e a administração passa a ser isso, passa a administrar as coisas tipo de uma forma mais tranquila. Sabe o que tu tem, sabe o que tu não tem, não vamos fazer grande coisa, vamos começar devagarinho e seguir adiante (FRANCISCO, entrevista concedida em novembro de 2013).

O comerciante árabe também se caracteriza por buscar sua mercadoria fora, em São Paulo, em Santa Catarina, sempre buscando a melhor oferta, o melhor preço, a melhor negociação. Em Santana do Livramento/Rivera ele, o comerciante árabe, sempre buscou mercadorias em centros maiores, como São Paulo. Esse comportamento fez com que os comércios se expandissem e atraíssem também turistas e o negócio acabava prosperando, e então outro comércio era aberto, como relata o entrevistado Roque:

Esse árabe que antigamente buscava mercadoria em São Paulo, buscava mercadoria em Santa Catarina, os grandes centros comerciais do Brasil, e começou a abastecer, vamos dizer, a praça de Santana do Livramento, e isso atraía quem? Atraía o turista do outro lado, que é o uruguaio, o grande cliente nosso aqui, né, é o cliente uruguaio, né...e também o local, que é o brasileiro, entendeste? Mas o grande atrativo é que o uruguaio que não tem indústria, não tem nada, vinha em massa pra cá e consumia aqui. E esse árabe, vamos dizer assim, é evidente que a medida [...] a ganância do ser humano, vamos dizer assim, abria um comércio, está funcionando certo, começou a funcionar o comércio este, bom [...] ‘eu preciso abrir outro’ [...] e aí vai [...] (risos) (ROQUE, entrevista concedida em dezembro de 2013).

Isso revela um comportamento de garra, de querer fazer dar certo e de “tino” para os negócios que também é passado de geração para geração, Roque conta que desde sua chegada ao Brasil “se vive o comércio e o comércio faz parte da vida cotidiana das famílias”, esse ambiente faz com que se aprenda desde muito cedo como administrar, é o pai que delega funções, pequenas, de orientações aos funcionários, um e outro atendimento e até as próprias funções de caixa, cobrar.

Roque conta com risos que aos onze anos conhecia e trabalhava com 4 moedas distintas (dólar, real, peso uruguaio e peso argentino), esta última porque a família viveu um

período em Uruguiana (fronteira com Paso de Los Libres – Argentina). Isso, em suas palavras, lhe proporcionou uma inteligência útil importantíssima, que hoje utiliza na administração de suas lojas. Seu pai sempre fez de tudo para que ele fosse advogado, mas ele diz que cresceu no comércio, durante 11 anos teve uma farmácia, mas com a chegada de grandes redes do setor, a sobrevivência do negócio ficou comprometida, então ele mudou de ramo (vestuário infantil em Santana do Livramento e cama-mesa-banho em Rivera). Essas mudanças de ramo e essa versatilidade também são características que podem ser atribuídas à segunda geração, que é uma geração que é mais dinâmica e vive um tempo mais dinâmico.

Tiago também partilha desta mesma opinião e tem história semelhante de progresso no ramo empresarial. Ele também define o “trabalho formiguinha” que Francisco também fala na entrevista.

O árabe tem aquela característica de inovar, aquela característica de melhorar, e isso proporciona, provoca que no outro comerciante que está, digamos assim, que “está bom o negócio, então não vou melhorar, não vou [...]” [em time que está ganhando não se mexe] não se mexe [...] está, está acomodado. Mas o árabe, hoje ele começa com uma lojinha, amanhã ele já melhora a lojinha, já faz uma vitrine, né [...] então isso mexe, mexe com todo mundo. Pode ver aí que todas as lojas aí de gente que começou pequenininho e hoje tem [...] né [...] com a influencia de melhorar. O próprio Siñeriz, agora eles vão modificar o Siñeriz aqui da Sarandí, então o que é isso? [...] ele não precisava mexer, digamos que se fosse dentro de uma mente estagnada, ele: “tá, tá bom, estou vendendo”, mas não, ele vai investir não sei quantos milhões de dólares pra que? Pra dar maior comodidade aos seus clientes, pra fazer a sua loja ser a melhor e isso influencia nos demais, é obviamente que tem uma influência, tem uma influência muito grande (TIAGO, entrevista concedida em janeiro de 2014).

O preço talvez seja a característica mais marcante em qualquer comércio de árabe, porque ele sempre vai vender mais barato, até quando o comércio já não é tão popular, o preço sempre é um diferencial e “O preço é uma coisa bem cultural” (FRANCISCO, entrevista concedida em 05/11/2013). E também o preço está presente em todas as entrevistas:

As lojas que vendem por exemplo mais baratos são árabes mesmo, agora tu vai nas lojas que vendem crediário, tu encontra os preços muito altos, dá facilidade, por exemplo 7 vezes, 10 vezes, mas são preços muito mais elevados. Mas aqui tu vem comprar, por exemplo, um sapato à vista com 50 reais, tu vai lá comprar no crediário com 150 reais em 7 vezes. Aí o povo facilita diz que vão pagar em 7 vezes mas mais barato, mas não imaginam que em 1 vez paga já e não precisa pagar mais [...] eu não sou contra comércio que utiliza crediário, mas só estou lhe falando o que ocorre no comércio aqui de Santana do Livramento (ANDRÉ, entrevista concedida em janeiro de 2014).

A tendência dele é ele comprar por 5 e vender por 6,50, enquanto o comércio moderno, os administradores que estudam e essas coisas todas, ele não gostaria de ganhar 1,50 em cima dos 5, ele quer ganhar 11,50 em cima do mesmo valor, tá, porque ele quer carro, ele quer viver bem, ele quer beber o que quer, ele quer fazer a farra. O árabe não, se ele tem 1,50 ele transforma esse 1,50 daqui a pouco em 11,50, duas, três compras [...] porque ele não gasta muito, agora claro que tem os jovens, os filhos deles, alguns a despesa deles passa, mas aí não é geral [...] Depois eles acham que vendendo assim ele vai vender mais (JORGE, entrevista concedida em maio de 2013).

Esse comportamento faz parte e está mais presente na primeira geração, que pratica o comércio de forma simples, sem grandes investimentos e planejamentos na organização. A segunda geração, como já falado, é diferente, se insere na comunidade e também busca aperfeiçoamento no ramo comercial. Ela procura a profissionalização do negócio. Conforme relato de Renato:

Então o pessoal chega [...] e existem 40 lojas com um produto ele vai e abre a 41ª com o mesmo produto e vai se lamentar que está ruim, que está ruim [...] então, o que acontece, quando eu cheguei aqui, eu, como todo mundo em São Consciência, tu vai fazer um estudo de viabilidade, eu tinha um comércio em sociedade com meu irmão de malhas econômicas, e nós trabalhávamos muito bem, inclusive foi o que deslanchou nossa, nossa, nosso ranking empresarial aqui. Eu ia a SC uma vez por mês, comprava malhas por kg, criava oportunidades, na compra, então a venda se fazia sozinha, agora, o pessoal daqui se tu andar em toda Rivadávia e João Pessoa, tu vai ver que todos tem o mesmo comércio. Então quando eu saí da loja aqui eu visualizei que [...] a gente escolhe um ramo pra trabalhar e um ramo que não tenha limite de crescimento, se tu pegar qualquer um desses ramos arroz com feijão, todos tem um limite de crescimento, chegou até ali, não passa dali e quando cai o rendimento tu acaba ficando no vermelho. Então, escolhi planejado um ramo, desenvolvi ele, em 1999 abri uma loja de calçados, vi que tinha muitos concorrentes, acabei abrindo mão de calçados e abrindo uma loja de esporte, acabei dominando o mercado em muito pouco tempo, desenvolvendo o trabalho em Rivera e mesmo comparado com os gigantes de Rivera, eu no ramo de calçados domino o mercado, eu faço pesquisa de opinião e realmente a gente tem 80%, 85% de domínio na área de esporte, falando em tênis que é o principal (RENATO, entrevista concedida em janeiro de 2014).

Renato ainda conta que está sempre investindo, criou a própria marca usando produtos de qualidade para a fabricação, criou mais uma marca para um segundo público, mais popular. Trabalha com liquidações em meses que são ruins para o comércio (fevereiro e agosto) e tem como meta que 40% da venda da loja seja da própria marca. Renato é um exemplo da segunda geração, que já está mais integrada na comunidade, procura investir mais, se moderniza e se qualifica para a prática do comércio. Mas isso não quer dizer que ignore todo o aprendizado que teve com seus pais, é unânime a opinião de que o comércio está no sangue e é até um

comportamento aprendido, como Roque também falou, que desde pequeno se é inserido no mundo comercial. Renato também fala desta experiência:

Independente de primeira, segunda, terceira geração, a gente, independente de ter tido apoio no estudo, quando a gente não está no colégio a gente está na loja, andando de bicicleta na loja, vendo o pai vender, daqui a pouco a primeira, segunda brincadeira que a gente aprende é aprender a vender, então a gente quer brincar de atender [...] a gente começa a colocar exercícios práticos: a gente compra esse produto de um fornecedor, a gente produz isso aqui, isso aqui o custo é tanto [...] (RENATO, entrevista concedida em janeiro de 2014).

Uma percepção acerca do comportamento do comerciante árabe é que parece que os descendentes do primeiro fluxo migratório pouco se percebem como árabes. Os mesmos já estão na terceira geração, reconhecem suas origens enquanto árabes, mas não se referem a si mesmo como árabes. E diferenciam estes fluxos migratórios pela origem (sírio-libaneses e palestinos), esta diferenciação se dá da seguinte forma: os primeiros imigrantes (primeiro fluxo, composto em sua maioria por libaneses) são os imigrantes que vieram pra ficar, são os que apresentam um comportamento de quem quer ficar na região e quer investir na mesma. Os imigrantes mais recentes (segundo fluxo, composto em sua maioria por palestinos) apresentam o comportamento oposto, de quem não cria raízes, vem apenas para juntar dinheiro e voltar para sua terra, sem querer investir na região. Esta opinião se reflete na fala de Maria:

Eu não posso falar muito assim o que a gente mais escuta, mas ele é diferente. Ele está na loja, a família está na loja, não sei até quando ele é formal com todos os empregados, a gente escuta algumas coisas de que ele não é. Então é complicado, vamos dizer, pro lojista tradicional, vamos que dizer, que tem tudo certinho [...]. Ele, eu acho até que pela cultura deles, eles não têm esse apego que a gente tem ao estabelecimento, a permanência do negócio [...] se aqui não está bom, ele vai para ali, está ruim ali ele vai pro Chuí [...] ele é mais migrante. Se isso é uma qualidade, não sei. Os americanos mudam de um estado pra outro tranquilamente, isso não é típico no Brasil. No Brasil [...] é ali, é ali [...] (MARIA, entrevista concedida em janeiro de 2014).

Essa consideração reflete um pensamento comum também de desconhecimento da população. Em geral considera-se, na fronteira de Livramento e Rivera, árabe apenas o palestino, que normalmente é muçulmano e que é comerciante na Rua Rivadávia Corrêa, algumas lojas da Andradas e na Av. João Pessoa. Poucos sabem que alguns comércios locais são pertencentes à famílias libanesas, ou sabem, mas não é feita a associação ao árabe.

Provavelmente este fato se deve à própria reserva que os imigrantes palestinos se impõem, como Roque fala em sua entrevista, de que a pouca interação social com a comunidade também é falha deles, que poderiam se inserir mais, mas há um receio natural.

Neste receio também entra os fatores de geração, a primeira geração sofre, é reservada, tem dificuldades de inserção naturais para qualquer imigrante em território desconhecido; a segunda geração já apresenta um comportamento diferenciado, de inserção social; a terceira geração deste segundo fluxo ainda é uma geração nova, que está começando sua vida adulta, mas provavelmente estará ainda mais inserida no contexto social, econômico e político da fronteira. O que leva a análise da percepção dos descendentes do primeiro fluxo migratório (terceira geração adulta). Esta geração já está inserida na fronteira, ela já é de fronteira, portanto tem uma percepção diferente para consigo mesma e com os patrícios.

Estas diferenças vão se refletindo no comportamento econômico destes comerciantes. Pode ser visto nos relatos de quem é de primeira geração, segunda ou terceira, junto com esta diferença de ser sírio-libanês ou palestino. Como já dito, o sírio-libanês tem um comportamento econômico mais parecido com o da fronteira, porque já está inserido naquela comunidade e foi quem construiu o comércio na fronteira e deu forma ao que ele é hoje (ASSEF, 2008). Falando-se no primeiro fluxo migratório, há o caso do João, libanês, de segunda geração, que tem um comportamento econômico semelhante aos imigrantes do segundo fluxo migratório. O palestino tem um comportamento diferente e dentro disso a segunda geração de palestinos tem um comportamento diferente do da primeira. A primeira geração deste fluxo exerce um comportamento econômico simples, de certa forma, ela não tem medo do trabalho e faz tudo por sua família, para prover o sustento dela, pratica o comércio simples, sem muitos investimentos e sem muito aperfeiçoamento de suas lojas, sua própria qualificação. Algumas características da primeira geração são passadas para a segunda, mas esta se difere por agir de forma mais racional no comércio, racional no sentido de ser mais profissional administrativamente, se inserir mais na comunidade, investir mais no seu negócio e no próprio desenvolvimento da fronteira.

4.3.2. A influência da cultura árabe na gestão econômica do comércio árabe de Santana do Livramento/Rivera

Conforme visto até agora, a presença árabe na fronteira de Santana do Livramento/Rivera vem desde o fim do século XIX, com o início da imigração sírio-libanesa no país, e também desde aquela época esteve presente no comércio fronteiriço. A cultura árabe assim se manifesta e se comunica com a cultura local, e também acaba por influenciar na gestão comercial da fronteira, que passa a ter um comércio com características trazidas por esta cultura, diferente de localidades onde não há uma presença árabe significativa.

Já indicado também, há uma diferença na forma de fazer comércio e no comportamento do comerciante árabe do primeiro fluxo migratório para o segundo fluxo e entre as gerações de cada um. Essas diferenças e essas transformações no comportamento do comerciante se ligam diretamente à influência que a cultura árabe exerce sobre a gestão econômica do comércio dos dois municípios.

Conforme Mário, presidente da Sociedade Árabe Palestina de Santana do Livramento, o impacto da comunidade árabe no comércio da fronteira foi significativo, porém não tão divulgado quanto o impacto da imigração italiana e alemã na agricultura, por exemplo. Esta não divulgação pode ser atribuída a própria atividade comercial, onde muitas vezes o comerciante fica distante do público-alvo.

A primeira geração ela impactou sim no comércio, né, que não impacta tanto, ela não é tão [...] ela não é vamos dizer assim, tão falada como foram os italianos e os alemães por uma característica de ser o comércio, secundário né, a gente lida com o comércio e tu às vezes tu nem sabe com quem que tu está lidando, quem tem aquela loja, se o cara é árabe, se não é [...]. A gente tem árabe em todo o Rio Grande do Sul (MÁRIO, entrevista concedida em dezembro de 2013).

O impacto dessa imigração na gestão econômica está justamente na sua forma de fazer comércio, que é resultado de sua cultura. Por ser um comércio diferenciado, que trabalha com o “ganho de giro”, onde se ganha menos em cada mercadoria vendida, mas se ganha na quantidade de mercadorias vendidas, o árabe trabalha muito com essa filosofia de comércio, ou pelo menos a primeira geração trabalha com esse pensamento.

Roque fala que o árabe chega quebrando padrões, abrindo comércios em qualquer portinhola, vendendo de porta em porta, trabalhando das “10 às 10”. Ele fala que quando foi a

Jerusalém percebeu que onde tinha espaço tinha comércio e fez referência ao comércio de Rivera como sendo muito parecido e que isso vem de uma influência árabe.

O árabe vem pra quebrar tudo que é regra, popularizou vamos dizer assim o comércio, no sentido de que você tem várias camadas de consumidores, e você tem que saber atender essas camadas aí. Inicialmente, até pela condição financeira, acredito que o árabe, o comerciante árabe, ele buscou essa camada, vamos chamar de classe C vamos dizer assim, mais popular. Hoje, a segunda geração já busca um padrão diferenciado de comércio, mas ao mesmo tempo, o grande comércio é aquele comércio popular mesmo, e que acabou influenciando também nos demais. Se você for a São Paulo, você vai ver que influenciou no comércio brasileiro, essa coisa da oferta, de estar jogado nos pés do cliente o produto, do gritar e chamar e vamos negociar e isso e aquilo ali (risos) é da cultura [...] (ROQUE, entrevista concedida em dezembro de 2013).

Então, esta forma de fazer comércio caracteriza e transforma a gestão econômica da fronteira, primeiro que é uma forma de fazer comércio simples, não muito rebuscado que, portanto, demanda inicialmente pouco investimento. De certa forma, a vida simples que o árabe leva, já apontada e descrita anteriormente, está presente nos negócios, no comércio. É o “trabalho formiguinha”, descrito por Francisco.

Ao longo da pesquisa, os entrevistados indicaram, diretamente ou indiretamente, quatro aspectos relacionados à influência da cultura árabe na gestão econômica do município: o *modo de vida simples* (muitas vezes associado à religião, que ele leva para o comércio), o *preço*, a *geração de empregos* e a *persistência do comerciante árabe*.

Sobre o primeiro ponto, o *modo de vida simples*, já foi apontado que a simplicidade destes comércios, percebida também em Jerusalém por Roque e por Mariana em uma viagem à Jordânia, advém da maneira simples de viver, sem ostentação, e com normas claras e simples, como as descritas por Jorge. Um comércio que não possui vitrine ou luminoso em sua fachada não precisa do mesmo investimento de capital que um comércio de 100 m², com vitrines modernas e luminosas na entrada. Essas características podem ser encontradas depois de alguns anos que este comerciante atua e se ele for um comerciante com uma visão mais empreendedora, característica percebida mais entre os descendentes de segunda geração. Essa maneira de viver pode-se dizer assim, leva ao segundo fator: o preço.

Os *preços* praticados por comerciantes árabes são inferiores aos preços praticados por comerciantes tradicionais, e isso pode ser percebido em qualquer local que o árabe se encontra. O pai de Renato possuía uma loja na Rua Voluntários da Pátria em Porto Alegre, uma das principais ruas de comércio popular do município. Referências ao comércio popular

em Porto Alegre e sua relação como comércio de árabe podem ser percebida em Peters (2006). E também está presente no trabalho de Jardim (2000).

O comercio de árabe ajuda muita gente, não em função de emprego, mas em função de preço. Por que que o povo vai comprar deles? Ele compra por: eles têm preço, e as mesmas qualidades dos outros produtos que as outras lojas vendem pelo preço triplicado que oferecem um preço, dizem: “tu paga uma entrada e daqui tu paga 10 vezes”, a entrada que tu paga, tu compra o mesmo produto na loja de um árabe e não é uma mercadoria de outro mundo, é uma mercadoria brasileira [...] (JORGE, entrevista concedida em maio de 2013).

Esta *questão do preço* esteve presente de forma mais latente nas entrevistas com comerciantes de primeira geração como Jorge e André, que ainda praticam o comércio na forma mais simples. Esta característica está presente também na segunda geração, mas já de uma forma mais pragmática. A questão de preço, que Jorge se refere e que impacta diretamente na economia comercial da fronteira, é que em geral a fronteira é empobrecida, existe uma população de baixa renda muito grande e o “comércio de árabe” (como Jorge diz) possibilita a essas pessoas um acesso maior a mercadorias do que elas teriam se o comércio fosse apenas tradicional.

O terceiro ponto apontado foi a *geração de empregos pelos comércios de árabes*. Este foi um ponto que não esteve presente em nenhum dos trabalhos pesquisados para o referencial teórico desta pesquisa. Para os próprios comerciantes árabes, quando perguntados sobre a influência econômica que a cultura árabe poderia exercer na fronteira, a primeira resposta era: geração de empregos. Este parece ser um ponto em comum em quase todas as entrevistas. Que os estabelecimentos geram empregos e assim contribuem com o desenvolvimento da fronteira.

Eu acho que a influencia é grande, eu acho que é bem importante, te digo assim: o comércio produz emprego, emprego produz imposto, comércio produz imposto, e isso traz divisas, traz dinheiro pro município né. Vamos dizer assim, a comunidade toda ela é ligada ao comércio na primeira geração, então quer dizer, tudo começou pelo comércio (MÁRIO, entrevista concedida em dezembro de 2013).

Os árabes sabem negociar, instalam suas empresas e geram emprego, então é um tipo de comércio, que está presente e funciona. Um exemplo é o supermercado 300 que foi o primeiro supermercado grande de Livramento, tem 300 funcionários, em Rivera eles tem um shopping center, né, que ninguém fez em Livramento, nem em Rivera, eles fizeram, entende, então tem muita coisa que os árabes conseguiram tomar providências e fazer. Eu acho que ajudou a comunidade a ter um melhor nível, de vida também. Por que ao formar empregos, ao pagar impostos, ao participar de

entidades, estão colaborando com o desenvolvimento da comunidade (JOÃO, entrevista concedida em janeiro de 2014).

Desta forma eles influenciam na dinâmica econômica da fronteira, que acaba por torná-la única, conforme Tiago:

O árabe por natureza, ele é comerciante por natureza, ele é nato comerciante, o árabe tem aquela filosofia de que o cliente sempre tem razão, mesmo quando ele não tem razão, ponto. Então tu não discute com o cliente, o cliente “ah, isto aqui não é assim! Muito bem, o que o senhor quer? Vamos trocar [...].” Na época do balcão eu cansei de trocar pilhas Eveready e Rayovac que o cara trazia as usadas e trocava aí dizia: “ah não funcionou” Não tem importância, eu trocava, ele deve ter dito “passei aquele cara pra traz” mas eu tentava vender outra coisa, tirava a diferença...então isso faz a diferença, isso faz parte do árabe, entendeu [...] o árabe sabe ganhar, sabe perder, e sabe empatar (TIAGO, entrevista concedida em janeiro de 2014).

O exemplo de Tiago se refletiu em uma das entrevistas, a de André, que se colocou à disposição para contar sua história e responder as questões do roteiro em seu estabelecimento comercial no horário do meio-dia. Enquanto concedia entrevista continuou com seu trabalho, cobrando no caixa da loja: como uma atividade automática, cobrava, agradecia, guardava o dinheiro e continuava falando. Em um dado momento veio uma cliente para fazer uma troca, a qual sua funcionária perguntou-lhe se podia fazer a troca e ele autorizou sem sequer perguntar qual o motivo para a mesma, semelhante ao que Tiago contou. E assim também foi em relação aos descontos nos preços das mercadorias: durante o breve período de entrevista André cobrou alguns valores em seu caixa e os descontos eram dados conforme se dá um “Oi”, sem parar muito para pensar, de forma simples e direta, um comércio realizado de forma simples.

Mas esta forma de fazer comércio nem sempre é vista e praticada com unanimidade. Renato já encara essas formas “de maneira mais crítica”, pensando que a influência deste comércio árabe poderia ser maior. Para ele, existe comodismo, em não mexer no que está dando certo, que remete às características apontadas no comportamento dos comerciantes árabes que variam conforme a geração e a origem. Além disso, na visão de Renato os comerciantes árabes presentes na fronteira poderiam formar uma espécie de mix de serviços a serem oferecidos e assim aumentar o potencial comercial da fronteira; mas não fazem, de forma que se acaba tendo uma limitação na oferta de diversidade dos estabelecimentos, o que acaba prejudicando a gestão econômica do município, mesmo que gere empregos. Ele cita o aumento dos comércios de árabes em Rivera:

Todo esse comércio árabe foi pra Rivera e abriu filiais em Rivera, inclusive fizeram tudo errado, tu vê, das 40 lojas de árabe que tem, 35 trabalha com cobertor e ventilador e jaqueta, tudo, continuaram com o mesmo problema, porque tem 5 bombando lá, aí os outros ao invés de criarem bazar, brinquedo, utilidade, pra fechar um mix e completar o mercado, não [...] (RENATO, entrevista concedida em janeiro de 2014).

Assim, o comércio de árabe (e a cultura árabe) influencia na gestão econômica de Santana do Livramento e de Rivera, de diversas maneiras, tanto de forma simples (gerando empregos diretos de um estabelecimento) quanto de forma empreendedora, como é o caso do Supermercado 300 e Fre-shop Siñeriz, apontados por João.

E o último ponto abordado é a *persistência*, que inegavelmente está presente em todas as histórias. Pode-se afirmar que a “persistência árabe” tem dois lados: o primeiro é a “questão do sangue”, de não ter medo de trabalhar, de ter uma garra, uma vontade que dê certo (“onde quer que seja”) e que é percebida por quem é de fora da comunidade árabe e por seus membros também. Como fala Rafael:

Eu acho muito interessante isso aí, essa visão muito ampla que eles têm, nós, nós temos uma visão muito restrita de comércio, e eles por si só, [...] na genética eles tem a coisa muito mais amplo né. Eles não se importam com o que trabalham. Eles trabalham, e trabalham de sol a sol como a gente diz, então é uma coisa que a gente tem bastante a aprender. Muitos de nós criticamos a atuação, mas na verdade quem é que tem o capital maior? São eles [...] (RAFAEL, entrevista concedida em novembro de 2013).

Claro, nem todas as opiniões e visões são unânimes. Para Manuel, o desenvolvimento econômico não pode ser atribuído a uma determinada etnia; para ele, todos que tenham vontade de trabalhar e se fixar em determinado local influenciam no seu desenvolvimento:

Yo nunca asocié el origen de una persona para, el origen étnico o el origen del lugar onde nació, onde viene, para, este, decir se lo impacta favorable o no favorablemente. Lo que importa es la actitud y la, el compromiso que tenga con la zona donde vá radicar-lo. Hablando de essa imigracion sírio-libanesa que vino con lo compromiso de quedarse, con un compromiso de aportar, está hace más de 100 años acá, en Uruguai, he hecho un aporte muy importante. Depende del espíritu que tenga cada uno quando viene a instalarse em un lugar. Este, nós no podemos, no lo podemos saber porque muitísimas gente que recién he llegado e se instalado e la verdad, todavía, no se ha asociado em nuestras gremiales, entonces no tenemos mucho conocimiento para poder opinar no?! (MANUEL, entrevista concedida em janeiro de 2014).

O outro lado da persistência foi abordado por Roque e é digno de reflexão. Ele se referiu, questionou junto ao entrevistador, se esta persistência não seria uma característica de diáspora, e não de sangue e característica própria. Para ele, quando se está longe e se sai da terra natal, de qualquer jeito tem que dar certo; ele dá exemplos de funcionários que quando estavam em Santana do Livramento e trabalhavam com ele eram comuns, sem muitas ambições, sem muita eficácia no ambiente de trabalho, mas quando mudaram para Caxias do Sul (prática comum no município) passaram a trabalhar muito e voltavam contando muitas histórias de como lá estavam trabalhando e batalhando muito. Como Osman faz referência também a esta mudança, que é cara a quem a realiza: “mas uma pessoa que viaja em alto-mar, atravessa um oceano, vem para uma terra desconhecida, sem conhecer nada da língua não é por pouca coisa que vem [...]” (OSMAN, 1998, p. 361-2).

Quando você sai da sua terra, e está pagando um preço muito caro, está trocando tudo, modificando totalmente sua vida, né, e você vai pro exterior e quem está na sua volta não é sua família, não é sua gente, vamos dizer assim, e pouco a pouco você passa a conhecer e faz amizade aqui e ali, só que você vem com um propósito, então ‘eu vou insistir, eu vou trabalhar e eu vou fazer’ né, entendeste? Eu estou trabalhando pra mim [...] horário comercial, é 8 horas, tá tudo bem, ‘eu vou abrir as 7h e vou fechar enquanto estiver bem’, não tem limite assim, de é sete horas, oito horas, enquanto isso está bom pra mim, eu posso trabalhar 12, 16 horas por dia, que eles trabalham, entendeste? Então esta é a persistência (ROQUE, entrevista concedida em dezembro de 2013).

E Roque completa dizendo que é possível que esta característica seja de diáspora, pois quando foi para a Palestina em visita, esperava encontrar o árabe trabalhador e batalhador que havia no Brasil e esse árabe de lá não era tão trabalhador assim, tão empreendedor assim. Então, é possível que essas influências culturais na gestão econômica do município sejam frutos de uma diáspora, de uma necessidade de que tudo dê certo porque o preço a ser pago por toda a mudança é muito alto, então o retorno há de ser alto também. E esta teoria também vem ao encontro às diferenças entre as gerações, que vão se modificando e se transformando conforme a passagem do tempo e suas vivências.

4.4. Cultura árabe e desenvolvimento regional em Santana do Livramento e Rivera

A visão sobre o desenvolvimento da fronteira de Santana do Livramento/Rivera, pela maioria dos comerciantes de origem árabe entrevistados, se assemelha muito ao conceito mais antigo de desenvolvimento, que está diretamente associado ao crescimento econômico. A forma de influência no desenvolvimento da fronteira vista por esse comerciantes é através da geração de empregos e do pagamento de impostos, excluindo-se às vezes a participação na sociedade. “Sem contar que claro, o comércio gera empregos, gera impostos, e isso faz com que a cidade tenha uma [...] tenha um crescimento” (MÁRIO, entrevista concedida em dezembro de 2013).

Mas esta pareceu ser também uma visão de quem tem pouco contato com o comércio, como é o caso de Mário ou do imigrante de primeira geração que veio para o Brasil quase adulto e é praticante do comércio mais simples. Aquele comerciante que está mais integrado na sociedade fronteiriça tem uma visão um pouco diferenciada do que esta que apresenta a influência como apenas geração de empregos e impostos.

O árabe que vem e investe aqui, ele vem, se instala, forma o comércio dele, compra a casa dele, ou seja, emprega gente pra casa, emprega gente dentro comércio dele e está sempre buscando o crescimento, eu cresci e não significa que vou manter ahn [...] pelo menos é o pensamento quase da maioria... eu abri uma loja, a loja funcionou, eu já busco um outro ponto, e com isso eu estou, vou gerar mais empregos entendeste? E sigo investindo aqui (ROQUE, entrevista concedida em dezembro de 2013).

Roque fala neste momento de exemplos de grandes empresas que se instalam no município, sugam tudo o que o município oferece, mas os lucros não são reinvestidos na sociedade local, na economia local. Este exemplo é muito comum no ramo industrial, a exemplo do próprio frigorífico Swift Armour e toda a sua história na fronteira.⁷ Mas essas situações também podem acontecer no comércio, com grandes empresas que no fim do dia mandam seus lucros para outros locais; e que o árabe, embora venha de uma terra distante, reinveste na fronteira e faz dela seu lar.

⁷ Sobre a história do frigorífico Armour em Santana do Livramento, ver ALBORNOZ, 2000.

A vinda do árabe veio e ficou, e investiu e melhorou [...] e os filhos também por que [...] olha só a diferença de pensamento, vamos dizer assim, pra segunda geração, eu não sou de segunda geração, mas é como se fosse segunda geração, porque eu vim pequeno e já vim, como tinha te dito, com o barco já andando. Então assim, o pensamento do meu pai, e do meu tio e também, a gente estava tudo em família, de que, já que eles sofreram no comércio, mesmo que eles tenham crescido muito, ‘então a próxima geração nossa, não pode ser que nem nós’, a próxima geração vai ter que se inserir no contexto da sociedade e vai pertencer a essa sociedade, no sentido de que? De ter que estudar [...] (ROQUE, entrevista concedida em dezembro de 2013).

Situação que também está refletida no trabalho de Peters (2006):

Com isso, atualmente, a faculdade aparece como uma continuidade imposta para que se consiga boas posições no mercado de trabalho e também explica por que os mais velhos não têm uma formação universitária. Além disso, o trabalho na loja pode ser aprendido na prática e garante boas condições de vida para o sujeito sem que ele precise ter uma profissão regulamentada. Entre os cursos valorizados pelas famílias palestinas está em primeiro lugar o curso de medicina e depois o curso de direito. Essas opções possibilitam, no ponto de vista dos pais comerciantes, que o filho priorize a profissão e não o trabalho no comércio (PETERS, 2006, p. 63-64).

Desde a primeira geração do primeiro fluxo migratório, que deu a forma do comércio fronteiriço, a presença árabe tem influenciado no desenvolvimento de Livramento/Rivera, principalmente com a atuação no comércio, mas também não é esta a única contribuição. Como fala Roque, que teve como exemplos seus pais que sofreram muito e ao mesmo tempo cresceram, mas que queriam para ele (a segunda geração) algo diferente, o estudo, pois ela tinha a responsabilidade de ter mais sucesso que eles, que iria se integrar e assim por diante. Roque vê o desenvolvimento do município de forma positiva quanto à questão turística, mas que é preciso pensar no município de forma global e que o Uruguai tem realizado pesados investimentos no seu lado da fronteira.

Mário afirma que o comércio, o comércio de árabe contribuiu muito para o desenvolvimento da fronteira:

Eu acho que com certeza o comércio contribuiu muito, e os árabes foram os que alavancaram o comércio, pelo menos o de roupa né [...]. Depois o 300 com o supermercado, que também sempre foi um supermercado forte aqui em Santana do Livramento. E logo que abriu o free-shop uruguaio, os pioneiros do free-shop foi o 300 né, família palestina que abriu o Siñeriz, hoje é o primeiro shopping que tem na fronteira, também é de um palestino, quer dizer, de uma família de palestinos, que são árabes e que são né, que influenciam bastante no comércio da fronteira né [...]. Eles mobilizam muito capital e produzem muitos empregos pra Santana do Livramento. Eu acho que é uma contribuição né, um tipo de contribuição, pra

cultura, pro comércio e pro desenvolvimento da cidade (MÁRIO, entrevista concedida em dezembro de 2013).

Hoje, por exemplo, empresas de saúde, a Movilcor, por exemplo, tem sócios árabes, o Badra é um dos sócios fundadores, um dos proprietários, eu sou sócio, então na área de saúde tem árabe-palestino, na imprensa, por exemplo, o jornal e a rádio de Santana do Livramento, é de família palestina, o comércio[...] (MÁRIO, entrevista concedida em dezembro de 2013).

Esta presença e esta contribuição também parecem claras para Rafael, presidente da ACIL, que fala que os árabes sempre estiveram presentes na fronteira e sempre estiveram no comércio; fala, por exemplo, da Casa Salim que funcionou no município de Santana do Livramento desde 1912 até 2010; também fala do preconceito existente para com essa presença no comércio, que há uma dúvida de quão legais são estes estabelecimentos e quão comprometidos estariam com a fronteira, mas que muito deles tem muito a ensinar aos comerciantes tradicionais e à sociedade fronteiriça.

Mas muitos de nós deveríamos aprender com os ‘turcos’, pra gente mudar a nossa concepção de negócio também, criticamos como eu já disse, mas vamos ver tudo o que eles já fizeram, tudo o que eles já empreenderam [...] (RAFAEL, entrevista concedida em novembro de 2013).

O compromisso com o local em que se está inserido aparece também na entrevista com Manuel, presidente da ACIR, que crê que o desenvolvimento de uma localidade não pode ser atribuído a uma etnia, mas que o mesmo depende do nível de compromisso que cada um tem com a sociedade a que pertence.

Lo importante es el nivel de compromiso que cada uno tenga em la ciudad que decidiu venirse a vivir o fijar las raíces, tanto Livramento como Rivera, este, por sorte la mayoría son personas, la inmensa mayoría de las personas quiera hacer cosas para que nuestra comunidade crezcan afortunadamente. Cada oportunidad que tenemos reuniones en conjunto con comercio de Livramento, con autoridades, con diputados, con senadores, con personas de la Receita, inclusive con gobernador o com nuestro políticos, nuestro intendente, lo que tentamos apuntar es isso, lo aporte positivo, como hacemos para construir una comunidade mejor. E nessa comunidade mejorel todo mundo és bienvenido, todo mundo és bienvenido (MANUEL, entrevista concedida em janeiro de 2014).

A ideia do compromisso de qualquer um que queira contribuir para o desenvolvimento da fronteira também aparece na entrevista de Maria:

Eu acho que toda pessoa que vem pra cá, trabalha e de alguma forma gera algo, seja através do comércio, seja através de um café, ela está dando oportunidade de emprego, mal formado, bem formado, informal, de pequeno valor, de maior valor, mas está dando. E eu acho que Livramento precisa de mudança. Então, se essas mudanças vão ser benéficas a longo prazo, não sei, acredito até que sejam [...]. Agora vejo assim, por exemplo, Foz do Iguaçu, aonde a influência árabe é muito grande, cresceu em termos de comércio de turismo, mas em termos de desenvolvimento não [...] pelo menos aquilo que eu considero desenvolvimento. Não [...]. Então [...] é como eu te digo, tem algumas características do tipo de imigrante que vem. A sensação que me dá é que eles estão aqui, mas o excedente deles em vez de investirem aqui, é investido lá fora na pátria deles. Então tem crescimento, mas não acredito muito em desenvolvimento. Lógico que eu não posso generalizar, acho que a família Badra veio pra ficar, batalha desenvolvimento, seja de uma forma ou de outra, foi a eólica, que foi um dos primeiros a falar [...] então, em coisas que preveem que seja desenvolvimento, tem outras que eu digo que vem um crescimento na verdade (MARIA, entrevista concedida em janeiro de 2014).

Então Maria também fala que existe uma diferença quanto ao tipo de imigrante que vai para a fronteira; ela se refere àqueles que vão para a fronteira querendo ali permanecer, criar raízes e se integrar e aquele que vê a fronteira apenas como oportunidade pontual, que não fixa raízes, que ora está em Livramento, ora está em Rivera, que se muda conforme a necessidade. Para ela, esse migrante não vê o aspecto do desenvolvimento, pois, ainda que o dinheiro circule, ele contribui para o crescimento econômico, não para o desenvolvimento. Assim, ela acredita que o que irá desenvolver Santana do Livramento são a agricultura e investimentos como a Usina Eólica de Cerro Chato. Mas a visão acerca do desenvolvimento da fronteira vai mudando conforme as entrevistas; para Renato, por exemplo, hoje a região está estagnada, no sentido de falta de visão empreendedora.

Aqui nessa região existe uma limitação muito grande, o pessoal não tem visão, tem empresas que não ligam a luz pra não gastar luz e ficam se queixando de que não tem venda, então o pessoal chega... e existem 40 lojas com um produto ele vai e abre a 41ª com o mesmo produto e vai se lamentar que está ruim [...] Então aqui eu vejo que nós temos uma região muito próspera e zero de iniciativa pra desenvolvimento [...] Aqui nós temos um açucareiro aberto (aponta em direção a Rivera), as formigas vem e nós fechamos as portas para as formigas (RENATO, entrevista concedida em janeiro de 2014).

Existe muita inércia, existe muito individualismo, então eu hoje trabalho pelas minhas empresas em primeiro lugar, pela minha família, mas eu também acompanho o trabalho da ACIL como vice-presidente, faço parte de uma comissão da Santa Casa, pra angariar fundos pra Santa Casa, tenho vários trabalhos filantrópicos, por que se tu tem energia e tem capacidade, tu tem que rotular o teu dia com 24h e começar a fatiar, tu não pode só querer tirar o suco e largar o sabugo na rua, como todo mundo faz, não [...]. Então, o que eu vejo aqui é que o pessoal é muito limitado, não aproveita esse desenvolvimento que Rivera, esse público que Rivera traz pra nós (RENATO, entrevista concedida em janeiro de 2014).

Renato demonstra ser um empresário com esta visão mais empreendedora na fronteira, atua em organizações da sociedade e para a sociedade, em prol de um desenvolvimento econômico da fronteira. E critica quem não trabalha em prol deste desenvolvimento e não enxerga que o mesmo trará o desenvolvimento de sua própria empresa.

Para João, o desenvolvimento na fronteira se enquadra em uma maior responsabilidade e numa maior capacitação dos gestores públicos, secretarias municipais cumprindo com suas devidas funções; acredita que os free-shops no Brasil serão benéficos para a fronteira. Ele ressalta, nesta questão dos free-shops, o papel das entidades para a concretização do projeto, que, além de beneficiar a fronteira de Santana do Livramento/Rivera, beneficia mais nove cidades-gêmeas no estado do Rio Grande do Sul e tantas outras fronteiras do país, “sendo um projeto liderado por Santana do Livramento e Chuí”. João também apresenta uma visão semelhante a de Roque quando fala a respeito das empresas e do comércio de árabes na fronteira, colocando sua própria empresa como exemplo:

Por exemplo, a Casa Verde, a Casa Verde é 100% santanense, ela tem X empregos e o que aconteceu? Os lucros daí foram pra onde? Invertidos aqui, deu o que? Verde Plaza Hotel, o edifício mais alto da cidade, o maior hotel de Livramento, o melhor restaurante, com cento e tantos funcionários, desenvolveu, deu emprego [...] o lucro gerado aqui, ficou aqui, então aí o que? O lucro do Verde Plaza, o lucro da Casa Verde, formou o que? O Hotel Emirates, mais empregos, mais impostos, mais ISQN (sic) pro governo do município, a mesma coisa o Verde Plaza, muito ISQN (sic), muito ISQN (sic) pro município [...] e de lambuja também o que? Beneficiamos Rivera, com o Hotel Nuevo que estava abandonado, e nosso ímpeto de fazer coisas, de realizar, tá, o Hotel Nuevo tinha seis funcionários, ninguém queria ficar naquele hotel [...] recolhe impostos pro Uruguai, pra Rivera e tem 32 funcionários, quer dizer, estamos beneficiando também a comunidade de Rivera (JOÃO, entrevista concedida em janeiro de 2014).

Desta forma, a presença destas empresas influencia na arrecadação do município e impede que outras organizações se instalem no município e destinem seus lucros para outras localidades. Também faz referência à participação pessoal em organizações da sociedade civil, como o CDL, do qual é presidente e contribui com o desenvolvimento de entidades que irão colaborar com o desenvolvimento da fronteira.

Sobre esta fase dos free-shops em Santana do Livramento, Manuel pensa ser um momento importante para a fronteira, que “nos podemos desenvolver como um polo comercial

mucho más importante” (MANUEL, entrevista concedida em janeiro de 2014) e que se tenha mais a participação da comunidade.

Sobre a influência da presença árabe e da cultura árabe na fronteira para o desenvolvimento da região duas falas merecem destaque, sendo utilizadas para encerrar a reflexão apresentada neste capítulo: uma que remete a visões segundo as quais “aonde o árabe vai ele tenta fazer com que aquele lugar seja sua terra, sua pátria, e então ele vai batalhar para crescer e para que o local cresça também”; a outra, que reflete o sentimento de que tudo o que é feito em prol do crescimento e do desenvolvimento do seu próprio negócio vai refletir na comunidade local.

O árabe ele tem o seguinte, aonde ele chega ele quer que aquele local seja o melhor possível, aquilo ali como fosse sua terra, aquilo ali como fosse o seu. Se tu conversar com toda a colônia aqui tu tem certeza que toda colônia quer ver Santana do Livramento no topo, melhor cidade do estado, então, ele tem essa característica de ajudar, de contribuir para o desenvolvimento [enquanto se desenvolve acaba desenvolvendo o local que está] na mesma coisa, na mesma proporção que ele quer que seu negócio cresça, ele quer que a comunidade também cresça (TIAGO, entrevista concedida em janeiro de 2014).

Daquilo que tu ganha tu tem que retribuir alguma coisa pra comunidade, então isso faz com que tu desenvolva [...] essa característica o árabe tem, de ajudar, de promover, de desenvolver, então dentro das suas atividades sempre tem aquela contribuição e aquela retribuição e isso faz com que vá girando, é uma roda que vai girando, um pouquinho da tua contribuição, um pouquinho da minha, um pouquinho da dela, um pouquinho do fulano, nós fizemos a roda andar [...] (TIAGO, entrevista concedida em janeiro de 2014).

Estas duas falas de Tiago expressam um sentimento de “bem querer” para com a fronteira, para com a terra escolhida para a construção de suas vidas. Seria esta fala uma referência importante para compreender a contribuição da cultura árabe ao desenvolvimento da fronteira; mas, como visto, e como Roque mesmo falou, “o árabe vem para quebrar tudo quanto é regra”, e ele quebra. Seria um falso testemunho informar que todos pensam, agem e contribuem de uma mesma maneira, as mudanças são constantes, muda tudo o tempo todo, e esta é a complexidade da análise.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Não basta olhar a floresta crescida e as folhas das árvores balançando ao vento; é necessário observar as mudas serem plantadas.” (do autor, 2014)

Esta dissertação não teve nenhuma motivação pessoal forte demais por parte da autora, não há nenhuma ligação familiar ou emocional com a imigração árabe, apenas o forte desejo de estudar a fronteira e as inúmeras singularidades, boas e ruins atreladas a este território. Nos primeiros estudos exploratórios, para a delimitação do tema da pesquisa, seus objetivos e o problema identificado, foi-se afunilando o universo. O território já havia sido definido, a pergunta então era: o que, dentro deste território estudar na área de desenvolvimento regional. Desta forma, após observações empíricas trazidas para o campo acadêmico, já que a pesquisadora residia na fronteira de Santana do Livramento/Rivera, a questão da presença árabe apareceu, e novamente um norte se pôs a frente. A partir de então questões como: os muçulmanos ou os católicos, os libaneses ou os palestinos, o aspecto religioso ou o não religioso, se colocaram em discussão.

Depois de muita análise optou-se por estudar a presença árabe, e dentro deste “árabe” estão todos aqueles de origem, independente da religião, no comércio de Santana do Livramento/Rivera. Mas o estudo objetivou ir mais longe, inentou-se então analisar como a cultura árabe orienta a atuação dos comerciantes de origem árabe nesta fronteira. O comércio foi o campo de atuação escolhido com base em observações empíricas e estudos já realizados do gênero. A opção por estudar não apenas Santana do Livramento, mas também Rivera advém da impossibilidade de se fazer uma análise acerca do desenvolvimento de apenas um dos municípios, já que ambos estão atrelados um ao outro, compartilham as consequências de qualquer acontecimento ocorrente neste território. Como demonstrado ao longo do trabalho e explanado no início destas considerações, encontrou-se muito mais que o objetivo proposto neste trabalho.

Diferente de outros trabalhos sobre o tema, esta dissertação se preocupou em fazer uma análise da cultura árabe e não apenas de uma nacionalidade ou religião, o que se mostrou deveras mais difícil, dado que as demais publicações, inclusive as utilizadas para a pesquisa bibliográfica faziam esta distinção desde o início. Esta limitação também levou a uma dificuldade em definir a própria cultura árabe por si só. Porém, mesmo com a dificuldade em questão as conclusões deste trabalho se mostram importantes, pois aspectos que na superfície

são atribuídos apenas a religião, que se mostrou mais recorrente, quando analisados mais profundamente, se mostram pertencer a toda uma cultura ou uma situação de contextos semelhantes.

A proposta inicial desta dissertação era ver como a cultura árabe poderia influenciar a atuação do comerciante árabe na fronteira de Santana do Livramento/Rivera e como isso implicava no desenvolvimento econômico da mesma. Descobriu-se muito mais do que isso, descobriu-se que as pessoas são as histórias que elas vivem. E são essas histórias que constroem a sociedade, que dão a sua identidade e fazem com que cada sociedade seja singular. Para entender e falar sobre a repercussão da presença árabe no desenvolvimento da fronteira foi necessário um resgate as origens. Origens da fronteira e origens dos imigrantes árabes ali presentes. Pontos de convergência entre este estudo e outros analisados, em especial de Arruda (2007) e Jardim(2000) aparecem. Os fatores decisivos para a imigração e aspectos da conduta comercial estão presentes em diversos trabalhos e também neste, o que denota um comportamento comum de imigrantes e descendentes de árabes.

A primeira parte do trabalho foi destinada a introduzir o leitor no assunto que se pretendia estudar, as necessidades impostas desde o início da pesquisa, de uma revisão bibliográfica sobre todos os assuntos que neste trabalho seriam abordados: a cultura árabe, primeiro assunto a ser pesquisado, onde se buscou por dissertações e teses já escritas sobre o tema e também foi onde o próprio assunto da pesquisa foi delineado e apropriado; as questões migratórias, a perspectiva de retorno, a familiaridade com o comércio, os fluxos migratórios, a mascateação. Todos estes aspectos se apresentaram e prepararam a pesquisadora para possíveis direcionamentos desta dissertação.

Da mesma forma, a pesquisa sobre fronteiras, em especial a fronteira Brasil/Uruguai e a formação desta fronteira, bem como a pesquisa sobre o que é desenvolvimento e o que é cultura e, então, qual a relação entre a cultura e o desenvolvimento. Foram questões densas que exigiram um trabalho bibliográfico intenso no que se refere à apropriação de conceitos que regem os temas. Nesta parte do trabalho também se apresenta então a abordagem metodológica utilizada.

Partindo de um pressuposto weberiano viu-se como necessário para a coleta de materiais a entrevista por pautas, onde há uma orientação de questões que devem ser abordadas pelo entrevistador. Como já mencionado na introdução, onde se explicou a forma de abordagem da pesquisa, as mesmas foram realizadas após o entrevistado contar sua história de vida. Este método (relato de história de vida e entrevista aplicados em sequencia) se deu da

seguinte forma: imigrante ou descendente era convidado pela pesquisadora a contar a história de vida sua ou de sua família, desde a decisão da emigração no país de origem até a chegada e instalação no país de destino (Brasil ou Uruguai). Este período de relato variava conforme a disponibilidade e descendência do entrevistado. Imigrantes de primeira geração ou de segunda com profundo conhecimento da história da família se demoravam nesta parte, relatavam suas histórias com emoção e com detalhes. Após este relato, o entrevistado era convidado a falar sobre alguns aspectos que constavam na pauta, às vezes alguns aspectos já haviam sido abordados no relato da história de vida, mas na maioria das entrevistas era necessária a introdução ao assunto por parte da pesquisadora. No total foram 12 relatos de histórias de vida e 14 entrevistas, os mesmos entrevistados, eram convidados primeiramente a contar a história de vida sua ou de sua família e depois eram feitas as questões semiestruturadas do roteiro, salvo os presidentes das ACI's, que não eram imigrantes ou descendentes de árabes.

A segunda parte do trabalho dedicou-se estabelecer a relação entre cultura e desenvolvimento. Para tanto, se fez necessário apresentar a evolução dos dois conceitos, de desenvolvimento e de cultura, a partir de então se procurou mostrar como a cultura é vista como parte do desenvolvimento. A partir de uma abordagem Weberiana a ideia era mostrar como a cultura era protagonista no processo de desenvolvimento, condicionante do mesmo e não coadjuvante na dinâmica socioeconômica.

Na terceira parte, o tema central foi a construção histórica da fronteira e todos os aspectos históricos, econômicos, geográficos e culturais que permeiam sua história e sua constituição. Na quarta e última parte do trabalho então foi destinada a história da presença árabe no Brasil, em especial nas fronteiras e à presença árabe na fronteira de Santana do Livramento/Rivera.

Assim como em outras localidades do país, estudadas para este trabalho, a presença árabe na fronteira iniciou no final do século XIX e início do século XX. Os imigrantes desse período (que neste trabalho chamou-se de primeiro fluxo migratório) em sua maioria eram sírio-libaneses, que chegavam ao Brasil através do porto de Santos. Outra porta de entrada para esses imigrantes era o Uruguai, já que a imigração sírio-libanesa também foi intensa no país e, assim como os imigrantes que chegavam ao Brasil, viram a fronteira como uma região próspera para atividades comerciais e migravam da capital oriental para a fronteira. Esse fluxo migratório de sírio-libaneses foi o que iniciou o comércio na fronteira, desde o trabalho como mascates e a instalação dos primeiros estabelecimentos comerciais.

Importante ressaltar que os primeiros imigrantes que, de fato, chegaram à fronteira foram os libaneses, chegando pelo porto de Montevideú, ainda em meados de 1860; portanto, anterior à imigração vinda pelo porto de Santos, mesmo porque os imigrantes que no Brasil chegaram primeiro foram para outras localidades e depois rumaram para a fronteira. Como o Uruguai estava formando povoados e cidades por toda a sua fronteira neste mesmo período, com o intuito de conter o avanço português, logo, muitos investimentos de infraestrutura foram destinados a esses locais. Rivera foi uma das primeiras destas cidades a ter ferrovia, o que era um avanço significativo que facilitava e muito a conexão com a capital.

Estes fatos não foram muito abordados na introdução, onde foram apresentadas as motivações da migração para as fronteiras pelos imigrantes árabes, mas foram fatos que apareceram ao longo da pesquisa, através das próprias histórias de vida e do material bibliográfico pesquisado. Mas, enfim, o que se percebe sobre esse primeiro fluxo migratório que já está na terceira geração, é que ele já está completamente integrado na fronteira, tanto que às vezes se desconhece que certos estabelecimentos comerciais são de descendentes de árabes. E esses próprios descendentes não se enxergam como árabes, pois tiveram longa participação na construção do comércio da fronteira e no seu próprio desenvolvimento.

O segundo fluxo migratório iniciou já em meados do século XX, sendo mais intenso a partir de 1948, com a criação do Estado de Israel, e depois em 1967, com o avanço territorial de Israel. Este fluxo foi composto principalmente de Palestinos que emigravam para o Brasil, chegando às capitais e se espalhando para o interior do país. E do interior começaram a procurar as fronteiras por enxergarem nela oportunidades comerciais. Assim como os sírio-libaneses, os imigrantes palestinos exerceram a profissão de mascates vendendo seus produtos nas estâncias da região. Trabalhavam de mala, como os imigrantes mais antigos de primeira geração gostam de lembrar, vendiam faquinhas, roupas, e utensílios domésticos que eram escassos no interior, ou em “campanha” como os fronteiriços falam.

Na fronteira de Santana do Livramento/Rivera, os palestinos estão em um processo de integração com a comunidade, ainda que se perceba que a primeira geração desses imigrantes ainda é uma geração reservada, que se integra na sociedade fronteiriça ao poucos, com certa timidez, aproxima-se mais de seus patrícios do que da comunidade fronteiriça de outras origens. Ela ainda preza seus valores adquiridos lá na terra natal. A segunda geração deste fluxo é mais dinâmica, se integra mais em sociedade, atua no comércio, mas também atua em outras profissões; participa da vida social, política e econômica da fronteira; luta pelo

desenvolvimento econômico da mesma. A terceira geração deste fluxo ainda está nascendo, então não é possível definir uma característica a respeito da mesma.

O objetivo do trabalho foi, a partir de uma perspectiva weberiana, compreender o tipo de comerciante árabe que atua na fronteira entre Santana do Livramento e Rivera e como esse comerciante, orientado por sua cultura, interfere na dinâmica socioeconômica daquela região. Procurou-se, para isso, estabelecer um curso de ação racional para um comerciante, partindo, para tanto, de referências que se constituíram a partir das contribuições do próprio Weber, mas, também, do conceito de empresário, tal como aparece na obra de Schumpeter; empresário, que na visão desse teórico, não é somente capitalista, pois precisa ser empreendedor.

O comerciante árabe tem algumas características que estão presentes (independente da geração e da origem – se libanesa ou palestina). Ele é um comerciante que está sempre atento às negociações comerciais, ele pratica o comércio com base na negociação, da pechincha, da melhor oferta, da valorização do cliente. Ele gosta do negócio popular e valoriza o trabalho, mas a característica mais marcante presente no comerciante árabe é a valorização da sua família. O “comércio” é para a família.

A primeira geração de imigrantes árabes, seja libanesa ou palestina, talvez seja a que mais se aproxima do tipo de comerciante árabe que está no imaginário do senso comum, e também do tipo ideal de comerciante de origem árabe, ele pratica um comércio mais simples, com uma negociação simples, sem muita sofisticação, ele compra o produto por \$5 e vende por \$6, nem sempre seus produtos são vistos como produtos de boa qualidade e isso aparece em elementos mencionados nas entrevistas. Ele trabalha de domingo a domingo e trabalha com muitas mercadorias, e com a mercadoria que estiver vendendo no momento. Em Santana do Livramento, por exemplo, boa parte do comércio que vende jaquetas, ventiladores, cobertores é de propriedade de imigrantes árabes de primeira geração. É claro que não é possível mais encontrar um comércio de primeira geração do primeiro fluxo migratório, que já está em sua terceira geração, mas sabe-se pelas entrevistas que o tipo de ação no comércio era o mesmo. A primeira geração é aquela que também tem acima de tudo a família, todas as histórias ouvidas reforçam essa teoria. A abertura do comércio, o início como mascate, o trabalho de sol a sol é pela família, o dever de sustento e de providência familiar é muito forte entre os árabes, então essa gana pelo “fazer das certo” de qualquer maneira é pela família.

Conforme Schumpeter (1997), o empresário (e aqui o comerciante é tomado como um empresário) deve necessariamente ser um empreendedor. O autor, em determinado momento

de sua obra, questiona sobre o fato de todo empresário ser um capitalista, mas nem todo capitalista é um empresário; e fala ainda que após a Revolução Industrial todos os capitalistas poderiam ser considerados empresários e o eram, todos eles estavam inovando, estavam empreendendo. Esta reflexão é importante para a compreensão de todos os discursos das entrevistas.

Esta primeira geração, em especial os sírio-libaneses, se encaixa no curso ideal de ação do empresário traçado por Schumpeter, pois no momento em que os mesmos migraram para a fronteira, seja partindo de Montevideú ou do Porto de Santos e se dedicaram a profissão de mascates, vendendo na fronteira, em especial na Campanha, por ver ali uma possibilidade de iniciar uma nova vida, com um retorno financeiro rápido, eles estavam empreendendo, estavam inovando e caracterizaram um tipo de atividade comercial naquela região. E posteriormente, quando esta geração abre suas casas comerciais (novamente, seja palestino ou sírio-libanês) ela também inova, empreende e caracteriza o comércio na fronteira.

A segunda geração já é uma geração que se distancia um pouco da primeira geração na forma como faz comércio. Ela cultiva ainda a negociação, mas a negociação de um ponto de vista estratégico e mais elaborado. Ela procura as melhores opções de investimento, ela procura se aperfeiçoar enquanto comerciante, e fazendo isso ela busca também aperfeiçoar seus pares. Ela mantém valores que são passados de geração em geração, como a família, o dever para com a família, mas ela já age de uma maneira diferente. Ela busca modernizar o comércio, ela busca as melhores oportunidades. E isso também se aplica aos dois fluxos migratórios, porém há uma diferença de tempo entre a atuação das duas gerações (a segunda do primeiro fluxo e a segunda do segundo fluxo) a segunda geração do primeiro fluxo migratório atuou fortemente no comércio quando a primeira geração do segundo fluxo estava chegando à fronteira. Era uma época diferente naquele ambiente. E neste interim, a segunda geração também tem um curso de ação empreendedor, na acepção de Schumpeter. O interessante neste caso é que a segunda geração já se aproxima mais do tipo ideal no que tange o curso de ação do empresário do que a primeira, neste período a primeira geração já não está em um período empreendedor. O que fica muito claro na entrevista de Renato, por exemplo, que se mostra um dos entrevistados que mais se aproxima do conceito de empresário apontado por Schumpeter, mas que também mantém suas raízes orientadas pela sua cultura.

A terceira geração que se apresenta em Santana do Livramento/Rivera é descendente do primeiro fluxo migratório e ela é a que se distingue mais das outras e do tipo ideal de

comerciante apresentado. Ela já não possui tantas características capazes de diferenciá-la como árabe; ela pouco se reconhece como árabe, está integrada no ambiente fronteiriço, ela é fronteiriça e, desta forma, o comércio em que ela atua já não tem características de comércio árabe. Bem como o seu curso de ação enquanto comerciante, este comerciante de terceira geração já não apresenta uma característica tão empreendedora quanto seus antepassados ou os seus patrícios. Apresenta características dos comerciantes tradicionais, e isso reflete no seu comércio.

A terceira geração do segundo fluxo migratório se comportará economicamente semelhante a seus pais e avós, mas provavelmente será diferente da segunda geração, ela será uma geração mais integrada com a comunidade fronteiriça, tal qual a terceira geração do primeiro fluxo migratório, mas também será diferente deste.

Como visto no capítulo quatro, a visão sobre desenvolvimento pelos comerciantes de origem árabe é uma visão de desenvolvimento econômico, voltada para o crescimento econômico, e que a partir deste crescimento ela poderá desenvolver outras áreas, como social, ambiental. Mas essa visão também muda conforme a geração e conforme a participação do comerciante árabe na vida socioeconômica do município. A primeira geração tem uma visão mais simplista do desenvolvimento e da sua própria participação no processo. Ela vê sua participação na geração de empregos e pagamento de impostos apenas. Ela não se vê muito como um ator social que tem um papel protagonista no desenvolvimento.

A segunda geração, em geral, tem uma visão mais complexa do desenvolvimento e da sua participação no processo. Ela é mais empreendedora, ela busca crescer no seu negócio também com o intuito de fazer o município crescer. Ela participa de organizações da sociedade civil que buscam o desenvolvimento do município, mesmo que o desenvolvimento que o município busque também seja voltado ao econômico. A segunda geração tem um comportamento que se assemelha mais ao *ethos* do empresário capitalista assinalado por Weber (2001). Enquanto que a terceira geração parece ter uma participação mais tímida e mais centrada no próprio crescimento econômico.

A influência da presença árabe no desenvolvimento da fronteira em Santana do Livramento/Rivera, não é uma influência revolucionária, ela não promove grandes mudanças, mas ela muda. Roque disse na sua entrevista que “o árabe vem para quebrar tudo quanto é regra” e ele quebra; e mais, a regra dele é quase como não ter regra nenhuma. Ele vem para o Brasil, para o Uruguai, enfim, ele sai de seu país para “fazer dar certo” e ele faz, em tempos diferentes, de maneiras diferentes, ético, não ético, formal, informal. De qualquer maneira, ele

faz. A atuação do comerciante árabe não é orientada para um único curso, mas sim para o curso que dê certo, e talvez este seja o motivo de mudar tanto de geração para geração, de fluxo para fluxo e assim por diante, porque assim como os tempos mudam, o quadro social e econômico global também muda, a política local muda, a ação deste comerciante vai mudar também.

O árabe que veio no fim do século XIX empreendeu, modificou estruturas e contribuiu para o desenvolvimento da região naquele período. A segunda geração deste fluxo também contribuiu e junto com a primeira geração do segundo fluxo migratório deu a identidade e a forma do comércio de Santana do Livramento e Rivera. A segunda geração deste segundo fluxo está contribuindo para o desenvolvimento da fronteira, talvez não da forma como seria o desenvolvimento “ideal”, é verdade, é uma contribuição para o desenvolvimento econômico, mas contribui e influencia no mesmo, na dinâmica socioeconômica da fronteira.

REFERÊNCIAS

- ABBOTT, Philip. **A Ameaça Terrorista na Tríplice Fronteira: Mito ou Realidade?** Military Review, Janeiro-Fevereiro, 2005. Disponível em: < <http://www.comunidadessegura.org/files/DreyfusTriplefrontera.pdf>> Acesso em Setembro de 2013.
- ALBERONI, Francisco. **Gênese**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- ALBORNOZ, Vera do Prado Lima. **Armour: uma aposta no Pampa**. Sant'Ana do Livramento: Gráfica Pallotti, 2000.
- ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: M. Fontes, 1993.
- ARRUDA, Aline Maria Thomé. **A presença libanesa em Foz do Iguaçu (Brasil) e Ciudad del Este (Paraguai)**. 2007. 100 f. Dissertação (Centro de Estudos Comparados sobre as Américas) – UNB, Brasília.
- ASEFF, Liane Chipolino. **Memórias Boêmias: histórias de uma cidade de fronteira**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2008.
- AXT, Gunter. A dimensão política e social do contrabando no Rio Grande do Sul. **História em Revista**. v.8. dez2002.
- BENNAFLA, Karine. Commerce, marchés frontaliers et villes – frontières en Afrique Centrale. In: REITEL, Bernard et al. **Villes et frontières**. Paris: Anthropos, 275p. 2002.
- BENDIX, Reinhard. **Weber: um retrato intelectual**. Brasília: Ed. UNB, 1986.
- BENTANCOR ROSÉS, Gladys T. **El espacio cotidiano fronterizo a través de las estrategias de vida de uruguayos y brasileños en Rivera-Livramento**. 2002. 205 f. Dissertação (Mestrado). Universidad de la República, Montevideo, 2002.
- _____. **As fronteiras num contexto de mudanças: a vida cotidiana das cidades-gêmeas Rivera (Uruguai) e Sant'Ana do Livramento (Brasil)**. Ateliê Geográfico, v. 2, n. 3, Goiânia, maio 2008.
- BENTO, Fábio Régio. **Fronteiras, significado e valor – A partir do estudo da experiência das cidades-gêmeas de Rivera e Santana do Livramento**. In: BENTO, Fábio Régio. **Fronteiras em Movimento**. Jundiá: Paco Editorial, 2012.
- BERTAUX, D. **L'approche Biographique: Sa Validé methodologique**, Cahiers sint Sociol. 1980, 69, p. 197 – 225.
- BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Acordo para permissão de residência, estudo e trabalho a nacionais fronteiriços brasileiros e uruguayos**. Brasília, 2004. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5105.htm > Acesso em: Novembro de 2012.

BRIOSCHI, L. R.; TRIGO, M. H. B. Relatos de vida em Ciências Sociais: considerações metodológicas. *Ciênc. Cult.* 1987, 39 (7), p. 631 – 7.

CANEDO, Daniele. **“Cultura é o que?”**. Reflexões sobre os conceitos de cultura e atuações dos governos públicos. V Encontro Multidisciplinar em Cultura, Salvador, 2009.

CASTRO, Cristina Maria de. **A construção de identidades muçulmanas no Brasil**: um estudo das comunidades sunitas da cidade de Campinas e do bairro paulistano do Brás. 2007. 253 f. Tese (Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

CORRÊA, Roberto Lobato. Região: A tradição Geográfica. In: CORRÊA, Roberto Lobato. *Trajéorias Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

COSTA, Ana Monteiro. SOUZA, Clovis Schmitt. **Racionalidade econômica e estrutura social**: o embeddedness e o ethos do empresário capitalista. XIV Congresso Brasileiro de Sociologia 28 de maio a 31 de julho de 2009, Rio de Janeiro (RJ)

COSTA, Renatho. **Era uma vez na fronteira**: o mito da zona “fora da lei”? In: BENTO, Fábio Régio. *Fronteiras em Movimento*. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

DOMINGUES, José M. **A cidade: racionalização e liberdade em Max Weber**. In: SOUZA, J. (Org.). *A atualidade de Max Weber*. Brasília: Ed. UNB, 2000.

DORFMAN, Adriana. **Contrabandistas na fronteira gaúcha: escalas geográficas e representações textuais**. 2009. 360 f. Tese (Programa de Pós Graduação em Geografia) – UFSC, Florianópolis.

DREYFUS, Pablo. **Agenda de Seguridad en el Mercosur**: La Triple Frontera como "espacio de inseguridad regional". Trabajo de apoyo para los fundamentos y planeamiento del Programa Internacional de Seguridad Humana (PISH). Rio de Janeiro, 2005. Disponível em <<http://www.comunidadessegura.org/files/DreyfusTriplefrontera.pdf>> Acesso em Setembro de 2013.

ESTEVA, Gustavo. **Desenvolvimento**. In: WOLGANG, Sachs (Org.). *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. São Paulo: Vozes, 2000.

ETGES, Virgínia Elisabeta. **A região no contexto da globalização**: o caso do Vale do Rio Pardo. In: VOGT, Olgário e SILVEIRA, Rogério. *Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região*. Santa Cruz do Sul: Edunisc. 2001.

ETGES, Virgínia Elisabeta. **Desenvolvimento regional**: uma análise da metade sul do Rio Grande do Sul. *Novos Cadernos NAEA*, v. 13, n. 2, p. 169-186, dez. 2010

FERNANDES, Alexandre Machado Fernandes. **A confiança nas relações interorganizacionais entre empresas de culturas diferentes**. 2011. 119 f. Dissertação (Centro de Pesquisas e Pós Graduação em Administração) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

FERNANDEZ, Brena Paula Magno. **Ecodesenvolvimento, Desenvolvimento Sustentável e Economia Ecológica**: em que sentido representam alternativas ao paradigma de desenvolvimento tradicional? *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 23, p. 109-120, jan./jun. 2011.

FERSAN, Eliane. **Os imigrantes sírio-libaneses no Brasil entre 1920 e 1926**. Percepção do corpo consular francês. In: JARDIM, Denise Fagundes; OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de. *Os árabes e suas Américas*. Campo Grande: Editora UFMS, 2007.

FLORES, Murilo. **A identidade cultural do território como base de estratégias dedesenvolvimento** - Uma visão do estado da arte. Contribuição para o Projeto Desenvolvimento Territorial Rural a partir de Serviços e Produtos com Identidade – RIMISP, Março 2006. Disponível em: <http://www.fidamerica.org/admin/docdescargas/centrodoc/centrodoc_236.pdf> Acesso em: Nov. 2012

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1994.

GIL, Tiago Luis. **Infiéis transgressores**: elites e contrabandistas nas fronteiras do Rio Grande e do Rio Pardo (1760-1810). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

GOES, Synesio Sampaio. **Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas**: Aspectos da descoberta do continente, da penetração do território brasileiro extra Tordesilhas e do estabelecimento das fronteiras da Amazônia. Brasília: IPRI, 1991

GOLIN, Tau. **A fronteira**. Porto Alegre: L&PM, 2002.

GUSMÃO, Luiz de. **A concepção de causa na filosofia das ciências sociais de Max Weber**. In: SOUZA, J. (Org.). *A atualidade de Max Weber*. Brasília: Ed. UNB, 2000.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e relações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HANDAL, Nathalie. **Nossas raízes em Meeze**: A política gastronômica e poetisas Árabe-americanas. In: JARDIM, Denise Fagundes; OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de. *Os árabes e suas Américas*. Campo Grande: Editora UFMS, 2007.

JARDIM, Denise Fagundes. **Palestinos no extremo-sul do Brasil**: identidade étnica e os mecanismos sociais de produção da etnicidade. 2000, 498 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

JOGOS DA MEMÓRIA. **Personagens do mundo árabe fronteiriço**. Terça-feira, 26 de março de 2013. Disponível em: <http://jogosdamemoria.blogspot.com.br/2013_03_01_archive.html> Acesso em Janeiro 2014.

JOGOS DA MEMÓRIA. **Um olhar sobre a presença árabe na fronteira**. Sábado, 23 de março de 2013. Disponível em: <<http://jogosdamemoria.blogspot.com.br/2013/03/um-olhar-sobre-presenca-arabe-na.html>> Acesso em Janeiro de 2014.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

LEVINE, Donald N. **Visões da tradição sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

KRAMER, Paulo. **Alexis de Tocqueville e Max Weber: respostas políticas ao individualismo e ao desencantamento na sociedade moderna**. In: SOUZA, J. (Org.). *A atualidade de Max Weber*. Brasília: Ed. UNB, 2000.

MARTINS, Maria Helena (org). **Fronteiras Culturais – Brasil, Uruguai, Argentina**. Cotia: Atelie Cultural, 2002.

MERQUIOR, José Guilherme. **Rosseau a Weber: dois estudos sobre a teoria da legitimidade**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1990.

MONTIBELLER FILHO, Gilberto. **Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável: conceitos e princípios**. **Textos em Economia**, Florianópolis, v. 4, n.1, p. 131 – 142, 1993.

MORIOCHI, Luiz; GONÇALVES José Sidnei. **Teoria do Desenvolvimento Econômico de Schumpeter: uma revisão crítica**. *Informações Econômicas*, SP, v.24 n.8, ago. 1994.

MUNCH, Richard. **A teoria parsoniana hoje: a busca de uma nova síntese**. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Orgs.). *Teoria social hoje*. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento**. *Revista da FAE*. Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002. Disponível em: < http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v5_n2/uma_discussao_sobre.pdf > Acesso em Fevereiro de 2014.

OSMAN, Samira Adel Osman. **Caminhos da Imigração Árabe em São Paulo: História Oral da Vida Familiar**. 1998. Dissertação (Departamento de História) – USP, São Paulo.

_____. **Entre o Líbano e o Brasil: Dinâmica Migratória e história Oral de Vida**. 2006. 570 f. Tese (Programa de Pós Graduação em História Social) – USP, São Paulo.

_____. **A imigração Libanesa para o Brasil e o Projeto de Retorno**. In: JARDIM, Denise Fagundes; OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de. *Os árabes e suas Américas*. Campo Grande: Editora UFMS, 2007.

PACHECO, M. Schurmann; SANGUINETTI, M. L. Coolighan. **Historia delUruguay**. Tomo 1 -Época Indígena, Hispanica y Libertadora. Montevideo: Monteverde, 1985.

PACHECO, M. Schurmann; SANGUINETTI, M. L. Coolighan. **Historia delUruguay**. Tomo 2 -Época Indígena, Hispanica y Libertadora. Montevideo: Monteverde, 1996.

PECQUEUR, Barnard. **Qualite et développement – L’hypothese du panier de biens**. In: *Symposium sur le développement regional*. INRA-DADP. Montpellier, 2000.

PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História da indústria sul-rio-grandense**. Porto Alegre: Riocell, 1985.

PETERS, Roberta. **Imigrantes palestinos, famílias árabes: um estudo antropológico sobre a recriação das tradições através das festas e rituais de casamento**. 2006. 136 f. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Antropologia Social) – UFRGS, Porto Alegre.

_____. **Imigrantes Palestinos no Estado do Rio Grande do Sul: Uma análise dos Aspectos Políticos e Identários Expressos no Ritual de Casamento**. Memória Social, Cultura e Identidade, vol. 1, junho 2007.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - **A PNDR em dois tempos: A experiência apreendida e o olhar pós 2010**. Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/desenvolvimentoregional/pndr2/>> Acesso em Dez. 2012.

PECQUEUR, Bernard. **Recriação das Dinâmicas de Desenvolvimento: Rumo ao Desenvolvimento Territorial Sustentável**. Palestra promovida pelo Núcleo de Análise Socioambiental (ASA) e o Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) em 27 de maio de 2013.

PINTOS, Anibal Barrios. **Rivera: Una história diferente**. Tomo II. Montevideo: Ministerio de Educacion y Cultura, 1990.

PINTOS, Aníbal Barrios. **Historia de los Pueblos Orientales**. Tomo II. Del Fin de la Guerra Grande al Novecientos. Montevideo, Ediciones de la Banda Oriental, 2008

PONT, Raul. **Campos realengos: formação da fronteira sudoeste do RioGrande do Sul**. 2ªed. Porto Alegre: Renascença, 1983. 2v.

PROCÓPIO, Oscar Siqueira. **Aprendendo com o outro: os árabes em Floriano**. 2009. 100 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFC, Fortaleza.

RABOSSI, Fernando. **Árabes e muçulmanos em Foz do Iguaçu e Ciudad del Este: notas para uma reinterpretção**. In: *Mundos em Movimento: Ensaio sobre migrações*. SEYFERTH, Giralda; PÓVOA, Héllion; ZANINI, M.C.; SANTOS, M. (orgs.). Santa Maria: Editora da Universidade Federal de Santa Maria, 2007.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMBO, Anelise. G.; RÜCKERT, Aldomar Arnaldo. **O Sistema Territorial de Claude Raffestin para Pensar o Desenvolvimento Territorial**. In: XXVIII Encontro Estadual de Geografia, 2008, Bento Gonçalves. Anais do XXVIII Encontro Estadual de Geografia, 2008.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Administração e estratégia do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: FGV, 1966.

RESENDE SILVA, J. **A fronteira do Sul**. Estudo Geographico, economico, historico e fiscal. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922.

SACHS, Ignacy. Sociedade, cultura e meio ambiente. **Mundo & Vida**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 7-13, 2000.

_____. **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Nobel, 1993.

SÁNCHEZ, Andrea Quadrelli. **A FRONTEIRA INEVITÁVEL**: Um estudo sobre as cidades de fronteira de Rivera (Uruguai) e Santana do Livramento (Brasil) a partir de uma perspectiva antropológica. 2002. 209 f. Tese (Programa de Pós Graduação em Antropologia Social) – UFRGS, Porto Alegre.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2002.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SCHUMPETER, Joseph A. Os economistas. **A teoria do desenvolvimento econômico**. Abril Cultural. São Paulo. 1997

SPINDOLA, Thelma. SANTOS, Rosângela da Silva. **Trabalhando com a história de vida**: percalços de uma pesquisa (dora?). Rev. Esc. Enfermagem da USP, São Paulo, 2003, 37 (2) p. 119-26.

SWEDBERG, Richard. **Max Weber e a ideia de sociologia econômica**. Rio de Janeiro-São Paulo: Editora UFRJ/Beca Produções Culturais, 2005.

TAVALERA, Juan. **Terrorismo na Tríplice Fronteira**: A intencionalidade nas acusações dos Estados Unidos sobre um suposto terrorismo na fronteira. História na Fronteira, Foz do Iguaçu, v. 1, n. 1, p. 111-142, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://revista.uniamerica.br/index.php/historianafrenteira/article/viewFile/74/64>> Acesso em Setembro de 2013.

TENÓRIO, Fernando G. **Flexibilização organizacional**: mito ou realidade. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

TORRONTÉGUY, T. **As Origens da Pobreza no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

TRAGTENBERG, Maurício. Apresentação. In: WEBER, Max: textos selecionados. São Paulo: Abril Cultural, 1997, p. 5-15. (Coleção Os Economistas).

TRUZZI, Oswaldo. Patrícios: Sírios e Libaneses em São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. Rumo a uma compreensão micro-analítica da migração sírio-libanesa ao Brasil. In: JARDIM, Denise Fagundes; OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de. Os árabes e suas Américas. Campo Grande: Editora UFMS, 2007.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

_____. **Desenvolvimento Sustentável: uma utopia.** Vídeo gravado em Agosto de 2006. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=urwQpyJzDEs>> Acesso em Março de 2014.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1987.

_____. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** 7. ed., São Paulo: Pioneira, 1992.

_____. **Conceitos básicos da sociologia.** São Paulo: Centauro, 2002.

_____. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva.** Brasília: UnB, 1999.

_____. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** São Paulo: Cengage Learning, 2008.

APÊNDICE 1

Roteiro de entrevistas

- Resgate de aspectos biográficos, em especial da presença em Santana do Livramento/Rivera.
- A visão acerca do desenvolvimento da fronteira Santana do Livramento/Rivera.
- A condição de árabe na comunidade árabe de Santana de Livramento/Rivera.
- A condição de árabe em Santana do Livramento/Rivera.
- A atuação no comércio de Santana do Livramento/Rivera.
- O perfil enquanto comerciante.
- A cultura árabe no comportamento econômico enquanto comerciante.
- A influência dos árabes no comércio de Santana do Livramento/Rivera.

APÊNDICE 2



Loja Monte Azul, de propriedade de um dos entrevistados.
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2014.



Loja Macro Sport, de propriedade de um dos entrevistados.
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2014.



Loja Casa Guri, de propriedade de um dos entrevistados.
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2014.



Comércio Popular na "Praça dos Cachorros". É possível ver a presença de dois comerciantes árabes.
Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2014.



Comércio de árabe na Av. Sarandi, em Rivera.
Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2014.



Comércio de árabe na Av. Sarandi, em Rivera.
Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2014.



Verde Plaza Hotel, de propriedade de um dos entrevistados.
Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2014.



Casa Verde, de propriedade de um dos entrevistados.
Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2014.



Comércio na Rua Rivadávia Corrêa
Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2014.



Comércio da Rua Rivadávia Corrêa.
Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2014.



Casa Guri, de propriedade de um dos entrevistados.
Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2014.



Reprodução de postal com vista parcial da Linha divisória.
Fonte: Página Memória de Fronteira Facebook, sem data.



Free Shop Sport Shoes, de propriedade de um dos entrevistados.

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2014.



Parrillada La Leña, de propriedade de um dos entrevistados.

Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2014.



Loja Palestina, de propriedade de um dos entrevistados.

Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2014.



Hotel Emirates, de propriedade de um dos entrevistados.

Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2014.



Rua dos Andradas em frente a Praça General Osório.

Fonte: Página Memória de Fronteira Facebook, sem data.



Avenida Sarandi, aproximadamente na década de 40 ou 50.

Fonte: Página Memória de Fronteira Facebook, sem data.

CASA SALIM

FUNDADA EM 1919

**O MAIOR EMPÓRIO DE TECIDOS
NO SUL DO PAIS.**

**A MAIOR ORGANIZAÇÃO EM ROUPAS
FEITAS PARA CAVALHEIROS,
SENHORAS E CRIANÇAS.**

ATACADO E VAREJO

— ★ —

Loja: Silveira Martins, Esq. Riachuelo
Escritório: Silveira Martins, 1181

— ★ —

CAIXA POSTAL, 43

End. Tel.: "SALIM"

LIVRAMENTO — R. G. do Sul — BRASIL

Anúncio Casa Salim.

Fonte: Página Memória de Fronteira Facebook, sem data.



**VAMOS A CASA CHEIN
ONDE UM CRUZADO VALE CEM**

**ANDRADAS 293
LIVRAMENTO - RS**

Anúncio Casa Chein, veiculado até os dias de hoje.

Fonte: Página Memória de Fronteira Facebook, sem data.



Fachada da Casa Verde.

Fonte: Página Memória de Fronteira Facebook, sem data.



Proprietários e funcionários da Casa Verde.

Fonte: Página Memória de Fronteira Facebook, sem data.



Caneco promocional do Festival do Refrigerante no dia das Crianças - 1984.

Fonte: Página Memória de Fronteira Facebook, 1984.



Início do Comércio Popular na Praça dos Cachorros.

Fonte: Página Memória de Fronteira Facebook, sem data.



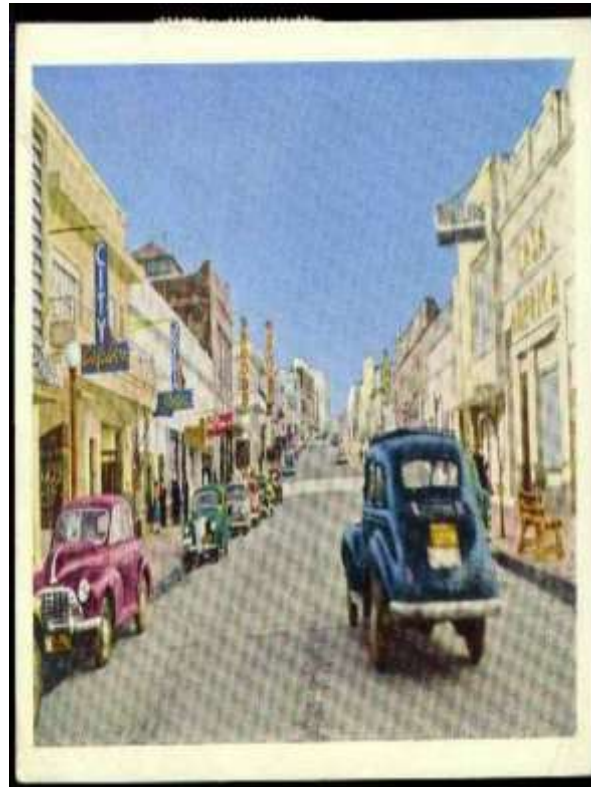
Largo Hugolino Andrade na década de 1990 com vista para início da Avenida Sarandi.
Fonte: Página Memória de Fronteira Facebook, 1990.



Largo Hugolino Andrade na década de 1950 com vista para início Rua dos Andradas.
Fonte: Página Memória de Fronteira Facebook, 1950.



Reprodução de cartão postal com vista parcial a Praça Flores da Cunha (Praça dos Cachorros) década de 1960.
Fonte: Página Memória de Fronteira Facebook, 1960.



Reprodução de cartão postal com foto colorizada da Rua Sarandi, em Rivera.
Fonte: Página Memória de Fronteira Facebook, sem data



Avenida Sarandi, em Rivera, na década de 1950, fachada da Tradicional Casa Salus, hoje pertence ao Free Shop Siñeriz.

Fonte: Página Memória de Fronteira Facebook, 1950.



Reprodução de cartão postal com vista parcial da Linha Divisória, fachada da Tradicional Casa Salus, hoje pertence ao Free Shop Siñeriz.

Fonte: Página Memória de Fronteira Facebook, sem data.



Rua Sarandi, em Rivera.

Fonte: Página Memória de Fronteira Facebook, sem data.